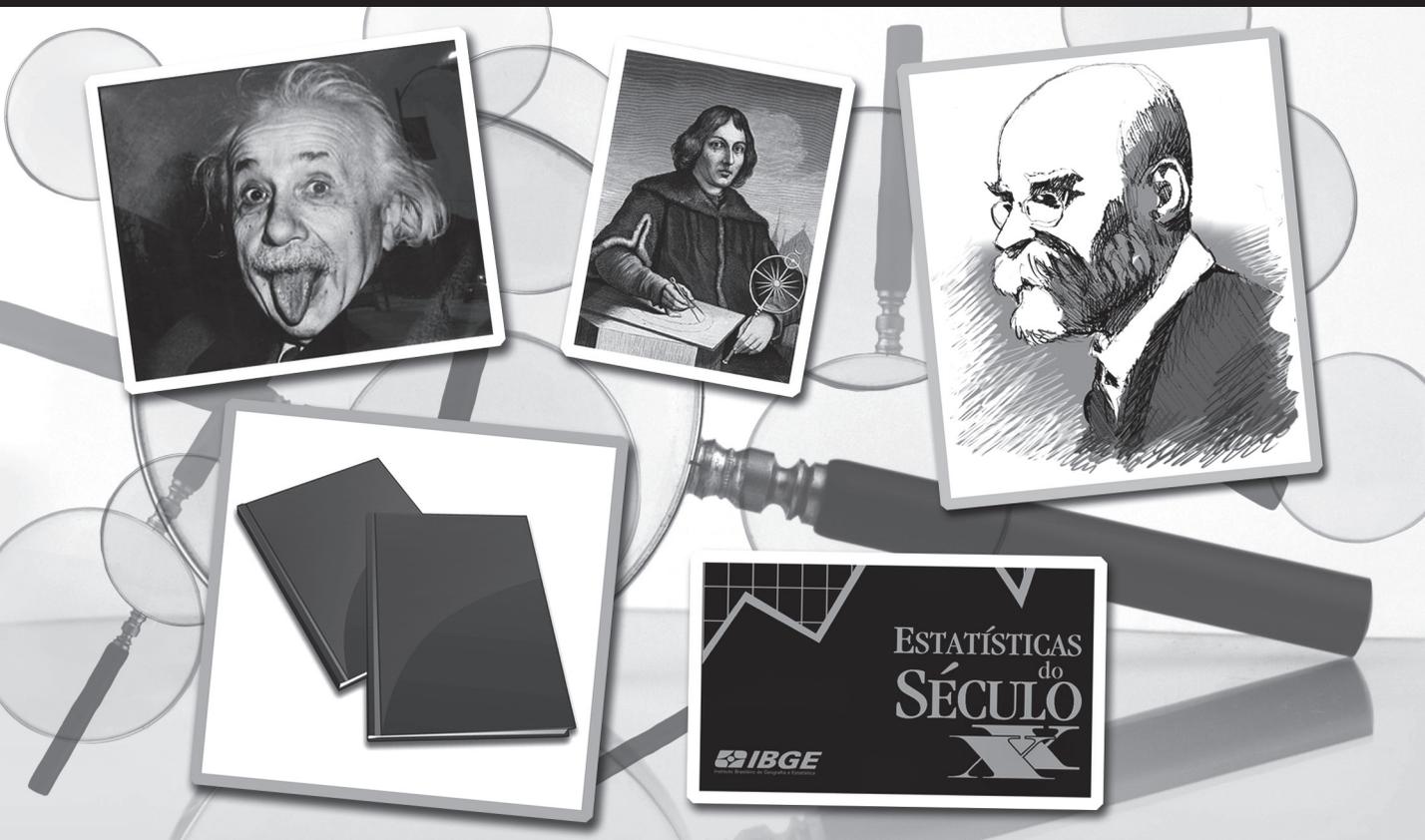


# Metodologia de Pesquisa I

**Volume Único**

Marcos Veríssimo  
João Henrique Catraio Monteiro Aguiar  
Michel Lobo  
Victor Rangel  
Vinícius Cruz





Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

## **Metodologia de Pesquisa I**

**Volume Único**

Marcos Veríssimo

João Henrique Catraio Monteiro Aguiar

Michel Lobo

Victor Rangel

Vinícius Cruz



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da  
Educação

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000  
Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

## Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

## Vice-presidente

Masako Oya Masuda

## Coordenação do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública

UFF - Pedro Heitor Barros Geraldo

## Material Didático

### Elaboração de Conteúdo

Marcos Veríssimo  
João Henrique Catraio Monteiro Aguiar  
Michel Lobo  
Victor Rangel  
Vinícius Cruz

### Direção de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

### Coordenação de Design Instrucional

Bruno José Peixoto  
Flávia Busnardo da Cunha  
Paulo Vasques de Miranda

### Design Instrucional

Anna Maria Osborne  
José Meyohas  
Lívia Tafuri Giusti

### Editor

Fábio Rapello Alencar

### Revisão Linguística e Tipográfica

Beatriz Fontes  
Flávia Saboya  
Licia Matos  
Maria Elisa Silveira  
Mariana Caser  
Yana Gonzaga

### Coordenação de Produção

Bianca Giacomelli

### Ilustração

Clara Gomes  
Fernando Romeiro

### Capa

Clara Gomes

### Programação Visual

Alexandre d'Oliveira  
Camille Moraes  
Cristina Portella  
Larissa Averbug  
Maria Fernanda de Novaes  
Verônica Paranhos

### Produção Gráfica

Patrícia Esteves  
Ulisses Schnaider

Copyright © 2014, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M593

Metodologia de Pesquisa I. v. único / Marcos Veríssimo...  
[et al]. – Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014.  
218 p.; il. 19 x 26,5 cm

ISBN: 978-85-7648-968-9

I. Metodologia da pesquisa. II. Segurança pública. III. Justiça criminal. 1. Aguiar, João Henrique Catraio Monteiro. 2. Lobo, Michel. 3. Rangel, Victor. 4. Cruz, Vinícius. Título.

CDD: 300

# Governo do Estado do Rio de Janeiro

## Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

## Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Alexandre Vieira

## Universidades Consorciadas

### **CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca**

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

### **IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**

Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

### **UNF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

### **UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

### **UFF - Universidade Federal Fluminense**

Reitor: Roberto de Souza Salles

### **UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Reitor: Carlos Levi

### **UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

### **UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca



# Sumário

<b>Aula 1 • Para além dos “problemas de polícia”: uma introdução à Metodologia da Pesquisa em Segurança Pública.....</b>	<b>7</b>
<i>Marcos Veríssimo</i>	
<b>Aula 2 • Para além das receitas prontas: as particularidades da construção do conhecimento e da ação no campo da Segurança Pública .....</b>	<b>29</b>
<i>Marcos Veríssimo</i>	
<b>Aula 3 • Entrando em campo: as dificuldades de realizar pesquisas empíricas no campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública .....</b>	<b>51</b>
<i>Marcos Veríssimo</i>	
<i>Michel Lobo</i>	
<b>Aula 4 • Segurança para quem? Alguns aspectos históricos da (in)Segurança Pública no Rio de Janeiro.....</b>	<b>71</b>
<i>Marcos Veríssimo</i>	
<i>Vinícius Cruz</i>	
<b>Aula 5 • “Indivíduo” e “pessoa”: uma análise dos processos de produção de verdade no Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública .....</b>	<b>93</b>
<i>Marcos Veríssimo</i>	
<i>Victor Rangel</i>	
<b>Aula 6 • A militarização das políticas de segurança: combater o crime ou administrar os conflitos? .....</b>	<b>111</b>
<i>João Henrique Catraio Monteiro Aguiar</i>	
<i>Marcos Veríssimo</i>	
<b>Aula 7 • O campo minado das drogas ilícitas: um tema e muitas controvérsias.....</b>	<b>143</b>
<i>Marcos Veríssimo</i>	
<b>Aula 8 • O sistema público de transportes e seus conflitos: dilemas do planejamento urbano na Segurança Pública.....</b>	<b>177</b>
<i>João Henrique Catraio Monteiro Aguiar</i>	
<i>Marcos Veríssimo</i>	
<b>Referências.....</b>	<b>207</b>



# Aula 1

Para além dos “problemas de polícia”:  
uma introdução à Metodologia da  
Pesquisa em Segurança Pública

## **Meta**

Apresentar algumas considerações prévias e de fundamental importância para a realização de uma pesquisa que vise à construção do conhecimento na área da Segurança Pública.

## **Objetivos**

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os “ruídos” presentes nos discursos da imprensa e da opinião corrente com relação aos dilemas presentes na área da Segurança Pública;
2. reconhecer a Segurança Pública como um campo de estudos interdisciplinar no qual estão aptos a atuar todos aqueles que estejam dispostos a dialogar com profissionais de outras áreas, e não apenas concebendo-a como um “assunto de polícia”;
3. identificar o tema e os problemas da Segurança Pública como algo que parta das demandas da sociedade, e não somente do ponto de vista do Estado.

## Introdução

Nas sociedades contemporâneas, poucos são os temas que possuem a capacidade que a Segurança Pública tem de gerar polêmicas e dissensos. Um brutal assassinato de uma criança em uma tentativa de assalto, o domínio territorial de áreas da cidade por criminosos, a questão das pessoas vivendo em situação de rua etc. São muitas as situações em que o assim compreendido “clamor público” exige pronta resposta dos governantes em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal) para o problema da Segurança Pública. Além disso, uma espécie de “sentimento de insegurança” daí decorrente é capaz de alterar hábitos e rotinas das pessoas e grupos que vivem e transitam nos espaços públicos das cidades.



**Figura 1.1:** Tensão no Rio de Janeiro: policial fortemente armado protege população em área de confronto deflagrado.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1e/Angustia.jpg>

Assim, criam-se “especialistas” e especialidades, grosseira ou sofisticadamente relacionados a esse “problema social” (LENOIR, 1998), jornais são vendidos aos milhares, e gestores da polícia e de outras agências de controle social dos comportamentos são interpelados e eventualmente destituídos de seus cargos. Ao mesmo tempo, forma-se uma verdadeira “floresta de dados” relativos ao tema. Cabe, então, a pergunta: em que medida tamanha oferta de informação, quase sempre produzida no ca-

## Naturalização

Não confundir com o procedimento jurídico-administrativo de substituir (ou sobrepor) uma cidadania local por outra – através do qual estrangeiros passam a ser tidos também como nacionais. Aqui, a categoria *naturalização*, tal qual seu emprego corrente no âmbito das ciências sociais, designa a forma naturalizada (no sentido de não reflexiva) de entender certos fenômenos de ordem social. É, em outras palavras, ver como óbvio algo que não deveria ser tido como tal. Tornou-se corrente ouvir alguém dizer “isso é natural”, referindo-se a algum fenômeno que, quando visto de maneira mais aprofundada, mostra-se como um fato de ordem social; portanto, muito mais complexo.

## Reificação

Do latim *rēs, rēi* (coisa) + terminação *ficção* (relativo a tornar, vir a ser). Sendo assim, o substantivo *reificação* designa o ato ou efeito de considerar algo abstrato (ou virtual) como coisa material (ou real).

Fonte: <http://pt.wiktionary.org/wiki/reificação>

lor e na pressão dos acontecimentos, ajuda ou atrapalha na busca do entendimento dos problemas da Segurança Pública e na criação de tecnologias para a superação deles?

Nesse sentido, a identificação das **naturalizações** que fazem parte de toda realidade social é condição prévia para o uso produtivo dessas informações, produzidas nos próprios meios sociais em questão. Do contrário, como seria capaz de atuar o profissional destinado a fornecer tecnologias sociais eficientes para o enfrentamento da insegurança e de seu sentimento? Impossível!

Tecnologias sociais, por sua vez, podem ser entendidas como um conjunto de atividades relacionadas a estudos, planejamento, ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, que representem soluções para o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida da população.

Por isso, pensamos que, especialmente no caso da Segurança Pública, antes mesmo de se pensar como se fazer uma pesquisa, é bom que se pense como não se fazer, ou o que se deve evitar nesse processo. Trata-se, portanto, em primeiro lugar, de abandonar a noção segundo a qual a Segurança Pública é assunto exclusivo dos profissionais que atuam como operadores neste campo, tais como os policiais e os gestores das polícias. Além disso, para que esse conhecimento construído seja qualificado e legitimado enquanto tecnologia para o emprego no campo das políticas públicas de segurança, é preciso também estar atento ao “campo minado” de teorias anacrônicas, preconceitos e **reificações** difundidos na opinião pública quando o assunto é Segurança Pública.

## A Segurança Pública e o senso comum

O que é o senso comum? Talvez possamos começar dizendo que é tudo aquilo que não é ciência. Chama-se senso comum a forma naturalizada e inconsciente pela qual as pessoas interagem umas com as outras no meio social que lhes é dado viver. Tanto as construções científicas quanto o senso comum são frutos de uma mesma necessidade básica humana, que é a de compreender o mundo no qual estamos inseridos, desde o nascimento até a morte. Por isso, o campo da Segurança Pública, enquanto forma científica de conhecimento e de produção de tecnologias sociais, embora tenha como ponto de partida o próprio senso comum, necessita, para se firmar enquanto tal, superar preconceitos e

superstições a ele inerentes, através de uma postura reflexiva em relação a seus próprios postulados.

A naturalização da vida social é uma condição indispensável para sua própria continuidade. Naturalizamos nossos hábitos e costumes para seguir em frente. É até fácil imaginar o quanto seria insustentável a manutenção de uma postura crítica em todos os momentos e situações cotidianas.

Da mesma forma que um condutor entra em um veículo automotor, põe a chave na ignição, dá a partida e, a partir daí, inicia uma série de movimentos inconscientes para seguir rumo ao seu destino, absolutamente sem ter de ficar pensando e refletindo sobre qual movimento fará em seguida (o que poderia vir a ser desastroso em uma curva), as pessoas, em sociedade, são conduzidas inconscientemente pelo senso comum. Dessa forma, seguem em frente até que algo que surpreenda seu senso comum aconteça em uma das “curvas da estrada da vida”.

Justamente por conta disso, o senso comum está associado à ideia de *óbvio*. Contudo, para que o campo da Segurança Pública se consolide e seus profissionais sejam legitimados como atores aptos a intervir de maneira qualificada nos problemas que nele se apresentam, é preciso, muitas vezes, recusar aquilo que à primeira vista parece óbvio. O antropólogo Darcy Ribeiro, em seu artigo intitulado “Sobre o óbvio”, afirma que:

[...] É óbvio, por exemplo, que todo santo dia o sol nasce, se levanta, dá sua volta pelo céu, e se põe. Sabemos hoje muito bem que isso não é verdade. Mas foi preciso muita astúcia e gana para mostrar que a aurora e o crepúsculo são tretas de Deus. Não é assim? Gerações de sábios passaram por sacrifícios, recordados por todos, porque disseram que Deus estava nos enganando com aquele espetáculo diário. Demonstrar que a coisa não era como parecia, além de muito difícil, foi penoso, todos sabemos (RIBEIRO, 1979, p. 1).

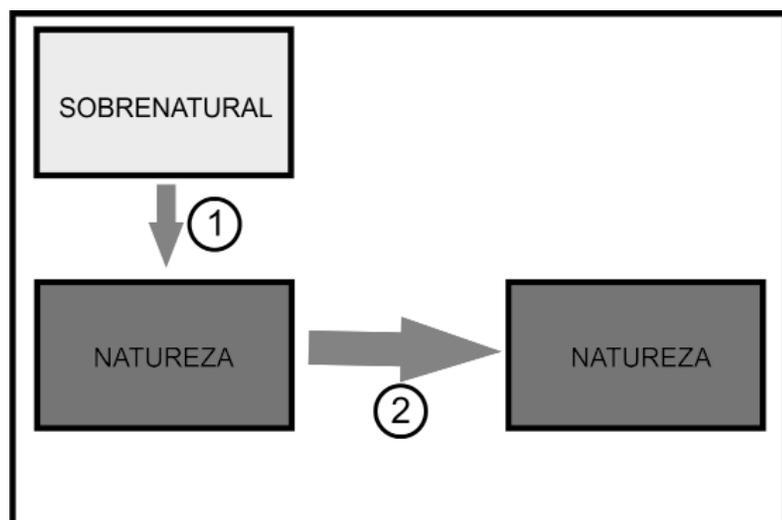
Nesse sentido, o trabalho científico consiste, em grande medida, em descortinar aquilo que parece óbvio – na mesma medida que, há tempos, descortinou-se a antiga obviedade, segundo a qual estamos parados no centro do universo, sobre a Terra, enquanto os astros se movem acima de nossas cabeças.

Como já foi aludido anteriormente, uma das crenças mais arraigadas no senso comum (tida, em grande medida, como uma obviedade) é a de que a Segurança Pública é assunto para ser tratado exclusivamente

por policiais: é “caso de polícia”. Por isso, este capítulo, que introduz a discussão metodológica de nosso programa de estudos, chama-se “Para além dos ‘problemas de polícia’”. E é uma introdução, no sentido de que essa foi a forma que achamos mais conveniente (mas não a única) para introduzir a referida discussão, ou seja, começar pelo que deve ser recusado no caminho para a construção de uma concepção de Segurança Pública que parta do ponto de vista da sociedade, não do Estado.

## Ciência e mitos

Pensar cientificamente é, pois, antes de tudo, colocar esse pensamento à prova sempre. O conhecimento científico é sempre provisório. Os gregos antigos inventaram a Filosofia por conta da insatisfação que sentiram, por volta do século VI antes de Cristo, com a forma de construção de verdades das narrativas mitológicas, ou seja, passaram a desconfiar da noção de que os fenômenos da natureza poderiam ser explicados fazendo-se uso de uma relação de causalidade cujos fenômenos tinham como causa uma origem sobrenatural (dádiva ou vingança dos deuses, por exemplo).



**Figura 1.2:** (1) Relação de causalidade das criações mitológicas; (2) Relação de causalidade nas ciências naturais.

As primeiras inquietações filosóficas, de rechaço a relações de causalidade contidas nos mitos, por sua vez, ofereceram as bases e princípios para o que séculos mais tarde veio a ser mais ou menos conhecido como ciência.

Tales de Mileto, por exemplo, considerado o primeiro dos filósofos (ou mesmo o *Pai da Filosofia*), inaugurou uma linha de pensamento para a explicação dos fenômenos da natureza que culminou na base da física e da química modernas – hoje lecionadas em todas as escolas para alunos de Ensino Médio. A palavra *Física*, por exemplo, deriva do grego *Physys*, que significa *Natureza*. E Tales estimulava seus discípulos a criarem seus próprios pontos de vista, criticando o dele próprio quando necessário, ou seja, o do mestre (MARCONDES, 1998).



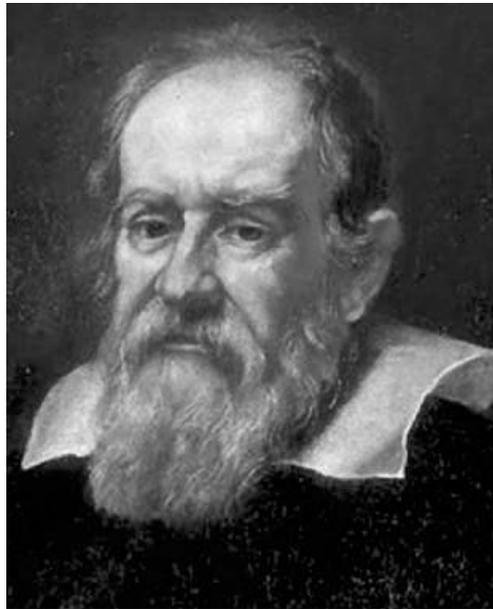
**Figura 1.3:** Tales de Mileto (624 a.C. - 543 a.C.), considerado o *Pai da Filosofia* e precursor de inquietações científicas desenvolvidas posteriormente.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Thales.jpg>

Assim, enquanto o conhecimento mítico não pode ser posto à prova – uma vez que, como os dogmas religiosos e o lado mais conservador do senso comum, trata de questão de fé –, o conhecimento científico necessita ser testado o tempo todo e, por isso, é sempre provisório. Assim, até mesmo na linguagem corrente, os mitos são tudo aquilo que não se pode simplesmente classificar como verdadeiro ou falso, sendo, muitas vezes, verdadeiro e falso. E o senso comum, no que se refere aos dilemas contemporâneos da Segurança Pública, está impregnado de mitos.

## Galileu e a Revolução Científica Moderna

Nascido em Pisa (hoje, cidade pertencente à Itália), Galileu Galilei viveu em um mundo onde antigas crenças e obviedades estavam sendo “sacudidas” com todo vigor. E, em grande medida, atuou no sentido de tornar essas mudanças ainda mais intensas. Estudou medicina e matemática, aperfeiçoou o telescópio, visando permitir a observação dos astros e – como não podia ser diferente – sofreu na própria carne as consequências de pensar à frente de seu tempo em uma época e lugar onde romper com as tradições correspondia a flertar com a heresia.



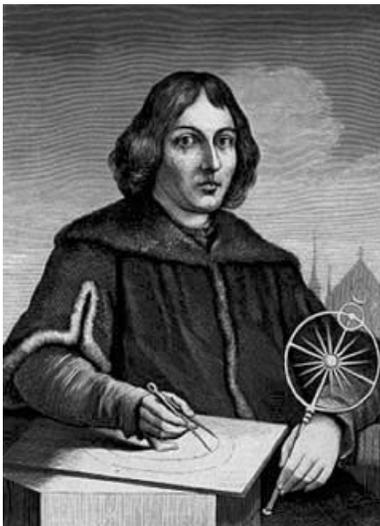
**Figura 1.4:** Galileu Galilei (1564-1642).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Galileo arp.300pix.jpg>

É até hoje reconhecido por suas invenções, descobertas e contribuições no campo das ideias filosóficas. É por essa via que estabeleceu, para as ciências, princípios e métodos que vieram influenciar o desenvolvimento científico da então nascente *modernidade*. O primeiro princípio de seu método é a observação dos fenômenos tais como eles ocorrem. Por isso, aperfeiçoou o telescópio, aumentando seu alcance e precisão. Assim, derrubou ideias medievais relativas à perfeição dos corpos celestes (entre outras), o que significava, no caso, uma negação a textos bíblicos.

Primeiramente, as autoridades católicas limitaram-se a repreendê-lo, instruindo-o a não mais defender suas ideias inovadoras. Ideias que incluíam a adesão aos princípios postos por **Nicolau Copérnico**, segundo os quais era a Terra que girava em torno do Sol, e não o contrário.

Durante alguns anos, Galileu se manteve em silêncio. Porém, posteriormente, volta a ridicularizar o “conhecimento” defendido pelos religiosos. Dessa forma, acabou atraindo para si toda a ira da então poderosíssima Igreja Católica. Julgado em 1633 no Tribunal do Santo Ofício, foi obrigado a desmentir em público as teses que até então defendera, sob pena de, caso não o fizesse, ser queimado na fogueira, como herege. Preferiu viver.



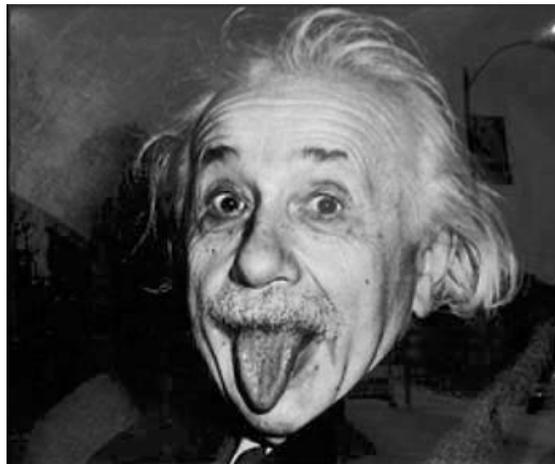
**Figura 1.5:** Nicolau Copérnico (1473-1543)

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Copernicus.jpg>

A chamada revolução científica moderna tem seu ponto de partida na obra de Nicolau Copérnico, *Sobre a revolução das orbes celestes* (1543), em que se defende matematicamente (através de cálculos dos movimentos dos corpos celestes) um modelo de cosmos em que o Sol é o centro (sistema heliocêntrico) e a Terra apenas

mais um astro girando em torno do Sol, rompendo desse modo com o sistema geocêntrico formulado no século II por Claudio Ptolomeu, em que a Terra se encontra imóvel no lugar central do Universo (cuja origem era o *Tratado do céu*, de Aristóteles, embora com importantes diferenças). Representa assim um dos fatores de ruptura mais marcantes no início da modernidade, uma vez que ia contra uma teoria estabelecida há praticamente vinte séculos, constitutiva da própria maneira pela qual o homem antigo e medieval via a si mesmo e ao mundo a que pertencia (MARCONDES, 1998, p. 149).

Contudo, tanto tempo decorrido depois da recusa dos gregos em relação aos mitos, passados alguns séculos da chamada “revolução científica”, que contribuiu decisivamente no sentido de derrubar tantos mitos que já perduravam há milênios, o próprio cientista pode ser apontado como um dos grandes mitos atuais. Essa é a ideia para a qual chama atenção o filósofo Rubem Alves, em *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras*. Para começar, o cientista, não raro, aparece associado à imagem do gênio ou do louco, em grande medida materializada na figura de Albert Einstein (1879-1955) com seus cabelos desgrenhados e sua língua para fora.



Stiphotoblogger

**Figura 1.6:** O físico alemão Albert Einstein, tornado a imagem do cientista no senso comum.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/stiphotoblogger/170621225/sizes/m/in/photostream/>

Mas esse não é o único e nem o mais importante dos mitos que envolvem a ciência e os cientistas. Muito mais perigosa é a noção segundo a qual o cientista é aquele que, na divisão social das funções e ofícios, fica encarregado de “pensar correto” (por assim dizer), desobrigando os outros de pensarem. Pensemos no exemplo dos médicos – profissionais cujo atributo principal, segundo essa visão, seria pensar as formas de cura para as doenças que nos afligem. Em grande medida, esse ponto de vista é coerente. Por outro lado, será que isso deveria nos levar a abandonar uma atitude minimamente reflexiva em relação a remédios e tratamentos aos quais nos submetemos?

[...] Quando um médico lhe dá uma receita, você faz perguntas? Sabe como os medicamentos funcionam? Será que você se pergunta se o médico sabe como funcionam? Ele manda, a gente compra e toma. Não pensamos. Obedecemos. Não precisamos pensar, porque acreditamos que há indivíduos especializados e competentes em pensar. Pagamos para que pensem por nós. E depois ainda dizem por aí que vivemos em uma civilização científica... O que eu disse dos médicos você pode aplicar a tudo. Os economistas tomam decisões, e temos de obedecer. Os engenheiros e urbanistas dizem como devem ser nossas cidades, e assim acontece (ALVES, 2000, p. 10).

No campo da Segurança Pública, por sua vez, a questão é ainda mais complexa. Por muito tempo, no Brasil, na falta de uma abordagem realmente científica do tema, difundiu-se o mito de que os especialistas indicados para gerir e definir este campo eram aqueles que nele operavam, algo do tipo “segurança é coisa séria para os policiais que trabalham ‘pondo a mão na massa’, não para os loucos dos cientistas!” Como pensar, assim, uma “ciência da Segurança Pública”? Como elaborar tecnologias sociais para lidar com seus dilemas?

Nos últimos anos, porém, tais sistemas de crença vêm sendo cada vez mais relativizados. Ainda que em pequena quantidade, por enquanto, cursos de graduação, presenciais ou na modalidade a distância, que formarão bacharéis em Segurança Pública, já apareceram no cenário acadêmico brasileiro e em universidades públicas. Isso quer dizer que nos próximos anos uma massa crítica referente ao tema estará sendo formada, em uma história que será contada, em grande medida, através das biografias daqueles que, neste momento, deliberadamente decidiram engajar-se nesse investimento, os futuros bacharéis e tecnólogos em Segurança Pública.



## **Resposta Comentada**

O caminho para que você possa tirar proveito desta atividade é escrever um texto que demonstre sua capacidade de pensar a construção do conhecimento no campo da Segurança Pública fora do âmbito das naturalizações presentes e atuantes no senso comum.

Por um lado, temos as naturalizações relativas ao próprio conceito de ciência (associado a gênio, louco, Einstein, etc.) e, por outro lado, as naturalizações relativas ao próprio campo da Segurança Pública – onde não raro predominam representações socialmente difundidas a respeito de uma suposta melhor propriedade dos policiais para atuarem nessa empreitada.

Dessa maneira, a resposta ideal a esta provocação é aquela que rompe com tais reificações, em favor de uma concepção do profissional da área da Segurança Pública como sendo aquele capaz de estar atento ao diálogo interdisciplinar, visando à efetiva compreensão da natureza dos dilemas e desafios aí colocados.

---

---

---

## **A Segurança Pública e a mídia**

O antropólogo Edilson Silva é autor de uma pesquisa que culminou em sua tese de doutorado, agora transformada em livro, sobre as recentes mudanças no tratamento daquilo que podemos mais ou menos enquadrar como sendo a problemática da (in)segurança na grande imprensa carioca. Seu estudo tem por objetivo entender as formas pelas quais é representada e construída a noção de violência urbana nas representações midiáticas da cidade do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana (SILVA, 2010).

O pressuposto básico adotado é o de que a imprensa, juntamente com outros atores sociais, não só participa da produção e reprodução simbólica da violência urbana como atua de forma decisiva na sua definição enquanto *problemática obrigatória*, elevando-a, com isso, à condição privilegiada de um dos mais destacados problemas públicos da atualidade.

Segundo as palavras do próprio autor, suas primeiras inquietações o levaram a pensar (inicialmente de maneira quase inadvertida, depois, de modo mais sistemático) como e em que medida o tema da violência foi, por um lado, deixando de ocupar apenas as páginas policiais para ocupar outros

lugares de destaque na mídia impressa e, por outro lado, deixou de se fazer presente apenas em veículos populares, de preço mais baixo, chegando até leitores, por assim dizer, mais refinados, que outrora não alcançava.

O interesse por esse tipo de questão foi suscitado a partir da percepção inicialmente assistemática e intuitiva de que, nas últimas décadas, o problema da assim chamada violência urbana tinha deixado de constar apenas nos jornais populares e se tornado recorrente na grande imprensa em geral, passando a ganhar destaque, inclusive, nas primeiras páginas dos ditos jornais noticiosos ou *quality papers*. A partir dessa percepção inicial, vários passos foram dados rumo à delimitação do objeto de pesquisa que, pode-se dizer, foi se construindo paulatinamente no decorrer do doutorado, cursado entre os anos de 2002 e 2007 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (SILVA, 2010, p. 15-16).

## Etnografia

Estudo descritivo de um ou mais aspectos sociais e culturais de um povo, grupo social, etc. Atividade de obtenção e elaboração de dados em pesquisa de campo antropológica (Fonte: *Minidicionário Aurélio*). Em outras palavras, a etnografia é a forma pela qual os antropólogos constroem conhecimento, através da observação direta (ou “observação participante”) de ritos, práticas, conflitos e outros aspectos do grupo tomado para, em seu interior, realizar-se o estudo antropológico. Técnica-mãe da moderna Antropologia.

Fundamentado na análise de textos jornalísticos e em trabalho **etnográfico**, o livro de Edilson Silva apresenta a redação de um jornal de grande circulação na cidade como o microcosmo de um *campo de poder*, e examina, passo a passo, diversas etapas que envolvem o processo de produção das notícias. Discute, ainda, os critérios de seleção e hierarquização das prioridades noticiosas adotados no referido jornal e põe em evidência os princípios que regem as atividades dos seus profissionais, levando-os a tratar de uma maneira específica as notícias e, com isso, oferecer aos leitores um determinado modo de apreender e interpretar o real.

## O que deve e o que não deve ser notícia

O caso que relataremos a seguir é real e foi contado durante uma aula da disciplina Mídia e Segurança Pública, ministrada para a turma do ano de 2003 do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, na Universidade Federal Fluminense. Foi a professora da referida disciplina que relatou o acontecido.

Um jornalista foi chamado por seu chefe de redação para cobrir uma triste notícia. Uma criança teria sido gravemente ferida pelo ataque de um cão da raça pitbull. Na época, vinham sendo noticiados, com alguma frequência, casos em que cachorros dessa raça atacavam pessoas, algumas vezes chegando a levá-las a óbito.

A redação do jornal ficava na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e o sinistro ocorrera no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste, um dos mais remotos da cidade. Para cobrir o caso, o chefe da redação disponibilizou carro com motorista e um repórter fotográfico.

Quando chegaram ao local, os membros da equipe constataram que a criança estava realmente muito ferida, mas que, diferentemente do que haviam inicialmente apurado, o cachorro que a atacara não era um pitbull, e sim um vira-lata. Após realizar as primeiras apurações, o jornalista que liderava a equipe ligou para seu chefe e relatou o andamento daquela cobertura, informando, inclusive, sobre o fato de não ter sido um pitbull, e sim um vira-lata o algoz da criança. Para sua surpresa, foi orientado pelo chefe de redação a “abortar a missão” e retornar imediatamente à sede do jornal, uma vez que o caso deixara, pelo exposto, de ser uma notícia relevante, digna de figurar nas páginas daquele jornal.

Situações como essas nos devem levar a pensar sobre o que faz com que um fato se transforme em notícia. No caso, uma criança gravemente ferida pelo ataque de um cão é menos importante que uma criança gravemente ferida pelo ataque de um cão da raça pitbull. O “*plus*”, no caso, não é a criança ferida, nem a gravidade dos ferimentos, nem que estes tenham sido causados por um cão, mas a raça do animal.

Nos estudos desenvolvidos com foco na influência que os meios de comunicação podem vir a exercer na forma de pensar apresentadas pelas pessoas, há algumas teorias que investigam a respeito de como isso é operacionalizado. Uma delas é a assim concebida **agenda setting**. Consiste na ideia de que a mídia, ao selecionar determinados temas a serem veiculados, apaga aqueles que não entraram na pauta. Dessa maneira, um ou mais assuntos que são noticiados com determinada força nos meios de comunicação acabam relegando ao esquecimento outros assuntos não veiculados, mesmo que sejam, também, de grande relevância para a sociedade e seus cidadãos. Ora pode ser a corrupção policial ou a corrupção na política, ora a assim concebida epidemia do *crack*.

Por vezes, a eleição de um novo papa, que ocorre em Roma, pode parecer (a julgar pela cobertura que lhe é dada pela imprensa) mais importante que os problemas que acontecem na esquina e que, não raro, têm um impacto considerável na questão da Segurança Pública para o cidadão.

### Agenda setting

Significa pauta de fixação; uma forma de direcionar a atenção que os leitores e telespectadores de uma reportagem seguirão, ou seja, a mídia aponta quais temas serão considerados de interesse coletivo. Segundo Walter Lippmann, o conhecimento que as pessoas têm do mundo exterior é formado pela seleção midiática de símbolos presentes no mundo real, criando uma relação entre a agenda midiática e a agenda pública. A agenda *setting* segue fatores condicionados à mensagem e recepção, considerando a necessidade de orientação do público sobre determinado assunto. No quesito mensagem, a análise mais forte está nas manchetes políticas, pois a mídia aponta e interfere na formação da opinião pública a respeito da luta do poder. Neste caso, a mídia utiliza como artifícios a dramatização dos acontecimentos nela noticiados, a personalização do conteúdo na matéria e a apropriação de dinâmica nos acontecimentos para acelerar o entendimento do receptor da mensagem.

Fonte: <http://www.infoescola.com/jornalismo/agenda-setting>

## A mídia e o poder

Em grande medida, é inegável que os meios de comunicação exercem hoje um grande poder. Criou-se a imagem de que a mídia fiscaliza os poderes oficiais com isenção, cobrando, do Poder Público, soluções e denunciando-o em seus desvios e omissões. Aparentemente atuando com independência em relação aos governos, reivindica para si a acumulação dos papéis de denunciante e fiscal. Mas até que ponto, com tal postura, trabalha no sentido de construir uma relação de transparência entre a população e os governantes, e a partir de que ponto resvala em um denunciamento inquisidor? Em que medida não constrói assim mais um mito?

Sob os imperativos de uma imprensa cidadã, tais abordagens (sobretudo na TV, de maneira mais ou menos espetacular) acabam, velada ou declaradamente, passando a ideia de que atuam no vazio deixado pelas instituições estatais. Para efeito de nossos objetivos – pensar modos de construir tecnologias para uso no complexo campo da Segurança Pública –, considerar este estado de coisas é fundamental. Eis o ponto: para quem essas tecnologias devem ser construídas? Para o Estado? Para a imprensa? Ou para a sociedade?

### ==== **Atividade 2** =====

*Atende aos Objetivos 1, 2 e 3*

Com base em sua compreensão desta aula, resolva as questões objetivas a seguir:

1. No que se refere às relações entre as perspectivas *científica* e do *senso comum*, assinale, entre as alternativas abaixo, aquela que se mostrar incorreta:
  - b) ( ) Tanto a ciência quanto o senso comum são tentativas de entender e interpretar, em sua complexidade, o mundo em que os seres humanos convivem.
  - c) ( ) Segundo o filósofo francês Gaston Bachelard, “o conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão”. Seguindo o raciocínio, o conhecimento científico da Segurança Pública nunca poderá ser absoluto, e sim provisório.

- d) ( ) O senso comum está mais apto a ser posto à prova e a receber críticas do que a perspectiva científica da Segurança Pública.
- e) ( ) Sociologicamente falando, é correto comparar o senso comum a um campo minado de valores, preconceitos e superstições.

2. Marque a alternativa em que encontramos as principais características do senso comum, de acordo com a presente aula:

- a) ( ) arbitrariedade – naturalidade – reflexibilidade.
- b) ( ) naturalidade – praticabilidade – acessibilidade.
- c) ( ) reflexibilidade – praticabilidade – acessibilidade.
- d) ( ) autoritarismo – razoabilidade – praticabilidade.

3. Assinale, entre as seguintes alternativas, aquela que melhor representa, segundo esta aula, uma concepção apropriada de Segurança Pública:

- a) ( ) Segurança Nacional, assunto para as Forças Armadas.
- b) ( ) Segurança Pública pensada sob a lógica da iniciativa privada.
- c) ( ) Toma como base a perspectiva do Estado.
- d) ( ) Baseada nas demandas da sociedade.

4. Contemporaneamente, o papel político da imprensa tem crescido bastante em todos os campos. Com a Segurança Pública não é diferente. Sendo assim, de acordo com a presente aula, como deve ser a relação entre a elaboração de tecnologias sociais para a área da Segurança Pública e a atuação política dos meios de comunicação?

- a) ( ) O tecnólogo em Segurança Pública deve ignorar totalmente tudo que é veiculado na imprensa, uma vez que os preconceitos e reificações que aí ocorrem inviabilizam a elaboração de tecnologias eficientes.
- b) ( ) Deve-se tomar a mídia como uma aliada preferencial, uma vez que seus fins são sempre nobres e puros.
- c) ( ) Assim como os profissionais de imprensa, os novos tecnólogos em Segurança Pública devem instituir sua própria agenda *setting*, podendo assim contradizer a pauta dos meios de comunicação.
- d) ( ) O mais importante é tomar a esfera das representações midiáticas do jornalismo como um campo minado do qual sempre se pode partir, mas com algum distanciamento e desconfiança.

## **Resposta Comentada**

1. c) A perspectiva científica é provisória e sempre posta à prova, como vimos ao longo da aula. Por isso, o senso comum se configura em um sistema de crenças muito arraigado. Portanto, em geral, tende a ser mais conservador e fechado à crítica do que a ciência.
2. b) Ver o item “As principais características do senso comum” desta aula.
3. d) Ver objetivo número 3 deste capítulo.
4. d) A relação na qual a perspectiva científica da realidade social parte do senso comum e supera o seu campo minado através do distanciamento aparece em diversos pontos da aula.



## **Conclusão**

A elaboração e a execução de tecnologias para uso no campo da Segurança Pública é um desafio novo para um tipo de profissional que irá surgir do enfrentamento dessa complexa tarefa. No passado recente de nossa história nacional, vivemos os chamados “anos de chumbo” da Ditadura Militar (1964-1985). Naquele contexto, em que prevalecia o conceito de Segurança Nacional, nada seria mais distante do que pensar em termos de Segurança Pública. Segurança era assunto para as Forças Armadas, focadas, sobretudo, no combate ao “inimigo interno”, o subversivo.

Com o restabelecimento da democracia no plano formal, não poderíamos esperar que as coisas e as mentalidades se transformassem como num passe de mágica. Conceitos como o de *público*, *cidadania*, *autonomia* apareceram com mais vigor do que nas décadas anteriores e com defasagens e inexatidões que não tinham causa, obviamente, apenas na Ditadura.

Nossa cidadania, longe de ser plena, aparece adjetivada por diversos autores que se dedicaram ao tema, os quais teremos a oportunidade de abordar em outras aulas. E isso mostra o quanto não adianta importar conceitos, se eles não se encaixam em nossos horizontes conceituais e experienciais.

Essas e outras confusões e inexatidões são como pedras no caminho da construção efetiva de um saber para uso no campo da Segurança Pública.



### **Resposta Comentada**

Caro aluno, embora esta atividade seja um pouco mais extensa que as outras (exigindo leituras adicionais), recomendamos fortemente a sua execução. Isso porque são as suas inquietações a partir deste conhecimento difundido no senso comum, via imprensa (mesmo ele sendo um “campo minado” de reificações naturalizadas), o ponto de partida para uma necessária construção do saber, ofício do tecnólogo em Segurança Pública. Em suma, são suas inquietações que formarão o fio condutor que o levará à formulação de tecnologias sociais.

Por isso, não há uma resposta muito fechada para esta questão – que, pelo exposto, forçosamente deverá ser construída a partir da interação entre aluno (aliando inquietação e criatividade), tutor e o material jornalístico eleito para análise.



### **Resumo**

Nesta unidade, procuramos “limpar o terreno” do campo da Segurança Pública, uma vez que é povoado por saberes difusos e ideias preconcebidas.

Faz-se necessário, portanto, afastar de vez a ideia de que só policiais entendem deste assunto.

Outra necessidade imperiosa para a construção de tecnologias aplicáveis à área da Segurança Pública é a de alertar o futuro profissional para o verdadeiro “campo minado” que é inerente a esse contexto. Por isso, concentramos nosso foco nas abordagens do senso comum, em geral, e na imprensa, em específico.

Ao contrário do que se apregoa, nada pode ser tomado como óbvio para essa forma de construção do conhecimento de um tema tão controverso e conflitivo.

### **Informações sobre a próxima aula**

Na aula seguinte, apresentaremos alguns conceitos, preceitos e ferramentas para uso na construção do saber e na elaboração de tecnologias na Segurança Pública. Conceitos, preceitos e ferramentas coerentemen-

te associados à forma como foi concebido este curso e ao perfil que se espera deste novo tipo de profissional, que é o tecnólogo em Segurança Pública. Até lá!

## **Leituras recomendadas**

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora UnB, 1982.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de nociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.



# Aula 2

Para além das receitas prontas: as particularidades da construção do conhecimento e da ação no campo da Segurança Pública

## **Meta**

Apresentar algumas características especialmente ligadas ao campo da Segurança Pública e, a partir desse ponto, pensar ferramentas analíticas advindas de diversos campos científicos que possam ser “importadas” e combinadas para um melhor exercício da construção de tecnologias em Segurança Pública.

## **Objetivos**

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

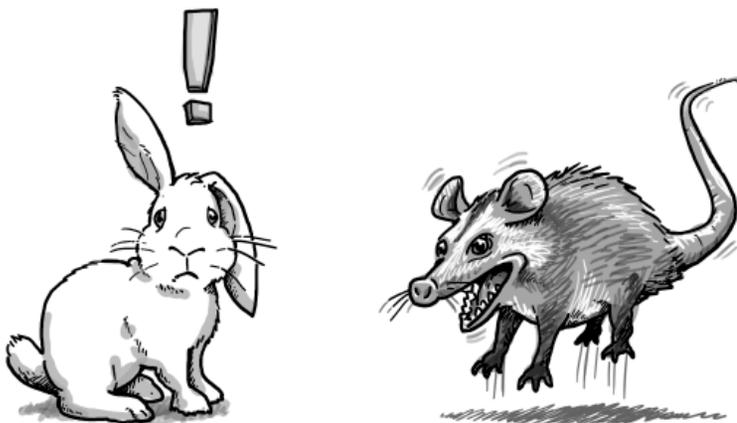
1. reconhecer que uma efetiva construção do conhecimento e a elaboração de tecnologias e políticas públicas de segurança pressupõem o estudo dos contextos locais;
2. identificar alguns métodos e técnicas de pesquisa;
3. reconhecer os problemas sociais em sua complexidade.

## Introdução

A ação que se desenrola a seguir é extraída de uma piada muito corrente no Rio de Janeiro e que, como toda narrativa oral, contém um determinado número de variações dos elementos que a compõem, dependendo da versão conhecida pelo narrador. Houve uma competição entre as polícias inglesa, americana e brasileira. A prova era a seguinte: soltava-se um coelho no meio da mata, e o grupo de policiais que capturasse e trouxesse o coelho em menos tempo ganharia a competição.

Inicia-se a disputa com os ingleses, representados pela Scotland Yard. Após 40 minutos, voltam trazendo o coelho. Em seguida, o bicho é novamente solto. Após um tempo, os americanos, representados por um esquadrão da Swatt, embrenham-se no mato atrás do animal saltitante. Voltam em 35 minutos, superando assim os ingleses. Chega, então, a hora dos brasileiros representados pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Em apenas 15 minutos, voltam, não com um coelho, mas com um gambá. Os organizadores do certame, então, contestam o resultado, quando o próprio animal se adianta em esclarecer: “Eu sou um coelho! Eu sou um coelho!”.

Como todas as piadas e jocosidades em geral, essa pequena fábula encerra representações e visões de mundo sem o compromisso com o chamado “politicamente correto”. Sendo assim, sob a forma de humor, consegue-se dizer publicamente coisas de que normalmente não se ousa sequer lembrar. Por isso, tais narrativas podem revelar tudo aquilo que as reificações e naturalizações (como vimos na aula anterior) parecem contribuir para esconder. O motivo que faz o carioca rir dessa piada é o fato de ela abordar formas, em grande medida, tidas como correntes na construção da verdade e na obtenção de confissões no âmbito das práticas policiais no Rio de Janeiro.



Falar em processos de construção da verdade é importante na medida em que explicita semanticamente que toda verdade é construída, inclusive as verdades tornadas jurídicas, como alguém que é preso por roubo, assassinato, estupro etc. Réu confesso ou não, não seria correto dizer que, em cada um desses casos, se descobriu a verdade. No máximo, pode-se afirmar que um crime foi elucidado, é aí que se cumpre perguntar sobre os processos de construção de verdade atuantes na elucidação dos crimes. Do policial que prende o suspeito ao juiz que o entrega ao carcereiro na qualidade de criminoso, todos teriam passado por processos que, muitas vezes, transformam gambás em coelhos.

Como o corpo discente deste curso é necessariamente composto de pessoas ligadas profissionalmente a instituições do aparelho estatal da Segurança Pública, certamente você já ouviu falar de tais formas de construir a verdade. A piada ilustra, em primeiro lugar, que os métodos de investigação e construção da verdade no campo da tecnologia da Segurança Pública não podem e nem devem seguir tais princípios, sob pena de sucumbir ao fracasso. Afinal, não se trata aqui da elucidação de crimes, mas da construção e do manejo de ferramentas que permitam intervir efetivamente no campo das políticas públicas de segurança. Sendo assim, quando os fatos se apresentam, tratá-los como coelhos sendo eles gambás, não irá ajudar a cumprir esses objetivos a contento, muito pelo contrário.

Além disso, como não há, definitivamente, formas de aprendizado e investigação em um campo complexo como o da Segurança Pública que possam ser “manualizadas”, por assim dizer, cabe ao investigador e ao gestor das políticas públicas de segurança usar de sua criatividade para construir suas próprias ferramentas de atuação. Em suma, não trabalhamos com manuais. O presente texto se propõe a ser, ao contrário, um projeto de levantamento de questões inescapáveis ao “como fazer” e aos métodos de trabalho na gestão e construção de tecnologias de Segurança Pública. Por isso, é necessário estar aberto ao diálogo com outros profissionais, outras disciplinas e com o processo criativo.

## **Métodos quantitativos e qualitativos**

Embora quando postas desta maneira possam parecer excludentes, abordagens de caráter mais qualitativo de um lado e, de outro, as de feição mais quantitativo, não são domínios incomunicáveis, ainda que bastante diferentes em suas naturezas. Métodos quantitativos são representados como um exemplo de objetividade nas ciências (sobretudo nas consi-

deradas naturais, exatas, duras etc.), usados por cientistas que medem, controlam, descrevem numericamente fenômenos de ordem natural ou social. Já os métodos qualitativos são as formas de fazer ciência, em que a subjetividade do pesquisador faz parte do jogo, e são largamente utilizados nas ciências humanas e sociais como forma de compreender os fenômenos, uma vez que os valores de que estas tratam não se expressam apenas em forma numérica. Contudo, por exemplo, questões levantadas por um estatístico podem servir de ponto de partida para aprofundamentos, como um estudo sociológico de viés mais qualitativo, ou mesmo um empreendimento etnográfico. Saiba que isso acontece com muita frequência.

Na construção e execução de tecnologias de Segurança Pública e Social não seria, pois, o mais correto separar as abordagens quantitativas e qualitativas em domínios opostos e excludentes para, em seguida, aderir a um dos lados. Pelo contrário, o ideal é o pesquisador conhecer ao menos os princípios lógicos que as estruturam, para que possa combiná-las quando necessário. E o desconhecimento de uma das duas vertentes não pode ser usado como justificativa para o uso da outra.

Em “Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade”, artigo escrito por Maria Cecília Minayo (antropóloga, com experiência de pesquisa na área de saúde pública) e Odécio Sanches (físico, com estudos no campo da bioestatística), essa questão aparece com muita clareza. Os autores chamam atenção para os ganhos em se tomar esses métodos como complementares, na medida em que a pesquisa se desenvolve. Pensamos que é isso o que o tecnólogo em Segurança Pública tem de ter em mente no momento de construir suas ferramentas e seus aparelhos de análise da realidade dada. Sobre essas perspectivas (quantitativa e qualitativa), Minayo e Sanches afirmam que:

Nenhuma das duas, porém, é boa, no sentido de ser suficiente para a compreensão completa desta realidade. Um bom método será sempre aquele que, permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente-exequível (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 239).

Ou seja, o que importa é que a ferramenta analítica construída pelo pesquisador se ajuste ao que ele se propõe a fazer (e este é o ponto), não a posições teóricas ou escolas de pensamento. Obviamente, não queremos

com isso afirmar que contribuições teóricas não são importantes, apenas chamar a atenção para o fato de que as teorias são constructos imaginários sobre como funciona o “real”, e o descompasso entre as teorias e o que se verifica na “realidade” estudada – coisa que não é incomum acontecer – indica, em geral, que chegou o momento de se rever a teoria.

Essa construção da ferramenta analítica deve ser ousada o bastante para não ficar restrita a formas excludentes de pensar, do tipo qualitativo × quantitativo, teórico × empírico etc. Obviamente que a intenção aqui não é apresentar exhaustivamente, de um lado, os métodos tidos como quantitativos e, de outro, os de viés mais qualitativo, nem tampouco esgotar o assunto. Sigamos, todavia, com algumas considerações iniciais a isso relacionadas e que não poderiam ficar aqui de fora.

## Qualitativo e quantitativo: potencialidades e limites de cada um

Minayo e Sanches, no já referido artigo, são muito precisos no sentido de demonstrar o “fraco” e o “forte”, por assim dizer, daquilo que chamam de *abordagem qualitativa*. Segundo esses autores,

Por trabalhar em nível de intensidade das relações sociais [...], a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis, mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa. Se adequa, por exemplo, ao estudo de um grupo de pessoas afetadas por uma doença, ao estudo do desempenho de uma instituição, ao estudo da configuração de um fenômeno ou processo. Não é útil, ao contrário, para compor grandes perfis populacionais ou indicadores macroeconômicos e sociais. É extremamente importante para acompanhar e aprofundar algum problema levantado por estudos quantitativos ou, por outro lado, para abrir perspectivas e variáveis a serem posteriormente utilizadas em levantamentos estatísticos (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245).

Por isso, como temos argumentado aqui, para os estudos e diagnósticos do campo das elaborações de tecnologias sociais de Segurança Pública, é importante o pesquisador, o profissional, conhecer ao menos o básico da lógica de funcionamento de cada uma dessas duas vertentes. Embora os autores estejam se baseando nas investigações que realizaram no âmbito do campo da saúde pública e coletiva, o que dizem no trecho destacado

é perfeitamente intercambiável para se pensar nas lidas e desafios do nascente campo da tecnologia social em Segurança Pública, ao menos nos termos em que o pensamos.

As abordagens que se baseiam em estatísticas e tratam de grandes contingentes populacionais oferecem desenhos mais gerais dos fenômenos estudados (índices de assaltos à mão armada, roubos de carros, acidentes de trânsito, por exemplo), porém, no momento de examinar em profundidade as dinâmicas que estruturam esses fenômenos, em geral, deixam a desejar. É aí então que as metodologias de verniz mais qualitativo podem cumprir esse papel de aprofundamento. Tal lógica compreensiva (mais do que puramente objetiva) dos fenômenos teve de se consolidar nas próprias ciências sociais, superando desconfiças a respeito de sua suposta falta de objetividade.



O núcleo da filosofia de **Comte** radica a ideia de que a sociedade só pode ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. Com isso, distingue-se de outros filósofos de sua época, como Saint-Simon e Fourier, que se preocupavam também com a reforma das instituições, mas prescreviam modos mais diretos para efetivá-la. Enquanto esses pensadores pregavam a ação prática imediata, Comte achava que antes disso seria necessário fornecer aos homens novos hábitos de pensar de acordo com o estado das ciências de seu tempo. Por essa razão, o *sistema comteano* estruturou-se em torno de três temas básicos. Em primeiro lugar, uma filosofia da História com o objetivo de mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (chamada por ele de filosofia positiva ou pensamento positivo) deve imperar entre os homens. Em segundo lugar, uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva. Finalmente, uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições. A esse sistema deve-se acrescentar a forma religiosa assumida pelo plano de renovação social, proposto por Comte nos seus últimos anos de vida (GIANNOTTI, 2005, p. 8).



**Auguste Comte**  
(1798-1857)

Considerado por muitos o “pai da sociologia”, na realidade não a concebia sob esse nome. Para ele, o então nascente estudo das sociedades deveria chamar-se “física social”.

Ou seja, segundo tais princípios, os estudiosos dos fenômenos sociais deveriam importar os métodos (quantitativos) de estudo das ciências naturais e exatas.



### Emile Durkheim (1858-1917)

Parcial seguidor das ideias de Comte, dizia que os “fatos sociais” deveriam ser tratados como “coisas”, embora ele admitisse que não o fossem (DURKHEIM, 1978).

Dentro da tradição positivista de delimitar claramente os objetos das ciências para melhor situá-los no campo do conhecimento, **Durkheim** aponta um *reino social*, com individualidade distinta dos reinos animal e mineral. Trata-se de um campo com caracteres próprios e que deve, por isso, ser explorado através de métodos apropriados (RODRIGUES, 1998, p. 18).

Em síntese, a obra sociológica de Durkheim é um exemplo de obra imperecível, aberta não a reformulações, mas a continuidades – e que marca a etapa mais decisiva na consolidação acadêmica da Sociologia. Sua maior qualidade talvez seja a prioridade do social na explicação da realidade natural, física e mental em que vive o homem. [...] Apesar de suas raízes no tempo em que viveu, a obra de Durkheim – respondendo a preocupações da sociedade e da Sociologia de sua época – constitui um modelo do produto sociológico, cujo consumo não se esgota na leitura, mas continua a fruir os produtos de seus discípulos e leitores (RODRIGUES, 1998, p. 33).

---

Posteriormente, ao longo do século XX, o desenvolvimento das ciências sociais tomou rumos diversos, não necessariamente filiados ao positivismo *comteano*, dentro dos quais a construção dos métodos de investigação das diferentes formas de “vida social” passaram a tomar um viés mais favorável à compreensão (e não apenas à quantificação) dos fenômenos (WEBER; THOMAS, 1970). Ou seja, para além da descoberta de regularidades e das descrições numéricas, os estudos dos sistemas simbólicos locais passam a ganhar cada vez mais importância nas ciências sociais, com destaque para as contribuições do antropólogo norte-americano **Clifford Geertz** e sua perspectiva simbólica ou interpretativa das realidades sociais (GEERTZ, 1989).

## Registros e Estatística

A Estatística é uma ciência (associada, mas independente da Matemática) que se utiliza das teorias da probabilidade para explicar a frequência da ocorrência de eventos e fenômenos. Sendo assim, pode ser útil para estimar ou possibilitar a previsão de fenômenos futuros, conforme o caso. Está intimamente relacionada com a vertente quantitativa dos estudos e

pesquisas. Algumas práticas estatísticas incluem, por exemplo, o planejamento, a sumarização (em gráficos, tabelas etc.) e a interpretação de observações. A atividade estatística é, desse modo, algo historicamente ligado aos assuntos de Estado no assim compreendido “mundo ocidental”.

O próprio vocábulo da língua portuguesa *estatística* já sinaliza para essa relação com o exercício decisório estatal, uma vez que tem origem na expressão em latim *statisticum collegium*, que designaria algo como uma forma de palestra sobre os assuntos do Estado. Daí surgiu a palavra em língua italiana *statista*, que significa homem de estado ou político, como também a palavra alemã *statistik*, designando a análise de dados sobre o Estado e suas ações. A versão inglesa, *statistic*, por sua vez, aparece como vocábulo na Enciclopédia Britânica em 1797 e adquiriu um significado de coleta e classificação de dados no início do século XIX.

Sendo assim, podemos melhor entender a Estatística como uma ciência que se dedica à coleta, análise e interpretação de dados quantificáveis. Preocupa-se com os métodos de coleta, organização, resumo, apresentação e interpretação dos dados, assim como em tirar conclusões sobre as características das fontes de onde esses foram retirados para melhor compreender as situações.



**Figura 2.1:** A Estatística é um campo do conhecimento inventado há séculos e que, desde então, pode ser utilizado para que o Estado conheça melhor as populações que lhes são dadas para governar.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1415240>

Por outro lado, é muito comum se confundir Estatística com registros policiais – fato que ocorre inclusive com jornalistas e outros profissionais que veiculam seus textos por via da imprensa, não raro tomando os segundos como se fossem a primeira. Isso é um grave erro, sobretudo



### Clifford Geertz (1926-2006)

Com cerca de vinte livros publicados, Clifford Geertz foi um dos principais antropólogos do século XX, importante [...] não apenas para a própria teoria e prática antropológica, mas também fora de sua área, em disciplinas como a psicologia, a história e a teoria literária. Considerado o fundador de uma das vertentes da antropologia contemporânea – a chamada Antropologia Hermenêutica ou Simbólica ou Interpretativa, que floresceu a partir dos anos 50. Geertz, graduou-se em filosofia e inglês no Antioch College, em 1950. Obteve seu PhD em Antropologia em 1949 e desde então conduziu extensas pesquisas de campo, das quais se originaram seus livros, escritos essencialmente sob a forma de ensaio. Suas principais pesquisas ocorreram na Indonésia e no Marrocos. Foi o descontentamento com a metodologia antropológica disponível à época de seu estudo, para Geertz, excessivamente abstrata e de certa forma distanciada da realidade encontrada no campo, que o levou a elaborar um método novo de análise das informações obtidas entre as sociedades que estudava. Seu primeiro estudo tinha por objetivo entender a religião em Java.

Fonte: Wikipedia.  
Acesso em: 25 fev. 2014.

porque a Polícia registra o que ela quer ou o que consegue apreender ou filtrar do curso aleatório e aparentemente caótico da vida social. Não que os registros policiais tenham que, por isso, ser deixados de lado pelo pesquisador e pelo tecnólogo em Segurança Pública, apenas não se deve trabalhar com eles como se fossem dados estatísticos, o que seria uma falha metodológica bastante comprometedora. Mesmo com relação aos registros estatísticos, faz-se necessário o exercício da crítica para não incorporá-los ao estudo sem maiores ponderações.

## ===== **Atividade 1** =====

### *Atende aos Objetivos 1 e 3*

Com base em sua compreensão do que foi exposto até este ponto da aula, leia com atenção os enunciados e responda às seguintes questões objetivas:

1. Os processos de construção de políticas públicas de segurança que partam efetivamente das demandas legítimas da sociedade em uma ordem democrática constituem-se como desafios do mundo contemporâneo (em especial no Rio de Janeiro). Tais tecnologias precisam ser elaboradas com apuro metodológico e atenção às realidades locais. Desse modo, como você pensa que deve ser construído e transmitido o conhecimento profissional nesse importante campo de intervenção social em que o futuro tecnólogo em Segurança Pública será chamado a atuar?
  - a) ( ) Deve-se compreender muito bem as diferenças entre as abordagens quantitativas e qualitativas para que o tecnólogo não as misture, uma vez que há problemáticas que só podem ser bem compreendidas e resolvidas através de metodologias quantitativas, e outras, através de metodologias qualitativas.
  - b) ( ) O ideal é a adoção de manuais nos quais podemos encontrar previstas todas as situações possíveis e imagináveis de uma pesquisa no campo da Segurança Pública.
  - c) ( ) É importante que o tecnólogo em Segurança Pública esteja suficientemente atento e consciente das peculiaridades e da complexidade que os problemas sobre os quais será chamado para atuar apresentam e que desenvolva alguma criatividade para combinar métodos e técnicas em um arranjo original, mas que dê conta daquilo que se propõe a definir, compreender ou solucionar.

d) ( ) Na falta de métodos próprios e seguros, deve-se conhecer muitas teorias elaboradas por sociólogos e estatísticos, pois a coerência teórica e a obediência aos preceitos da física social são mais do que suficientes para um entendimento qualificado dos problemas ligados a conflitos e segurança.

2. Aponte, entre as alternativas a seguir, aquela que, segundo esta aula, melhor define um tipo muito peculiar de dificuldade a ser enfrentada por pessoas que querem ser pesquisadores, mas já foram socializadas em outras formas de construção de verdades não exatamente científicas.

a) ( ) A falta de manuais de pesquisa para serem rigorosamente seguidos na prática, como receitas para trabalhar.

b) ( ) O fato de que as pesquisas de caráter quantitativo são muito pouco desenvolvidas no Brasil.

c) ( ) Os estudos efetuados por sociólogos, políciólogos (além de outros “ólogos”) só servem para contradizer o saber policial.

d) ( ) A naturalização de formas de conhecimento e ação pouco atentas à configuração dos fatos como eles se apresentam (e não como deveriam se apresentar), tal qual aparece na piada do coelho.

3. Indique, entre as alternativas seguintes, aquela que melhor representa o que foi trabalhado nesta aula a respeito das abordagens quantitativas e qualitativas, bem como das possibilidades de interação entre as duas.

a) ( ) As duas formas de abordagem podem ser úteis ao pesquisador interessado nas questões da Segurança Pública, desde que se opte por apenas uma delas.

b) ( ) Faz-se necessário algum conhecimento dos princípios que estruturam as abordagens, uma vez que estudos muito interessantes podem ser realizados através da combinação dessas duas vertentes.

c) ( ) Deve-se priorizar o olhar quantitativo, pois é mais objetivo e, justamente por isso, mais científico.

d) ( ) Somente as abordagens quantitativas se prestam aos estudos em Segurança Pública, pois é assim que poderemos compreender melhor e com sensibilidade os fenômenos que ali se apresentam.

4. De acordo com a presente aula, é correto dizer, sobre os registros policiais, que:

- a) ( ) funcionam exatamente como as estatísticas, permitindo conhecer e quantificar problemas e conflitos de ordem social;
- b) ( ) podem ser utilizados por pesquisadores, desde que não sejam tratados como números estatísticos, o que seria um grave erro de ordem metodológica;
- c) ( ) por serem uma espécie de “falsa estatística”, não podem ser usados em pesquisas minimamente sérias;
- d) ( ) são fundamentais para a construção do conhecimento em Segurança Pública, uma vez que todos os números publicados pela polícia refletem a realidade da sociedade e seus conflitos como em uma radiografia.

5. De acordo com o que tem sido discutido no âmbito desta aula, indique, entre as alternativas seguintes, aquela que melhor representa as duas qualidades, apresentadas pelo pesquisador, que favorecem o processo de pesquisa em Segurança Pública:

- a) ( ) sensibilidade e criatividade;
- b) ( ) disciplina e senso de hierarquia;
- c) ( ) religiosidade e coerência teórica;
- d) ( ) fidelidade e obediência.

### **Respostas Comentadas**

1. Letra C. Considerando-se que políticas são mais bem formuladas à medida que mais qualificado for o conhecimento da área na qual a política pública intervém, a combinação de princípios, métodos e técnicas de pesquisa acaba sendo muito favorável. No caso da Segurança Pública, a atenção aos contextos, sempre muito particulares e originais, de onde emergem os conflitos, exige a originalidade do pesquisador na construção de ferramentas analíticas. Os manuais não dão conta.

2. Letra D. Como aparece no início da aula, formas naturalizadas de construção da verdade, não raro, subvertem o que a lógica, o contexto ou a situação exprimem, e a piada do coelho explicita isso de maneira bem humorada. Nos processos de pesquisa, como foi dito, agir assim condenaria o investimento ao fracasso e à desqualificação, caracterizando uma dificuldade a ser enfrentada por pessoas socializadas em instituições policiais que queiram construir uma carreira como pesquisadores.

3. Letra B. Melhor do que tratar os princípios quantitativos e qualitativos como antagônicos e excludentes, seria construir ferramentas analíticas em que esses princípios formem complementaridades.
4. Letra B. Nesta questão, o importante é que você se lembre de que estatísticas e registros policiais são conceitos completamente distintos um do outro.
5. Letra A. As qualidades são sensibilidade, que permita compreender as particularidades locais e a natureza dos conflitos, e criatividade, na construção de ferramentas analíticas eficientes e originais, combinando diferentes metodologias e estratégias de pesquisa.

## Alguns métodos e técnicas de pesquisa

Como já tivemos a oportunidade de dizer, devido à exuberante complexidade da problemática da Segurança Pública, ao definir um determinado fenômeno como um objeto de pesquisa ou como um problema a ser resolvido, é preciso considerar que o emprego de diferentes metodologias e técnicas de investigação combinadas não é apenas permitido mas também desejável. Sendo assim, apresentaremos, a seguir, algumas breves considerações sobre estratégias diversas, mais ou menos consolidadas, tomando como base os modelos de investigação concebidos no âmbito das Ciências Sociais.

### Levantamento bibliográfico

Uma boa e recomendável forma de começar uma pesquisa é, sem dúvida, se acerrar do que já foi estudado e escrito sobre o tema em questão, bem como sobre temas correlatos. Isso inclui contribuições mais recentes ou estudos tornados clássicos, seminais. Se você se interessar em elaborar um projeto de pesquisa sobre o papel dos municípios na implementação de políticas públicas de segurança, por exemplo, terá a seu favor uma considerável quantidade de estudos publicados nas últimas décadas, nas áreas de Antropologia, Direito, Sociologia etc. Além disso, será também interessante que leia obras mais ou menos consagradas do chamado **Pensamento social brasileiro**, que tangenciam o tema, ajudando-o a entender historicamente o que hoje se entende como município, política pública e segurança.

### Pensamento social brasileiro

Série de estudos voltada para o entendimento da história e de aspectos socioculturais da formação do que hoje se entende como Brasil. Destaque para a obra do antropólogo pernambucano Gilberto Freyre, em livros seminais como *Casa-grande & Senzala* (sobre o período colonial), *Sobrados e Mocambos* (centrado no período do Império), e ainda *Ordem e Progresso* (versando sobre o início da experiência republicana brasileira). Destacamos, ainda, as obras do historiador e sociólogo Sérgio Buarque de Holanda (sobretudo *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*); bem como o trabalho do cientista político Raymundo Faoro (autor do livro *Os Donos do Poder*, dividido em dois volumes, e que, para tentar entender os dilemas brasileiros, vai ao início da formação do Estado português no século XII), entre outros.

## Aplicação de questionários

Uma das formas mais conhecidas de investigação social é a elaboração e a aplicação de questionários, com perguntas fechadas que os pesquisadores (ou institutos de pesquisa) elaboram, no intuito de tentar entender o que contingentes populacionais pensam sobre determinados assuntos colocados em pauta. Tal prática, quando desempenhada com apuro metodológico, pode ensinar a construção de levantamentos estatísticos bastante úteis para o conhecimento de realidades dadas.

Por outro lado, os assim chamados “aplicadores de questionários”, ou “auxiliares de pesquisa”, anotam as respostas obtidas, porém, muitas vezes desconhecem os quadros de referência adotados na construção das perguntas (THIOLLENT, 1987), também utilizados em pesquisas sobre intenção de voto nas eleições. Há programas de computador, geralmente formulados a partir de questões de múltipla escolha, que são construídos para organizar os dados assim obtidos, coletando as respostas de vários entrevistados (centenas ou milhares) às mesmas perguntas.

Uma das críticas em relação a essa forma de se fazer pesquisa e de (re)conhecer uma determinada realidade reside naquilo que, em grande medida, se vê como pobreza das respostas – muitas vezes restritas a um (X) marcado (após se perguntar se o entrevistado concorda com algo) no *sim*, no *não*, ou no *em parte*. Outra crítica seria a de que, da forma como são feitas, tais enquetes resultariam, em maior ou menor medida, na indução da resposta pela formulação da pergunta.

## Entrevistas semiestruturadas

Outro tipo de entrevista é aquela em que o pesquisador prepara um roteiro e, a partir dele, conversa com o entrevistado, buscando estimulá-lo a explicitar suas visões de mundo e representações sobre o tema de sua pesquisa. Os entrevistados são escolhidos pelo seu reconhecido *know-how* do problema em pauta, e não abordados aleatoriamente nas ruas, como geralmente acontece com os questionários aplicados pelos auxiliares de pesquisa. No caso das entrevistas semiestruturadas, é fundamental a sensibilidade do pesquisador/entrevistador para os elementos não verbais de uma conversa, tais como silêncios, mímicas, hesitações – que muitas vezes conseguem dizer mais coisas do que todas as palavras do vocabulário.

Michel Thiollent, em *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, chama atenção para o fato de que essa forma de

entrevista, semiestruturada (que ele próprio denomina como “entrevista não diretiva”), não deve implicar, por outro lado, uma total liberdade na interação entre entrevistador e entrevistado, ou seja, não é uma conversa comum – visto que, nesse caso, a investigação se tornaria impossível por falta de uma diretriz para dar conta do problema em pauta. Dito de outra maneira, mesmo que essa técnica de investigação não tenha uma estruturação rígida como a de um questionário, não se pode abrir mão da formulação de uma problemática a ser tomada como referencial, para orientar essa conversa aparentemente informal.

Na prática da entrevista não diretiva, o retardamento da categorização corresponde a uma tentativa de minimizar o efeito de rotulagem dos comportamentos, das opiniões, atitudes ou crenças, num primeiro momento, pelo entrevistador e, num segundo momento, pelo pesquisador principal. Não basta a captação de um sinal isolado na fala do entrevistado para que ele seja imediatamente categorizado em função das preferências arbitrárias dos pesquisadores. Por exemplo, em resposta a uma pergunta aberta, “a mulher deve apanhar de vez em quando” não basta classificar, sem demais considerações, o sujeito na categoria dos fascistas. A liberdade de propósito que é estimulada na situação da entrevista não diretiva deve permitir ao entrevistado a emissão do maior conjunto de sinais possível. O pesquisador está, então, em melhores condições para atribuir uma significação ao discurso captado e, eventualmente, após leituras sucessivas, dar uma satisfatória categorização de seus diversos elementos (THIOLLENT, 1987, p. 96).

Por isso tudo, pensamos que o uso de entrevistas semiestruturadas por tecnólogos em Segurança Pública como ferramenta de pesquisa e resolução de problemas institucionais é de grande valia. Como estamos dizendo, desde o início desta aula, não se aprende a fazer entrevistas como essas lançando-se mão do uso de receitas e manuais, mas com treino e prática. Em geral, o sucesso dessa técnica encontra-se intimamente relacionado com a disposição do pesquisador em ouvir o outro e, óbvio, demonstrar isso para o entrevistado, olhá-lo nos olhos e estar, ao menos aparentemente, receptivo ao que ele fala. Um ato falho do pesquisador, a exemplo de um movimento de sobranceira, por sutil que seja, pode explicitar o seu descontentamento e, conseqüentemente, intimidar quem fala. O valor dessa técnica de pesquisa consiste em deixar que o entrevistado reflita de maneira solta e desimpedida sobre um roteiro de questões, e é isso o que se perde quando o entrevistado se intimida.

## Trabalho de campo

Biólogos, geólogos, geógrafos, antropólogos etc. são profissionais que incluem alguma forma de trabalho de campo (ou ida a campo) em seus métodos de pesquisa. Por isso, talvez seja também bastante diverso aquilo que se entende por trabalho de campo. Por exemplo, em Biologia, o objeto de estudo pode pertencer ao reino animal e, em Geologia, ao reino mineral. Já para os campos da Geografia e da Antropologia, os problemas e objetos podem referir-se a relações humanas, trazendo para a pesquisa e discussão um enorme acréscimo de complexidade e imponderabilidade. Particularmente, a Antropologia se constituiu no campo científico ocidental instituindo o trabalho de campo de caráter etnográfico como sua “técnica mãe”.

Em 1914, um polonês chamado Bronislaw Malinowski, com doutorado em Física e Matemática pela Universidade da Cracóvia e estudante de Antropologia na London School of Economics, organizou uma expedição à Nova Guiné com o intuito de estudar alguns aspectos sociais daqueles que, à época, eram conhecidos como “povos primitivos”. Foi assim que Malinowski chegou às Ilhas Trobriand, um arquipélago no Oceano Pacífico. A Antropologia que era feita até então fazia uso de uma concepção de trabalho de campo em que o pesquisador, numa situação como a de Malinowski, raramente saía do navio no qual viajava e onde montava seu gabinete. Não raro, seus interlocutores eram agentes colonizadores dessas populações, ou seja, intermediários. Malinowski, ao contrário, montou sua barraca no meio da aldeia e passou a conviver com os nativos. Aprendeu sua língua, participou de festas, funerais, competições e também do cotidiano, vivendo assim o que denominou “tédio nativo”. Assim, tinha um tipo de conhecimento da cultura estudada muito mais aprofundado do que aquele obtido através dos intermediários, no convés do navio.

Em plena época da I Guerra Mundial (1914-1918), na Europa, Malinowski eventualmente acabou tendo de ficar em trabalho de campo mais tempo do que havia imaginado. Mas até isso, afinal, se tornou favorável para que ele definisse a “observação participante” como a forma ideal de construção do conhecimento em Antropologia.



Stanislaw Ignacy Witkiewicz

**Figura 2.2:** Malinowski e seus interlocutores trobriandeses.

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Bronis%C5%82aw\\_Malinowski#mediaviewer/Arquivo:Bronis%C5%82aw\\_Malinowski\\_among\\_Trobriand\\_tribe\\_3.jpg](http://es.wikipedia.org/wiki/Bronis%C5%82aw_Malinowski#mediaviewer/Arquivo:Bronis%C5%82aw_Malinowski_among_Trobriand_tribe_3.jpg)

Em 1922, lança o livro *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. Na introdução, leitura obrigatória para estudantes de Antropologia do mundo inteiro, Malinowski fala de seus medos, excitações, desânimos, hesitações, tudo isso intensamente vivido nos dois períodos de sua permanência em Trobriand (1915-1916 e 1917-1918). Fala também da necessidade de o pesquisador ter um diário de campo para que possa anotar tudo, mesmo aquilo que pareça, à primeira vista, desinteressante ou banal. Mas o que torna aquela introdução tão importante é a forma como este físico e matemático, agora convertido a antropólogo, sistematiza o que chama de trabalho de campo em Antropologia.

O objetivo principal da pesquisa etnográfica de campo é, portanto, estabelecer o contorno firme e claro da constituição tribal e delinear as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolando-o de fatos irrelevantes. É necessário, em primeiro lugar, descobrir-se o esquema básico da vida tribal. Este objetivo exige que se apresente, antes de mais nada, um levantamento geral de todos os fenômenos, e não um mero inventário das coisas singulares e sensacionais – e muito menos ainda daquilo que parece original e engraçado. Foi-se o tempo em que se aceitavam relatos nos quais o nativo aparecia como uma caricatura infantil do ser humano. Relatos deste tipo são falsos – e, como tal, a ciência os rejeita inteiramente. O etnógrafo de campo deve analisar com seriedade e

moderação todos os fenômenos que caracterizam cada aspecto da cultura tribal sem privilegiar aqueles que lhe causam admiração ou estranheza em detrimento dos fatos comuns e rotineiros. Deve, ao mesmo tempo, perscrutar a cultura nativa na *totalidade de seus aspectos* [grifo do autor]. A lei, a ordem e a coerência que prevalecem em cada um desses aspectos são as mesmas que os unem e fazem deles um todo coerente (MALINOWSKI, 1978, p. 24).

Sabemos que o trabalho do tecnólogo em Segurança Pública é de natureza bastante distinta do trabalho do antropólogo. Admitimos também que quase nunca haverá muito tempo para se sentirem e entenderem as coisas do “ponto de vista dos nativos” (MALINOWSKI, 1978, p. 33). Contudo, o que queremos sustentar aqui é a ideia de que, tanto na elaboração de tecnologias sociais quanto no que concerne à execução de políticas públicas, fenômenos e problemas sociais deverão ser entendidos com alguma profundidade, não de forma superficial. E a etnografia tem cumprido esse papel de aprofundamento para a Antropologia e sua proposta de conhecimento da natureza dos fenômenos socioculturais. E se assim o é, pode ser também útil aos profissionais que elaborarão e executarão as futuras tecnologias aplicadas ao campo da Segurança Pública, uma vez que, certamente, terão de conhecer, em alguma profundidade, a natureza dos desafios que enfrentarão em sua vida profissional, e não apenas seus aspectos anedóticos ou irrelevantes, como diria Malinowski.

## ===== **Atividade 2** =====

### *Atende ao Objetivo 2*

Com base na sua leitura, complete as frases a seguir, utilizando, entre os termos colocados como opção, aquele que melhor complementa a lacuna, de acordo com a concepção de construção de tecnologias em Segurança Pública, gestadas a partir da demanda das sociedades, das comunidades.

1. Consiste o \_\_\_\_\_ em uma maneira de se aproximar do problema a partir do que já foi estudado sobre ele, tanto estudos tornados clássicos, seminais, como recentes atualizações relativas ao tema.
  - a) ( ) questionário;
  - b) ( ) obituário;

- c) ( ) levantamento bibliográfico;
- d) ( ) trabalho de campo.
2. Um dos problemas da aplicação de questionários como um método de pesquisa, com perguntas “fechadas”, algumas vezes, em sim ou não, seria o/a \_\_\_\_\_.
- a) ( ) tendência do entrevistado a mentir;
- b) ( ) ausência de intimidade;
- c) ( ) desrespeito à privacidade;
- d) ( ) pobreza das respostas.
3. No modelo de entrevista semiestruturada, o papel do roteiro elaborado pelo pesquisador é \_\_\_\_\_.
- a) ( ) fornecer uma sequência de perguntas que devem ser seguidas à risca;
- b) ( ) permitir que o entrevistador organize a entrevista, mas dando liberdade ao entrevistado para falar de maneira desimpedida e livre;
- c) ( ) evitar que haja silêncios, mímicas e hesitações;
- d) ( ) reunir o maior número de perguntas sobre um determinado tema.
4. Saber fazer o trabalho de campo mais ou menos na forma como o fazem os antropólogos poderá eventualmente permitir aos tecnólogos em segurança pública \_\_\_\_\_.
- a) ( ) conhecer os fenômenos socioculturais com alguma profundidade;
- b) ( ) conhecer os fenômenos socioculturais com inteira autoridade;
- c) ( ) custificar a verba recebida para diárias de campo;
- d) ( ) elaborar projetos que acabarão com a criminalidade.

### **Respostas Comentadas**

1. (C) Como vimos, é bastante produtivo que o pesquisador se aproxime de seu tema com o levantamento bibliográfico sobre ele e com temas correlatos.
2. (D) Na aplicação de questionários, muito da natureza dos fenômenos pesquisados acaba ficando de fora por conta de respostas “fechadas”, como *sim, não, talvez* etc. A dinâmica dos processos sociais é muito mais complexa do que essas expressões são capazes de expressar.

3. (B) O roteiro é semiestruturado justamente para não estruturar rigidamente a conversa que deve fluir, se possível, de maneira leve e despreocupada.

4. (A) A opção pela etnografia (lendo-a ou empreendendo-a) é uma interessante ferramenta para o conhecimento dos fenômenos sociais, não com autoridade, mas com alguma profundidade.

---

---

## Conclusão

Esperamos que agora, ao término da leitura do conteúdo desta aula e da feitura dos exercícios propostos, você esteja razoavelmente consciente dos desafios da atividade de pesquisa acadêmica a qual, por definição, não pode permitir que gambás sejam apresentados como coelhos ou vice-versa (embora isso eventualmente aconteça nas melhores academias do mundo). Combinar métodos e técnicas em arranjos originais para dar conta de problemas específicos será, em condições ideais, grande parte do ofício dos tecnólogos em Segurança Pública. Por isso, procuramos aqui aguçá-la sua sensibilidade para alguns desses métodos e técnicas de pesquisa.

Uma vez que você entenda isso e, através do exercício de seu ofício, saiba pôr tais preceitos em prática, é hora de escrever, colocar no papel, por assim dizer, suas ideias, movimento que complementa sua busca pela construção do conhecimento. O que queremos dizer com isso é que, ao expressar o que investigou, muitas vezes superando as dificuldades da escrita, aquele que escreve organiza seu próprio pensamento, e isso é fundamental para a qualidade e o alcance de seu trabalho.

---

---

## **Atividade Final**

---

---

*Atende aos Objetivos 1, 2 e 3*

Prepare um pequeno esboço de projeto de pesquisa utilizando alguma questão relativa à Segurança Pública como tema. Em seguida, baseado no projeto que você preparou, construa um roteiro de entrevista semiestruturada que possa dar conta da sua problemática. Escolha uma pessoa que entenda do assunto e realize com ela a entrevista, de preferência, fazendo uso do gravador. Uma vez executada essa tarefa, discuta com o tutor presencial

ou a distância sobre as eventuais dificuldades enfrentadas no processo e possíveis estratégias para superá-las. Depois, procure incorporar a orientação do tutor e repetir o exercício, agora, com outra pessoa. Repita isso quantas vezes achar necessário, pois, como já foi dito nesta aula, somente o treinamento e a prática da técnica de pesquisa propiciarão ao profissional um domínio para seus propósitos de investigação.

### **Respostas Comentadas**

Você e o tutor devem atentar para o seguinte:

- O esboço de projeto realizado deixa claro ao leitor os objetivos propostos?
- O roteiro preparado para a entrevista dá conta, ao menos razoavelmente, dos objetivos propostos no esboço de projeto de pesquisa?
- A pessoa escolhida para ser entrevistada é alguém que realmente possa dizer coisas capazes de contribuir para o pesquisador executar o projeto?
- Na prática da entrevista, soube o aluno/entrevistador deixar o voluntário/entrevistado à vontade? Ficou ansioso por esgotar o roteiro (coisa que se deve expressamente evitar)? Olhou nos olhos do entrevistado e se mostrou minimamente receptivo ao que ele dizia?

---

---

---

## **Resumo**

Nesta aula, procuramos socializá-lo na prática de pesquisa tal qual a aprendemos no âmbito das ciências sociais, por entendermos que a elaboração de tecnologias em Segurança Pública pode ser tomada como uma espécie de ciência social aplicada. Contudo, como os graduandos deste curso são pessoas já socializadas pelas instituições de Segurança Pública em que trabalham, grande parte de nossos esforços no início desta aula foi no sentido de desconstruir tal socialização e determinadas formas de construção de verdade envolvidas, claramente em contradição com as formas acadêmicas de construção da verdade e do conhecimento. Feito isso, procuramos sensibilizá-lo para que saiba combinar métodos e técnicas distintos e específicos na construção das ferramentas analíticas através das quais vai operar, atuar.

## **Informações sobre a próxima aula**

Na aula seguinte, nos concentraremos na discussão sobre a “entrada em campo” para quem é das áreas do Direito e da Polícia (a questão do “eu” no campo) e as dificuldades de se pesquisar em temas familiarizados, naturalizados, especificamente, nos campos policial e jurídico. Voltaremos também a abordar a análise quantitativa, aludida brevemente nesta aula. A ideia central é explicar para principiantes como ler gráficos, entender números, unir pesquisa qualitativa e quantitativa etc. Em suma, entender como e em que medida a pesquisa de campo, por exemplo, pode ser compatível com o emprego das estatísticas.

## **Leituras recomendadas**

COMTE, Auguste. *Comte*. Seleção de textos: José Arthur Gianotti. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores).

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. Organização: José Albertino Rodrigues; coordenação: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

# Aula 3

Entrando em campo: as dificuldades de realizar pesquisas empíricas no campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública

*Marcos Veríssimo  
Michel Lobo*

## **Metas**

Apresentar e debater problemas específicos em análise antropológica sobre as dificuldades de se realizarem pesquisas empíricas no campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública.

## **Objetivos**

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o ofício do antropólogo e a importância do campo como extensões essenciais do conhecimento;
2. identificar os contrastes entre as formas de construção do conhecimento na perspectiva antropológica e nas academias jurídica e policial.

## Introdução

As pesquisas empíricas sobre o sistema da Justiça Criminal e da Segurança Pública no Brasil ainda são poucas e recentes no que diz respeito às Ciências Sociais, e ainda mais escassas na Academia do Direito, embora com notáveis avanços nos últimos 25 anos. A academia jurídica acaba por reproduzir sua realidade unicamente em suas próprias reflexões, sem métodos, sem estranhamentos de suas próprias práticas e, no geral, acaba por ignorar as pesquisas empíricas, notadamente, a pesquisa de campo.

Aqui, temos a oportunidade de trazer tais questões, para além da Academia do Direito, aos profissionais do campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública em diversas áreas. Destacaremos a relevância, as possibilidades e os desafios de realizar a pesquisa empírica no campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública, dialogando o fazer antropológico e o fazer jurídico e policial.

## O campo como batalha

É comum que entre os antropólogos, independentemente de suas preferências teóricas, tenha se convencionado que a denominação *campo* compõe uma das extensões essenciais do conhecimento antropológico. Há uma valorização do trabalho de campo na antropologia contemporânea que determina que a ida ao campo é uma experiência necessária à formação do profissional, sem, contudo, excluir outras fontes de pesquisa, tais como documentos, arquivos, análises estatísticas etc.

Assim, é legítimo perguntarmos: o que é o campo para o antropólogo?

A história do uso do signo *campo* na linguagem científica teve origem ao final do século XVIII, no discurso da geologia, a ciência que pesquisa a história e a arquitetura da superfície do nosso planeta. O signo *terrain* foi primeiramente empregado em razão da tradução francesa dos trabalhos do mineralogista alemão Werner e do geólogo escocês Hutton. *Terrain* tanto envolve a reflexão histórica sobre o *terreno*, como também analisa sua natureza e sua classificação. Há um encontro indispensável entre uma reflexão sobre a história e outra sobre a estrutura dos terrenos. A definição geológica de *campo/terreno* força o pesquisador a buscar uma justa articulação entre uma percepção sincrônica e uma diacrônica (PULMAN, 2007).

Para um geólogo, o seu campo é o espaço geográfico que ele quer estudar. Observar os detalhes da superfície de uma pedreira, escavar com a pá, acompanhar um afloramento por rastros superficiais, tudo isso é trabalho de campo.

O sentido abonado, atualmente, à palavra *campo* tem uma pré-história que se desenvolveu na geologia. Em antropologia, o signo *campo* dispõe de uma bipolaridade semântica (PULMAN, 2007), pois é, ao mesmo tempo, o objeto de estudo (definição daquilo que se pretende estudar) e o local da pesquisa do antropólogo (para onde o pesquisador vai, fisicamente, observar seu objeto de estudo) na contemporaneidade.

Outro aspecto importante sobre o campo é que ele se desenrola em um confronto. Tal batalha abrange ao menos dois aspectos: os perigos físicos e os simbólicos. O primeiro refere-se aos riscos reais de certos campos, tais como conflitos armados, doenças etc. O segundo compreende à capacidade do pesquisador em abandonar a si mesmo sem perder o objeto da pesquisa e entrar em campo consciente de seus preconceitos, de seus valores para não incorporá-los na interpretação do que observou. Da mesma forma, o pesquisador pode ser seduzido pelo campo, ao ponto de extrair de suas próprias observações somente aquilo que **interlocutores** locais querem lhe mostrar. Os riscos são epistemológicos em analisar e reconhecer a validade e os limites do conhecimento e em saber lidar com o que o campo traz para o pesquisador. É um choque de percepções entre o ponto de vista deste, com suas verdades, e a forma como ele traduzirá sua experiência em campo para um texto, para a escrita.

## Interlocutor

Pessoa que participa do processo de interação que ocorre por meio da linguagem. É aquele que toma parte da conversação.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Interlocutor>

A pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada quando desafia os conceitos constituídos pelo senso comum no confronto entre as teorias e as visões de mundo que o pesquisador leva consigo para o campo e a observação da realidade “nativa” que enfrenta (PEIRANO, 1992). O pesquisador deve estar munido de uma formação adequada que lhe permitirá realizar a síntese do que observou em campo.

Oliveira (2008) destaca três etapas de apreensão dos fenômenos sociais necessários à reflexão no exercício da pesquisa etnográfica e na elaboração do conhecimento: o olhar, o ouvir e o escrever. O autor dispõe o olhar como a primeira experiência do pesquisador em campo. É necessária uma domesticação do seu olhar teórico. O objeto de pesquisa para o qual o pesquisador se volta não escapa de ser aprendido pelo esquema

conceitual da área formadora de nossa maneira de perceber a sociedade. O ouvir, como complementação do olhar e etapa inicial da obtenção de dados, é disposto como um ouvir especial. Há de se saber escutar, apontando para a questão do encontro de subjetividades e da desigualdade nos diálogos entre pesquisador e sujeito de pesquisa. É principalmente nessa etapa, mas não exclusiva ou isoladamente nela, que o pesquisador deve estranhar e tematizar as categorias percebidas em campo. Para o autor, o ouvir ganha em qualidade e altera uma relação na interação, nos diálogos entre pesquisador e interlocutor, o qual assume ou não a “observação participante”, em que o pesquisador admite um comportamento aceitável pelo grupo que observa, saindo do papel de mero observador conforme a conveniência e o desenrolar da sua pesquisa. Por fim, Oliveira dispõe sobre o escrever como um exercício de “gabinete”, baseado no diálogo do pesquisador consigo mesmo no interior de uma representação coletiva, buscando a articulação entre os dados obtidos no trabalho de campo e a construção do texto.

Identificar e acessar a realidade do campo de pesquisa implica perceber as categorias dos nativos, daí a necessidade de se observarem nomes, histórias, categorias e suas descrições por esses nativos (interlocutores) etc. Estranhar e tematizar as categorias é um exercício fundamental para quem estuda a própria sociedade, especificamente um campo naturalizado. Porém, esse constante exercício acaba por levar o pesquisador para além dos estranhamentos, esforçando-se para explicitar o implícito, identificando e interpretando significados da língua.

Porém, nem todo bom antropólogo é essencialmente um etnógrafo. Há aqueles com maior ou menor afinidade para a pesquisa de campo. No entanto, todo bom antropólogo estuda e reconhece que é na sensibilidade para o confronto ou o diálogo entre teorias acadêmicas e nativas que está o potencial de riqueza da antropologia (PEIRANO, 1992).

A pesquisa etnográfica não possui uma fórmula, um manual para ser seguido, nem um jeito específico para ser conduzida, mas, como vimos, não é realizada de qualquer maneira. A etnografia decorre de um exercício de experiências do pesquisador, que pode seguir os modelos que lhe convierem. Percebemos a importância de o investigador definir seu objeto de pesquisa, seu campo e a relevância de “estar lá”, de passar pela experiência do deslocamento para o campo. Há uma reflexão posterior à pesquisa, em que o pesquisador pode utilizar metodologias e teorias que lhe convierem em sua reflexão. Assim, podemos ter pesquisas de antropólogos sobre um mesmo campo, em um mesmo tempo, mas com

perspectivas e interpretações diferentes, com contemplações de situações diversas.

Charles Wright Mills dispõe os exercícios de reflexão do cientista social como um artesanato intelectual e defende que uma das melhores formas de se realizarem as reflexões sistemáticas que esse profissional precisa fazer é por meio da manutenção de um diário de campo, capturando experiências pessoais, além de estudos em elaboração e planejados, estimulando a captura de pensamentos marginais, de ideias, mesmo que simplórias. A manutenção desse diário visa desenvolver hábitos de autorreflexão, de escrita e de expansão das categorias que o pesquisador usa em seu raciocínio.

Podemos perceber que, no processo de aprender a estranhar e de romper com o senso comum, próprio dos antropólogos, é impossível realizar uma pesquisa de campo de forma inteiramente neutra ou “pura” de teorias e conceitos, tanto de senso comum quanto científicas, seja por parte do próprio pesquisador, seja pelos sujeitos da pesquisa. Gilberto Velho afirma que a subjetividade do pesquisador está presente em todo o seu trabalho. Roberto Kant de Lima também declara que o conhecimento antropológico não é e nem poderia ser neutro. A questão é o pesquisador saber reconhecer e explicitar seus próprios preconceitos e entender como isso pode afetar a sua pesquisa. Esta afeta o antropólogo e o antropólogo pode, por sua vez, afetar os interlocutores.

Outra característica marcante na pesquisa etnográfica é a de que “o campo fala”. Diferente de outras áreas do saber, em que se parte de uma hipótese que se busca evidenciar ao longo da pesquisa, o antropólogo entra em campo sem uma hipótese pré-formulada.

Max Gluckman propôs o método dos casos desdobrados nas pesquisas etnográficas, focando-se na análise de indivíduos ou grupos específicos em situações ou dramas sociais, a fim de explicar as interpretações particulares. Em decorrência disso, o autor também sugere que as regras sociais são contraditórias e/ou conflitantes, sendo redefinidas por pessoas e grupos, e que essas contradições devem ter lugar prestigiado nas análises sobre o campo, diferenciando-se assim da pesquisa de perfil geral de um sistema ou cultura, em que as variações individuais são negligenciadas em favor de uma regularidade estrutural.

Van Velsen preferiu chamar o método dos casos desdobrados de Gluckman de análise situacional, a qual se baseia nas descrições analíticas a partir dos registros das ações dos indivíduos, transcritas em um



trução do objeto e do local da pesquisa do antropólogo, abordando as especificidades da pesquisa etnográfica, principalmente da relação do antropólogo com o campo de pesquisa.

---

---

## **Estranhar o familiar: o “eu” em campo**

Nesta seção, analisaremos algumas questões específicas enfrentadas por operadores do campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública que realizaram pesquisas empíricas, notadamente a pesquisa de campo de orientação etnográfica, em um campo em que já atuavam profissionalmente, ou seja, naturalizado por eles.

Roberto Kant de Lima, a partir de suas experiências como professor e pesquisador, aponta para as diferenças essenciais nas formas de produção e reprodução do conhecimento com alunos que integravam a Polícia Militar e a Polícia Civil, estes, geralmente, formados em Direito. A forma dogmática e instrucional prevalecia, apregoando, consciente e inconscientemente, verdades que necessitavam ser absorvidas, em vez de conhecimentos que deveriam ser compreendidos de forma reflexiva e crítica, como ocorre no ensino e na pesquisa das Ciências Sociais.

A reprodução do conhecimento universitário nas faculdades de Direito e nas Academias de Polícia Militar e Civil reflete as formas institucionais de produção e reprodução do saber jurídico e militar, seja no quartel, seja no tribunal. Tal formato dogmático e instrucional se ampara intensamente na lógica do contraditório – já abordada anteriormente em outras disciplinas e aulas deste curso –, que promove o dissenso infinito apenas cessado por meio de uma autoridade externa às partes, que declara uma tese vencedora e a outra vencida (LIMA, 2008).

Essa lógica, que se diferencia daquelas adversárias da produção da verdade predominantes nas áreas acadêmica e científica, é constituída a partir de um consenso sobre fatos que se arquetam por meio da reflexão e da explicitação de distintos pontos de vista dos envolvidos em um processo de argumentação demonstrativa. Este tem por objetivo o convencimento das partes envolvidas no processo. Aqui, o consenso é que valida o conhecimento.

Outra característica específica que gera choques e conflitos para aqueles que pesquisam e atuam profissionalmente no campo do Direito se dá com a escrita focada em um sujeito indeterminado, com ações descritas por meio de verbos impessoais, tais como *percebe-se*, *conclui-se* etc, alternados por verbos na terceira pessoa do plural – *percebemos*, *concluimos* etc. Tais usos têm como fim falar não em nome de quem escreve, mas em nome de um corpo jurídico, no qual o “eu” está incluso, calcado em uma doutrina e/ou jurisprudência, ou em nome de “todos”, como forma de universalização do que se escreve. Tal forma de escrita em que o “eu” de quem escreve é excluído ou suprimido é desenvolvida nas academias do Direito.

Embora essa forma não seja exclusiva no campo jurídico, é mais forte e enraizada nele pelo ofício de se advogar. O advogado sempre atua em prol do outro, do direito ou do dever do outro, ou seja, do seu cliente. A escrita raramente se refere ao “eu” do advogado. Toda argumentação do profissional volta-se para harmonizar os direitos e deveres do seu cliente frente à legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos seus fins pretendidos. Assim, temos os promotores públicos, que atuam em nome do Ministério Público, os juízes, que representam o Estado em sua função de gerenciar conflitos e punições, e os defensores públicos, que defendem o direito de quem não tem recursos financeiros para contratar advogados particulares.

Grande contraste se faz entre a escrita das Ciências Sociais e a escrita etnográfica, marcada por impressões e reflexões do observador sobre o que ele vê e observa. O “eu” do pesquisador em campo constrói os dados, pois ele os observa e os seleciona para reflexão. O “eu” do antropólogo arquiteta as reflexões, a escrita.

Outro ponto comumente apresentado por pesquisadores desse campo se evidencia na desconfiança dos agentes da Segurança Pública e da Justiça Criminal perante as pesquisas etnográficas. Isso decorre de uma percepção do pesquisador como se ele fosse um espião, um investigador dos investigadores, ou seja, uma inversão da lógica de atuação desses profissionais.

Além disso, existe outro desafio geralmente apontado por aqueles que pesquisam a área da Justiça Criminal e da Segurança Pública, já atuando nela profissionalmente: estranhar um mundo de certa forma já familiarizado, naturalizado, com absorção de linguagens e práticas nativas da profissão. A arte de “estranhar para se conhecer”, própria das

pesquisas etnográficas, geralmente demanda um esforço maior por parte dos que são, ao mesmo tempo, operadores e pesquisadores de um campo, com constante aprendizado.

Sobre isso, Roberto DaMatta aponta que, quando o estudo se volta a nossa própria sociedade, há um movimento semelhante a um autoexorcismo, em que o antropólogo deve tirar a capa de membro de uma classe ou de um grupo social específico e estranhar alguma regra familiar, descobrindo, assim, o exótico que está petrificado dentro de nós.

Gilberto Velho atenta que há níveis de familiaridade que o pesquisador tem com o campo. O fato de ser habituado, familiarizado com certo cenário, com certo campo não implica conhecer os hábitos, crenças, valores e percepções dos atores desse cenário. Pode haver um conhecimento, mas em níveis diferentes. O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é essencialmente conhecido, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. Entretanto, estamos continuamente pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, 1978).

Tal dificuldade em se estranhar um campo naturalizado possui implicações específicas no caso dos operadores da Justiça Criminal e da Segurança Pública. Ana Paula Miranda aponta para a prevalência de uma cultura policial, ou seja, uma percepção de mundo que é arquitetada a partir da socialização do indivíduo no exercício da função, enraizadamente autoritária e hierárquica, fundamentada no combate ao criminoso e não ao crime. Os policiais tendem a desvalorizar o conhecimento produzido pelas instituições de ensino, afirmando que a rua é o local onde se aprende a profissão (MIRANDA, 2008).

Assim, há uma percepção por parte dos policiais de que, para se entender algo, é preciso atuar nele, ou seja, só quem possui a prática, a experiência em ser policial possui a legitimidade do conhecimento sobre as práticas policiais, tendo certa rejeição ao conhecimento empírico, acadêmico. É preciso reconhecer-se, contudo, que a grande riqueza do conhecimento está justamente no diálogo entre a prática e o empírico.

Porém, a lógica do contraditório, enraizada na forma de ensino das academias de Polícia e do Direito, impossibilita esse diálogo, no qual os conhecimentos acabam por competir, tornando-o um debate entre razões para a vitória de um sobre outro. É um choque de percepções, um embate de verdades com tendências a considerar uma verdade maior

como sendo a dos policiais, pois eles consideram que a experiência é que valida seu conhecimento, sua verdade.

Além disso, segundo Ana Paula Miranda, as unidades policiais de ensino militar e civil têm uma cadeia de rotinas que se propõe a reproduzir suas próprias categorias. A transferência de conhecimentos é formalizada em aulas, instruções e treinos, mas há diversos conteúdos que são reproduzidos em rotinas cotidianas, configurando um conjunto de práticas ocultas que robustece o modelo de hierarquia excludente. Existe, na formação dos oficiais, uma percepção de Segurança Pública abalizada pela ação puramente operacional e pontual, enquanto na formação dos soldados não há conteúdo referente à Segurança Pública, à função da polícia em uma sociedade democrática. Desse modo, os teores das disciplinas focam exclusivamente as dimensões policial e legal. O que a instituição pondera como treinamento é uma série de reproduções de condutas, em que se valoriza intensamente o conhecimento prático, arquitetado a partir da experiência. Nesse caso, confunde-se a experiência com a obtenção de conhecimentos, induzindo a uma grave desvalorização do ensino.

Surge então o desafio de se desconstruir a lógica do contraditório e de se ampliar o debate por meio do diálogo de conhecimentos, e não de competição entre eles. É o desafio de se construir algo novo, de se trazer elementos para debater, desconstruir, reconduzir os discursos já prontos, naturalizados pelos operadores da Justiça Criminal e da Segurança Pública.



Carlos Magno

**Figura 3.1:** Formatura do curso de formação de soldados da PMERJ.

Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1604347>

Assim, foi destacado que o fazer antropológico implica a relativização de verdades consagradas e percepções, enquanto o fazer jurídico e policial, por meio de suas próprias verdades e práticas, reproduz-se, sendo esse contraste metodológico uma expressiva barreira ao diálogo desses campos. Desembaraçar a aproximação desses saberes é o desafio para se conseguir analisar o direito e a polícia fora de suas próprias interpretações.

Já são muitas as boas pesquisas de operadores do campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública, dos mais variados cargos e funções, a exemplo dos trabalhos: *Os donos do carimbo: investigação policial como procedimento escrito*, de Paula Vidal; *A presunção da inocência e a construção da verdade*, de Regina Lúcia Teixeira; *Entre querer e poderes: dilemas empíricos da imparcialidade judicial*, de Bárbara Gomes Lupetti; *Se meu carro falasse... ele teria muito a dizer! Um estudo do carro, seus usos e representações no trânsito urbano da cidade do Rio de Janeiro*, de Marisa Dreys, entre vários outros.

Por muitas vezes, o pesquisador que também atua no campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública que pretende pesquisar acaba se perguntando e buscando uma definição de si mesmo como profissional, dentro de algumas escolhas. São elas: afirmar-se como um pesquisador social, um cientista social que busca entender o campo judicial e policial, percebendo as práticas do campo como um fenômeno da sociedade, ou admitir-se como um operador da Justiça Criminal e da Segurança Pública que vê as Ciências Sociais como um instrumento de melhor compreensão desse mundo, assumindo o seu “eu” como profissional desse campo, ou, na pior das hipóteses, não conseguir assumir nenhuma das duas posições anteriores e acabar em um mundo dividido, marcado pela superficialidade de conhecimento de ambos os mundos: o jurídico e policial, e o das Ciências Sociais.

---

---

## **Atividade 2**

---

---

### **Atende aos Objetivos 2 e 3**

Discorra sobre, pelo menos, três dificuldades que os pesquisadores que já atuam profissionalmente no campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública possuem ao realizar pesquisa etnográfica, debatendo sobre as contradições entre os fazeres da antropologia e os fazeres jurídico e policial.

---



- a) a carência de uma tradição acadêmica e institucional de coleta de dados e de análises estatísticas;
- b) o sigilo que as instituições desse campo geralmente fazem de dados referentes aos seus próprios atos e registros;
- c) a falta de qualidade e a baixa confiabilidade de parte dos dados coletados e publicamente divulgados.



Fonte: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>

O Datasus – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – disponibiliza informações de morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais utilizadas na construção de Indicadores de Saúde. Entre as informações, é disponibilizado um banco de dados detalhado sobre homicídios, categorizados como óbitos por causas externas por meio de agressões, no Brasil, de 1996 a 2012. É possível organizar dados por tipos de morte, períodos, regiões como estados ou municípios, dentre outras possibilidades.

Sobre o primeiro problema, vale mencionar algumas instituições que publicam dados e/ou análises estatísticas a respeito do campo policial e judicial: o ISP – Instituto de Segurança Pública –, que coleta e fornece dados relativos à Segurança Pública; o Datasus – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde –, que tem a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde; o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, que, por meio da sua

série *Estatísticas do século XX*, disponibiliza dados históricos referentes à justiça no Brasil; o CNJ – Conselho Nacional de Justiça –, que, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias, possui pesquisas e dados quantitativos sobre o fluxo de processos judiciais; o InfoPen – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias –, que publica o registro de indicadores gerais e preliminares sobre a população penitenciária do país; o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) –, que possui atividades de pesquisa voltadas às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas, entre várias outras. No geral, são instituições recentes.



Fonte: <http://seculoxx.ibge.gov.br/apresentacao-seculoxx>

O IBGE possui um dos poucos bancos de dados sobre a série *Estatística Histórica no Brasil*, contendo informações extraídas dos 64 volumes do Anuário Estatístico do Brasil, publicados entre 1916 e 2000, e da publicação *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Entre os dados disponibilizados, há aqueles acerca das prisões, de 1908 a 1993, e de decisões judiciais, de 1908 a 2000, no Brasil.

---

Sobre o segundo problema, é importante lembrar a característica inquisitorial que norteia nosso modelo de administração institucional de conflitos no campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública. Há a ideia expressa no sigilo das acusações e no processo escrito, no campo das práticas judiciais penais de que uma verdade deve ser verificada secretamente e registrada por escrito no transcorrer de uma acusação penal. Os conflitos de relevância penal devem ser apurados pelo crivo da Polícia Civil, sob a forma de um inquérito escrito e sigiloso, cujo conhecimento se limita às autoridades competentes, que decidirão se tornam ou não as acusações públicas para os acusados que, de indiciados no inquérito policial, tornam-se réus de uma ação criminal quando denunciados pelo promotor de justiça.

Como decorrência disso, associa-se à tutela do Estado sobre a sociedade um valor positivo, desempenhado pelo sigilo das acusações para o público e para os interessados, como meio de proteção de seus interesses. Porém, tais formas de aplicação da lei baseiam-se no sigilo e fundamentam-se exclusivamente na quantidade de poder disponível para a autoridade que a interpreta e aplica. O sigilo, a vigilância e o registro são ferramentas de acusação e não de defesa dos envolvidos (LIMA, 2010). Disso também decorre a rejeição dessas instituições à possibilidade de exposição de suas práticas internas e à publicização de decorrentes problemas desdobrados dessas práticas.

A respeito do terceiro problema, vale dispor sobre algumas pesquisas que realizaram uma combinação de dados qualitativos, por meio da pesquisa etnográfica, e de dados quantitativos. Joana Domingues Vargas abordou a administração da justiça para o crime de estupro. A pesquisadora analisou, por meio de pesquisa de campo, o processo de transformação das narrativas feitas pelas vítimas durante a fase de queixa até se tornarem denúncias relatáveis de crimes sexuais, buscando compreender como se dava a tradução de um fato social em um fato jurídico e como os policiais decidiam sobre a decretação ou não da prisão de um acusado de cometer estupro.

Com o fim de enriquecer sua pesquisa, Joana Vargas analisou o fluxo do Sistema de Justiça Criminal para os crimes de estupro, utilizando dados quantitativos a partir dos boletins de ocorrência aos quais teve acesso. Ela considerou os desafios de articular dados qualitativos e quantitativos, uma vez que o boletim de ocorrência não descrevia o fato ocorrido, mas continha o registro sobre o que o policial interpretara daquele fato, transcrito em uma linguagem que visava categorizar o ocor-

rido como um fato jurídico ou não. O objetivo da pesquisa foi, de um lado, identificar as características do estupro, dos acusados, das vítimas e da relação existente entre eles e, de outro, captar o processo de seleção e filtragem a que estes são submetidos no decorrer de seu processamento no sistema de justiça criminal (VARGAS, 2007).

Michel Lobo Toledo Lima realizou pesquisa de campo, de orientação etnográfica, em um Juizado Especial Criminal, em que construiu e analisou dados qualitativos e quantitativos que evidenciaram contradições entre os ideais proclamados do juizado e as práticas de seus operadores. O pesquisador demonstrou que, apesar de o Juizado Especial Criminal ter uma política pública voltada para a democratização do acesso à justiça, pautada na consensualidade como meio de resolução de conflitos, isso não ocorria, pois sua forma de administrar os conflitos da violência cotidiana acabava por limitar a democratização da justiça e o exercício da cidadania, ao invés de ampliá-los.

Ao se deparar com a carência de dados quantitativos sobre seu campo de pesquisa, Toledo elaborou um questionário com variáveis que constavam nos processos judiciais e coletou dados quantitativos por meio do exame dos processos referentes aos casos que ele observou em campo. Construiu, então, um banco de dados quantitativos referente ao perfil das partes conflitantes, às características das demandas e das formas de administração e à resolução dos conflitos do juizado pesquisado, com o fim de analisar as influências nos desfechos possíveis em cada caso.

Por fim, há outro problema que norteia a análise quantitativa: a camuflagem e o mau uso dos dados. Há, ao menos, duas questões que podemos abordar aqui, mesmo para iniciantes, no uso de dados quantitativos. A primeira se dá com a leitura de gráficos. A visualização é uma das ferramentas mais importantes que temos para analisar dados. Um olhar um pouco mais atento para certas tabelas e gráficos pode evidenciar facilmente erros ou induções maliciosas.

Um exemplo recente é o gráfico de fechamento de 2013 do índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que ficou em 5,91%, segundo o IBGE e conforme foi exibido pelo canal de televisão Globo News. Ao compararmos com os índices dos anos anteriores, é possível perceber que houve um erro no gráfico de barra do indicador, apesar de os números estarem corretos. Os 5,91% da inflação IPCA de 2013 teve uma representação gráfica que indicava que esse valor era maior do que os 6,5% da inflação IPCA de 2011, o que não é verdade.



O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) admitiu erro em uma pesquisa divulgada em 26 de março de 2014, na qual cerca de dois terços dos brasileiros supostamente concordavam com o assédio a mulheres que usam roupas que mostram o corpo, gerando grande repercussão na mídia e nas redes sociais. Pela consulta popular, 65% da população concordavam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Porém, o instituto reconheceu o erro relevante causado pela troca dos gráficos relativos aos percentuais das respostas a essa frase e a “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”. Corrigida a troca, constatou-se que a concordância parcial ou total foi bem maior com a segunda frase (65%) e bem menor com a primeira (26%).

Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1459782&tit=Ipea-26-e-nao-65-apoiam-ataque>

## Conclusão

Ana Paula Mendes de Miranda aponta para a importância das análises quantitativas e qualitativas de políticas públicas. A avaliação quantitativa permite medir a eficiência de uma ação, podendo-se mensurar a relação entre o empenho empregado na implementação de certa política e os efeitos obtidos, assim como medir a eficácia de uma política, ao compará-la com as metas previstas e conquistadas. A avaliação qualitativa permite analisar o ponto de vista que as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na proposta de uma política pública possuem sobre as deficiências e melhorias, permitindo a observação do sucesso da política pública implementada, no que se alude à relação entre as finalidades determinadas e os impactos na transformação das condições sociais do grupo.

A combinação de análises qualitativas e quantitativas visa a uma apreciação empírica das práticas judiciais e policiais por meio de métodos e técnicas próprias das Ciências Sociais, promovendo um exame

interdisciplinar entre os esquemas de referência próprios da doutrina jurídica e as evidências empíricas das relações etnográficas em conjunto com dados estatísticos – teorias, métodos e técnicas – que podem se complementar para realizar uma pesquisa sobre o campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública.

### **Atividade Final**

#### *Atende ao Objetivo 3*

Identifique os principais problemas para se utilizarem dados quantitativos em pesquisas sobre o campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública, e relacione-os com a característica da inquisitorialidade desse campo.

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

#### **Resposta Comentada**

Para desenvolver esta atividade, lembre a característica inquisitorial do nosso modelo de Justiça Criminal e de Segurança Pública e o modo como ela pode afetar a coleta e a publicação de dados relativos às atividades das instituições desse campo.

---



---



---

#### **Resumo**

Nesta aula, procuramos evidenciar os principais problemas específicos na análise antropológica no campo da Justiça Criminal e da Segurança Pública. Conhecemos um pouco do ofício do antropólogo e da importância do campo e da pesquisa etnográfica na sua formação como pesquisador. Em contrapartida, vimos os contrastes entre as formas de

construção do conhecimento na perspectiva antropológica e nas academias jurídica e policial, e como eles podem se desdobrar em dificuldades e desafios para aqueles que, além de atuarem no campo da Justiça Criminal e da Segurança, desejam realizar pesquisas empíricas em seu próprio campo profissional. Ao mesmo tempo, observamos que, apesar das dificuldades no diálogo de conhecimentos tão distintos, também florescem inúmeras possibilidades e riquezas para pesquisas empíricas.

## **Informação sobre a próxima aula**

Abordaremos o tema dos aspectos históricos que envolvem o campo da Segurança Pública no Rio de Janeiro, avançando com as reflexões conceituais (fechando a primeira parte de nosso programa) e prosseguindo, assim, com as discussões metodológicas desta disciplina.

## **Leituras recomendadas**

LIMA, Michel Lobo Toledo. Vamos acordar? Um estudo empírico da resolução de conflitos em um Juizado Especial Criminal da Baixada Fluminense. Trabalho apresentado à VII Jornada de Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://jornadappga2013.files.wordpress.com/2013/06/lima-michel-lobo.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

MIRANDA, Ana Paula. Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação. *Educação Profissional*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 119-128, 2008.

VARGAS, Joana Domingues. Análise comparada do fluxo do sistema de justiça para o crime de estupro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 671-697, 2007.

# Aula 4

Segurança para quem? Alguns aspectos históricos da (in)Segurança Pública no Rio de Janeiro

*Marcos Veríssimo  
Vinicius Cruz*

## **Metas**

Apresentar problemáticas relativas aos dilemas brasileiros em relação a seus espaços públicos e privados e tomar ciência dos arranjos originais através dos quais se constitui o que brasileiros em geral, e cariocas em particular, entendem como *cidadania*.

## **Objetivos**

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. adotar a perspectiva de que os conflitos são inerentes à vida social em geral e por isso extirpá-los seria uma meta impossível;
2. reconhecer a hierarquia nas relações sociais e políticas no Brasil, que será o campo de atuação do tecnólogo em Segurança Pública;
3. administrar os conflitos em consonância com a diversidade sociocultural e moral das diferentes comunidades, levando em consideração os direitos adquiridos pela cidadania.

## Introdução

Afinal, o que vem a ser “Segurança Pública”? Essa noção parte do Estado ou da sociedade? Quais demandas na atualidade reivindicam nova Segurança Pública, novos direitos e novas concepções de cidadania?

O resultado dessas reivindicações ocorre hoje e sempre ocorreu, ao longo da história de outros países, por meio de revoluções que modificaram estruturas, leis, novas doutrinas e comportamentos, havendo mudança em alguns aspectos e permanência de outros.

Mas, e no Brasil? Nesta aula, abordaremos alguns aspectos históricos dessa formação, tendo como enfoques a cidadania, a cultura, o conflito e a ordem.

Desde já, cumpre afirmar que, quando falamos em comunidade (tal qual aparece no objetivo 3 desta aula), não queremos nos referir unicamente a favelas ou periferias abandonadas. Pensamos em algo mais próximo da ideia de vizinhança, de bairro. Nesse sentido, o Leblon é uma comunidade tanto quanto a Vila Kennedy, por exemplo. Estudos etnográficos recentes dão conta de que é justamente aí, nesse contexto de vizinhança, que uma certa moralidade e um acordo sobre o que é certo ou errado ganham maior hegemonia, consenso. Em termos práticos, isso significa que patrulhar (e elaborar patrulhamentos) visando garantir a Segurança Pública no bairro do Recreio, com seus condomínios fechados e vasto litoral, há de ser algo bem distinto de se ter o mesmo procedimento na Cidade de Deus, favela vizinha na mesma região chamada Zona Oeste do Rio de Janeiro.



## Zoneamento da cidade do Rio de Janeiro

O município do Rio de Janeiro é dividido em 160 bairros, agrupados em 33 regiões administrativas e em 7 subprefeituras. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro mais populoso da capital fluminense é Campo Grande, tendo cerca de 330 mil habitantes. A Região [ou Zona] Oeste concentra grande parte dos bairros mais populosos do município, tendo um

alto crescimento populacional, mas não um desenvolvimento similar, causando indevidas aglomerações e segregações. Além de Campo Grande, Bangu, Santa Cruz e Barra da Tijuca são outros bairros com populações acima de 200 mil pessoas. Já nos bairros da Região [ou Zona] Sul, há alta concentração de idosos, como Copacabana, que tem quase 25% de seus moradores pertencentes a esse grupo.

**Recreio dos Bandeirantes:** um dos bairros mais jovens da cidade, localizado na região administrativa da Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Possui uma área territorial de 30.655 km<sup>2</sup> e uma população de 82.240 habitantes divididos em 38.705 domicílios, sendo conhecido pelo ambientalismo, pela organização, pela segurança, pelas praias e pela prática de esportes aquáticos. Faz divisa a leste com a Barra da Tijuca, a norte com Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande, a oeste com a Barra de Guaratiba, Grumari e Guaratiba, e a sul com o Oceano Atlântico.



**Figura 4.1:** Prédio residencial no bairro do Recreio dos Bandeirantes.  
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Recreio\\_dos\\_Bandeirantes#mediaviewer/Ficheiro:Foto\\_recreio.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Recreio_dos_Bandeirantes#mediaviewer/Ficheiro:Foto_recreio.jpg)

**Cidade de Deus** (também chamada de CDD por seus moradores): bairro desmembrado de Jacarepaguá, oriundo de um conjunto habitacional, situado na Zona Oeste da cidade. Faz limite com os bairros Jacarepaguá, Gardênia Azul, Freguesia e Taquara.



**Figura 4.2:** Uma esquina na Cidade de Deus.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade\\_de\\_Deus\\_%28bairro\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro%29#mediaviewer/Ficheiro:Cidade\\_de\\_Deus.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_de_Deus_%28bairro_do_Rio_de_Janeiro%29#mediaviewer/Ficheiro:Cidade_de_Deus.jpg)

---

Esses conceitos valem em qualquer lugar do mundo mas, no Rio de Janeiro e em sua região metropolitana, a desigualdade entre diferentes lugares (às vezes muito próximos, contíguos), no que se refere à oferta de serviços públicos, esporte e lazer é algo naturalizado. Pensemos, por exemplo, na implementação de ciclovias, que é, sem dúvida, uma ótima forma de promover a qualidade de vida e a mobilidade do cidadão pelo espaço urbano, fator que tem um impacto direto nas políticas de transporte e Segurança Pública. Contudo, quando se vive em espaços em que os cidadãos revelam pouco ou nenhum respeito às regras de convivência no trânsito (VERÍSSIMO, 2009), as consequências podem ser desastrosas.

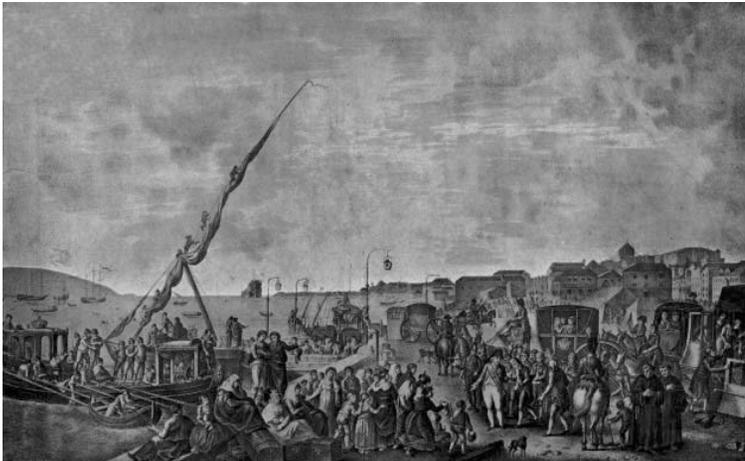


**Figura 4.3:** Ciclovía na cidade de São Gonçalo (Região Metropolitana do Rio de Janeiro) utilizada como estacionamento.

Pensemos um pouco sobre as possíveis razões históricas para as situações apresentadas. No século XIX, em razão das consequências da expansão napoleônica na Europa, a corte do Reino de Portugal foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro (1808-1821). Naquela época, o Príncipe Regente Dom João VI promovia as famosas cerimônias de “beijão-mão”, em que os súditos faziam fila para ter a oportunidade de estarem perto do monarca e, eventualmente, solicitar favores e privilégios (WILCKEN, 2010). Em 1922, com a independência no plano político em relação a Portugal, a opção por um regime de governo monárquico, cujo imperador era o filho do próprio rei português, fez com que o Rio de Janeiro permanecesse uma corte (a única da história moderna das Américas) até o ano de 1889. Desse modo, com toda essa tradição monárquica e escravista, não seria mesmo de se estranhar que as pessoas eventualmente se comportassem de maneira relativamente resistente a regramentos que deveriam ser igualmente seguidos por todos (sem privilégios ou hierarquias).



## A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro



**Figura 4.4:** Tela do artista Henry L'Évêque (1768-1845), atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal, retrata o Príncipe Regente de Portugal e toda a Família Real embarcando para o Brasil no cais de Belém.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Transfer%C3%A2ncia\\_da\\_corte\\_portuguesa\\_para\\_o\\_Brasil#mediaviewer/Ficheiro:Pr%C3%ADncipe\\_Regente\\_de\\_Portugal\\_e\\_toda\\_a\\_Fam%C3%ADlia\\_Real\\_embarcando\\_para\\_Brasil\\_no\\_cais\\_de\\_Bel%C3%A9m.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Transfer%C3%A2ncia_da_corte_portuguesa_para_o_Brasil#mediaviewer/Ficheiro:Pr%C3%ADncipe_Regente_de_Portugal_e_toda_a_Fam%C3%ADlia_Real_embarcando_para_Brasil_no_cais_de_Bel%C3%A9m.jpg)

Os efeitos da campanha napoleônica foram muito além de apenas a Europa – houve um embate de impérios, uma luta pela supremacia do comércio global, uma batalha em que Portugal, um pequeno Estado europeu com vastas possessões imperiais, viu-se apanhado entre a Grã-Bretanha e a França, as duas superpotências da época. [...] Com um dos exércitos franceses avançando para Lisboa, a Família Real, com seus ministros, líderes religiosos e um sortimento de cortesãos e criados, formou uma grande caravana que desceu em meandros até as docas. Enquanto as tropas de Napoleão se aproximavam da capital, milhares de pessoas apinharam-se a bordo da frota real. Às sete horas da manhã de 29 de novembro de 1807, o comboio abastecido às pressas deixou a Península Ibérica e navegou rumo ao Atlântico, ladeado por uma escolta britânica.

[...] Na época, o Rio era a cidade com o maior mercado de escravos das Américas. Seu porto era movimentado pelas idas e vindas

dos navios negreiros. Sua população era um terço africana. Ali, aninhados entre cordilheiras e praias majestosas, os ministros e assessores do regente viram-se obrigados a contemplar os efeitos de suas políticas e, o que era ainda pior, viver em meio a sua obra colonial. O choque foi recíproco. Para os brasileiros, acontecera o impensável: figuras míticas tinham se materializado de improviso na colônia. Os ícones gravados em suas moedas e as pessoas que elas só conheciam sob a forma de estátuas e gravuras estavam agora entre eles, em carne e osso (WILCKEN, 2010, p. 17-18).

---

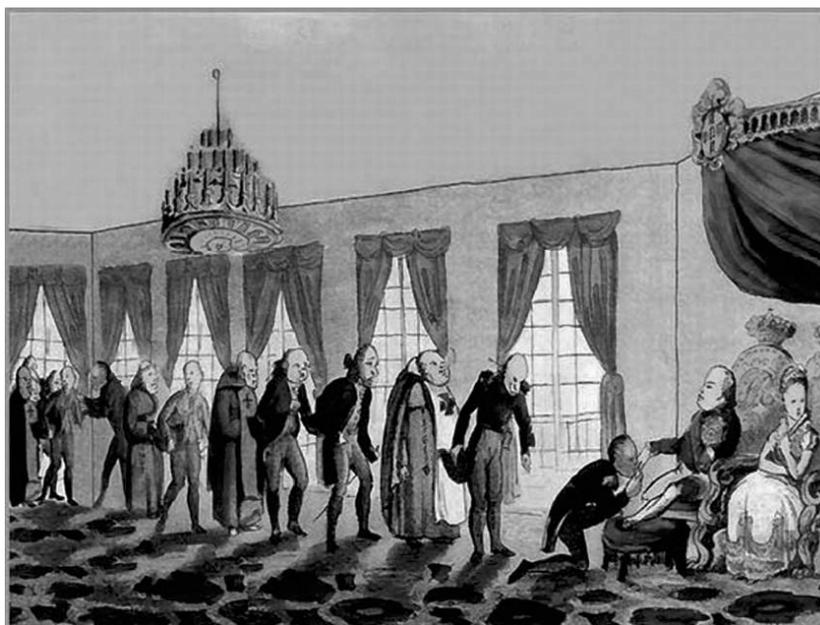
Mesmo após proclamada a República, as feições hierarquizadas da sociedade carioca acabaram mesclando ideais pretensamente republicanos com formas cortesãs de representação da sociedade, oriundas da corte portuguesa e consolidadas no Império. Tornados cidadãos, em tese, com os mesmos direitos e deveres, é como se todos, em alguma medida, ainda tivessem a realeza como ideal, porém, com seus direitos e deveres desigualmente distribuídos.

Não só no Rio de Janeiro, mas no Brasil como um todo, é muito comum a mídia “coroar” as pessoas que se destacam com o máximo título de nobreza. O cantor Roberto Carlos é rei, assim como o ex-jogador de futebol Pelé. A apresentadora de TV Xuxa consagrou-se a rainha dos baixinhos, e o cantor Luiz Gonzaga imortalizou-se como o rei do baião.

Como diz o ditado, “quem foi rei nunca perde a majestade” – título que permite acesso não a direitos, mas a privilégios, que todos parecem querer ter e expressar, quando necessário. Certamente você, que é profissional da área de Segurança Pública, já esbarrou nas ruas com pessoas que se comportam não como cidadãos republicanos, mas como reis, rainhas ou príncipes. Estar atento a isso é, do ponto de vista metodológico, indispensável para o tecnólogo em Segurança Pública.

A geografia da cidade e sua região metropolitana, inscrita na visão de mundo de sua população, ainda reflete tais feitos excludentes e desigualadores nas relações interpessoais, na distribuição espacial da população e na forma que as pessoas têm de lidarem com os conflitos nos quais se envolvem. Um dos resultados práticos disso é que, segundo relatos etnográficos de policiais

sobre suas experiências de patrulhamento nas ruas da cidade, enquanto parte da população da Zona Sul tende a tratá-los como se fossem serviçais, em outras áreas, como o subúrbio ou a Baixada Fluminense, a população, não raro, tem medo da polícia e dos policiais (OBERLING, 2011).



**Figura 4.5:** Cerimônia do beija-mão na corte do Rio de Janeiro, em registro feito por um militar de nome desconhecido.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001036/0000017372.jpg>



Se quiser saber mais sobre essa época, assista ao filme *Carlota Joaquina, a princesa do Brasil* (1995), direção de Carla Camurati, em: <https://www.youtube.com/watch?v=wk9ZE7C9P58>.

## Ordem e conflito

O conflito é negativo? Ele é contrário à ordem? Esses debates, tão comuns atualmente, já existiram entre pensadores nos séculos XVIII e XIX, envolvendo ideologias e saberes em um processo que guarda íntimas relações com o contexto histórico do qual emerge.

O pensador Auguste Comte, no século XIX (conforme vimos na Aula 2), desenvolveu a corrente teórica chamada *Positivismo*. Tinha, então, como uma das principais doutrinas, a ideia de evolução, pensando-a como um movimento do simples ao complexo, no que se refere à sociedade (assim, no singular) e ao conhecimento. É importante apontar o quanto Comte se coloca em sintonia com as ideias do tempo em que viveu, marcado pelos avanços da ciência e também por uma **concepção teleológica** da existência humana, levando os primeiros expoentes da Antropologia, por exemplo, a postularem que indígenas, africanos e orientais representavam estágios inferiores da “família humana”. Desse modo, um suposto típico inglês da era vitoriana era visto como a “causa final” da evolução humana.

Voltemos a Comte. Sua concepção de evolução humana era baseada em três estágios:

- **teológico**: a explicação dos fenômenos era dada recorrendo-se a supostas causas sobrenaturais, uma força acima do humano, incontrolável.
- **metafísico**: a explicação do mundo começa a levar em consideração os fenômenos naturais, mas ainda tem seus resquícios de algo sobrenatural e impalpável.
- **positivo**: o mundo é explicado a partir de leis abstratas e racionais.

O Positivismo também foi uma tentativa de transformar (no sentido de domesticar) as relações humanas em leis tão estruturadas como a Física (vimos, na Aula 2, que Comte, inicialmente, usava o termo *física social* para denominar a Sociologia). Alguns desses princípios eram o *bem* e a *moral* que, enquanto aglutinadores, unem e ordenam os homens na sociedade. Essa forma de pensar a sociedade se adaptou ao Brasil e serviu como modelo influenciador no processo abolicionista e republicano do país como uma fatal evolução. Sua influência foi tão importante que um dos lemas positivistas, “O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”, foi sintetizado e marcado em um dos principais símbolos da então nascente República: a bandeira nacional. Ou seja, no processo de construção da imagem deste que se diz o símbolo maior da nação, mantiveram-se a “ordem” e o “progresso”, mas o “amor” ficou de fora.

### Teleologia

Neologismo formado a partir do grego *teleos* (finalidade) e *logia* (estudo, ciência), cunhado pelo filósofo alemão Christian von Wolff (1679-1754), em um documento em latim (*Philosophia rationalis sive logica*), em 1728. Seria a filosofia que explica o universo em termos de suas causas finais. O filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) enfatizava a ideia de que todos os processos e fenômenos naturais são explicados por sua causa final (propósito, destino).

Tradução: Marcos Veríssimo.  
Fonte: <http://etimologias.dechile.net/?teleologi.a>



**Figura 4.6:** Bandeira Nacional brasileira.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem\\_e\\_Progresso](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_e_Progresso)

O Positivismo enfatiza a ordem e, como postura política, a ordem a todo custo em prol de uma harmonia. No século XIX, o sociólogo E. Durkheim (o qual também citamos na Aula 2), tendo por base alguns aspectos da ciência, corrobora certas ideias do Positivismo, apesar de apresentar algumas diferenças que não serão tratadas agora.

Ele define o objeto de estudo da Sociologia como o estudo do *fato social*, que é:

- geral: algo coletivo e não de um indivíduo;
- externo: independente e exterior ao indivíduo;
- coercitivo: existe uma obrigatoriedade externa que define como agir em diferentes situações. Há uma coação e uma expectativa para que tudo ocorra sempre da mesma forma.

Isso nos leva a pensar que a sociedade é um grande ente, que se movimenta em determinadas direções de forma total e externa. Mas como Durkheim explicava quando algo não dava muito certo?

No texto *O normal e o patológico*, E. Durkheim apresenta que todo fato social é:

- a) normal quando geral, comum e favorece a integração social;
- b) patológico quando excepcional e põe em risco a coesão social;

Todo fato social patológico é considerado uma **anomia**, pois afeta a estrutura da sociedade, desequilibrando-a ao gerar oposições. A anomia representaria um momento em que existe uma transição das normas morais, sendo necessária a construção de novos mecanismos de regulação.

### Anomia

O sinônimo de anomia pode ser anômalo que, segundo o dicionário, significa “1. Que é contrário à norma, que é diferente do normal ou do habitual”.

Fonte: Dicionário escolar da língua portuguesa, 2008, p. 141.



### **Georg Simmel (1858-1918)**

Nasceu no século XIX em Berlim e foi um importante pensador da Sociologia, debruçando-se sobre temas básicos como as formas de socialização, a dominação, o conflito, o segredo e a pobreza, produzindo perspectivas diferenciadas que se encontravam dominantes na ciência em sua época.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Georg\\_Simmel](http://pt.wikipedia.org/wiki/Georg_Simmel)

Diferentemente desses dois autores, **G. Simmel** teve como enfoque a observação da sociedade a partir de relações entre os indivíduos, que seriam como pequenas parcelas da sociedade.

As interações entre as pessoas acontecem, segundo ele, de três maneiras:

- tipo 1: relações de pessoas que se conhecem diretamente e possuem algum grau de intimidade, como as que ocorrem entre a família ou em um grupo religioso;
- tipo 2: relações com pessoas que não se conhecem diretamente, mas fazem parte de um mesmo grupo, como, por exemplo, partidos políticos;
- tipo 3: relações entre pessoas que não se conhecem e possuem certo distanciamento, como ocorre no meio urbano, em vias públicas.

Dessa forma, ao pensar o conflito, G. Simmel diz que ele pode ocorrer com o próprio indivíduo, que avalia situações e forma sua personalidade, não sendo um processo totalmente harmonioso. Em segundo lugar, existe o conflito dele com o outro, como ocorre em discussões entre casais. Estamos falando sobre o tipo 1 de relações.

Sobre o tipo 2, existem conflitos em grupos como partidos políticos ou corporações. Alguns podem considerar que isso é muito ruim para a união do grupo. Porém, o autor nos aponta que, em determinadas vezes, é melhor que duas pessoas entrem em conflito, pois aquilo representará um benefício, de forma geral, para o coletivo.

Por fim, citamos o tipo 3 de relação em que, na maioria das vezes, não existe conflito pois impera a indiferença entre um e outro no meio urbano. Nos casos de conflito, sempre é acionado algo referente ao particular ou a sua moral.

Além dessas relações, Simmel acrescenta uma e, a partir desta, todas as seguintes obedecem, mais ou menos, ao mesmo modelo. Para entender melhor, contaremos uma situação fictícia:

João tem sete anos de idade e é um grande amigo de Pedro, com oito anos. Na vila onde moram, chegou uma nova família e um novo menino chamado Robson.

Algumas situações podem ocorrer aqui:

- hipótese 1: João e Pedro podem se unir contra Robson e não conversar com ele ou até mesmo serem hostis, por considerarem-no estranho.

- hipótese 2: Pedro pode começar uma nova amizade com Robson, mantendo sua antiga amizade com João. Nesse caso, os três formam um grupo só.
- hipótese 3: Pedro pode começar uma amizade com Robson e ambos começarem a serem hostis a João.

Outras possibilidades aqui são possíveis, mas vamos nos ater ao que as hipóteses descritas apresentam. As relações de poder podem ser mutáveis, de acordo com um contexto. Situações de conflito costumam aproximar os seus iguais, separando-os do outro. Essas relações são pessoais, mas também observamos isso nas relações entre países que entram em guerra, enquanto outros os apoiam. Dessa forma, podemos nos encaminhar para a solução que o conflito possibilita, segundo Simmel:

O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes [...]. O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes [...]. O conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados (SIMMEL, 1983, p. 122-123).

Ele pretende mostrar que o conflito:

- faz parte da sociedade inegavelmente, pois ela é formada por relações tanto de afeto, como as de conflito entre os indivíduos. Assim, este é inerente à sociedade.
- não é só negativo, mas também cria maiores laços entre seus iguais.
- é uma forma de mostrar e levar para a consciência algo que estava oculto ou “abafado”.
- cria a possibilidade de uma nova sociedade, pois abre portas para uma mudança.

Como você pode observar, encontramos uma grande diferença entre os autores mencionados nesta aula. Todas as concepções são paradigmas que não necessariamente podem ser entendidos com tranquilidade na lógica brasileira, por assim dizer, na qual os conflitos não devem ser nunca explicitados ou, quando explicitados, devem ser tratados mais pela via repressiva do que pelo diálogo. Ora enfatizamos a ordem visando sanar o conflito, ora enaltecemos diferenças e não criamos um ponto comum para a resolução de um problema. Tudo isso afeta diretamente nossas práticas ao exercermos os direitos sociais, políticos, civis e a cidadania.

No caso do Brasil em geral, e do Rio de Janeiro, em particular, a matriz hierárquica da sociedade parece ser refratária à hipótese da positividade dos conflitos no interior da sociedade. Tanto Comte e Durkheim, por um lado, quanto Simmel, por outro, falam a partir de um modelo de sociedade no qual a igualdade de direitos entre os indivíduos é algo mais ou menos consolidado desde as revoluções do século XVIII. Já o Brasil, como vimos, tem um modelo bem diferente, em que a longa experiência monárquica confere aos conflitos um caráter necessariamente perturbador da ordem (não igualitária).

Contudo, não devemos pensar que isso não pode mudar. A vida coletiva é dinâmica. Nos últimos anos, em diferentes cidades brasileiras (incluindo todas as capitais de estados), manifestantes têm ido às ruas com suas bandeiras e palavras de ordem, colocando suas demandas nos espaços e opiniões públicos. Como exemplos, podemos citar movimentos como a “Parada do orgulho gay”, a “Marcha da maconha”, a “Caminhada pela igualdade religiosa” e a “Marcha das vadias”, entre outros. Lidar com cada um desses casos de uma maneira que não seja repressiva, mesmo quando tiverem de coibir eventuais abusos, é um desafio para as polícias e seus gestores.



**Figura 4.7:** Marcha da maconha no Rio de Janeiro, 7 maio de 2011.

### **Passeata dos cem mil**

Importante passeata ocorrida no Centro do Rio de Janeiro, que congregou cerca de cem mil pessoas, entre elas artistas que apoiavam o fim da ditadura militar no Brasil. Foi liderada pelo movimento estudantil, em 1968.

No ano de 2013, nos meses de maio, junho e julho, em diversos estados do Brasil, manifestações tomaram as ruas, a princípio tendo como principal reivindicação o não aumento do preço das passagens de ônibus de R\$ 2,75 para R\$ 2,95. Aparentemente essa foi um tipo de manifestação que não víamos no Brasil desde a **Passeata dos cem mil**, contra a ditadura militar. Além disso, em 2013, os movimentos tiveram proporções numéricas ainda maiores.



gualadoras dos modelos de interação social, tradicionalmente vivenciados no Rio de Janeiro.

---

---

## Cidadania no Brasil

Como podemos pensar todos esses movimentos? Como diziam nas ruas, “o gigante acordou”, mesmo? Vamos voltar a esse ponto mais à frente. Antes, falaremos sobre o que é cidadania.

O ideal da cidadania é que ela seja plena, incluindo diversas dimensões; porém, até o momento, tal ideal no Ocidente se mostrou inatingível. Ela pode ser desdobrada em três formas:

- direitos civis: são os direitos básicos como a vida, a liberdade, a propriedade e a igualdade perante a lei. Engloba também o direito de ir e vir, de manifestar um pensamento e uma cultura e de “não ser preso e não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis [e] de não ser condenado sem processo legal regular” (CARVALHO, 2013, p. 9). É possível que exista o direito civil e que não exista o direito político;
- direitos políticos: trata-se do direito de eleger aquele que irá governar, se organizar em partidos e de ser eleito. Este direito não funciona de maneira independente, é preciso a garantia dos direitos civis;
- direitos sociais: garantem a participação na riqueza coletiva obtida pelo país, ou seja, o direito ao trabalho, à educação, ao salário, à saúde e à aposentadoria.

De modo geral:

Os direitos sociais permitem às sociedade politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social (*Ibidem*, p. 10)

A construção desses direitos ocorre ao existir uma identificação com o Estado e a nação, muito embora as formas de se desenvolver e de ser são diferenciadas em cada país, sendo as diferenças orientadas por uma cultura diferente.



Cultura é aquilo que nos define por meio de padrões, regras, possibilidades e proibições, o que nos gera uma identificação. Conseqüentemente, ao se identificar, você se diferencia do “outro” que não está inserido na sua forma de pensar, sentir e agir. Isso não quer dizer que não existam individualidade, diferenças e mudanças em sua própria sociedade. Logo, não existe a cultura, mas as culturas (para detalhes, ver GEERTZ, 1973).

A cidadania no Brasil sempre foi marcada por um jogo de poder em que, em determinadas circunstâncias da época, os direitos eram contemplados e, em outras, tolhidos. Isso nem sempre aconteceu somente por uma questão de boa vontade dos governantes, mas também por estar de acordo com uma identificação com a nação (sua presença ou falta), assim como por aspectos econômicos próprios do desenvolvimento do Brasil, como o poder que latifundiários possuíam em contraposição ao poder público.

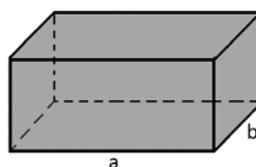
Segundo José Murilo de Carvalho, isso se deu devido à ordem de direitos adquiridos. Primeiro, tivemos os direitos sociais; em seguida, uma tentativa de direitos políticos e, por fim, um difícil reconhecimento, ainda hoje, dos direitos civis. Isso significou um poder Executivo forte e paternalista no qual figuras carismáticas eram os exponenciais para o governo.

As relações paternalistas, ainda hoje presentes, significam que o Estado é aquele que dá, mas também o que tira, fazendo com que tenhamos uma relação de dependência ou de associação sempre com o “de cima”, ou seja, “é melhor ser amigo do rei”. Assim, os favores serão conseguidos de maneira particular, não pública e regular e comum para todos, pois estes estariam em um patamar abaixo do bem relacionado. Isso representa, em poucas palavras, as relações de hierarquia vigentes no Brasil, as quais o antropólogo Roberto DaMatta tão bem descreve em seu livro *Carnavais, malandros e heróis* (1997).

Continuando nossa análise, apontamos que, no desenvolvimento histórico brasileiro, sofremos influências do nosso período do Império (hierarquia), junto com a República e seus ideais liberais. Aparentemente contraditórios, os dois modelos elaborados pelo professor Roberto Kant de Lima (2010), que apresentaremos a seguir, operam perfeitamente em nosso arcabouço de significações.



### **Modelo do paralelepípedo**



No paralelepípedo, o topo é igual à base. A sociedade é composta de indivíduos com interesses diferentes, mas iguais em direitos, fato que os coloca em oposição e conflito permanentes. A desigualdade de *status* ocorre quando os indivíduos optam por uma escolha de acordo com o que está disponível a todos. As regras são percebidas legitimamente e aplicadas de forma igual para todos.

## Modelo da pirâmide

Na pirâmide, a base é maior que o topo. A sociedade é formada por segmentos desiguais, mas que devem conviver harmonica e complementarmente. As regras (formais) são gerais para todos, mas, como se apresentam como desiguais em direitos e interesses, devem ser aplicadas particularmente através da interpretação de uma autoridade.

De modo geral, existe a preponderância do sistema hierárquico quando olhamos para as relações microsociológicas e também para a prática, sem pressupostos ideais sobre como está na lei, embora, até mesmo nela, seja possível perceber traços hierárquicos que se perpetuam ao longo do tempo. Vale lembrar que esses são apenas modelos e que, nas relações empíricas, eles não se apresentam de maneiras demasiadamente distintas.

### Atividade 2

*Atende ao Objetivo 2*



Considerando o que vimos até agora sobre as relações de hierarquia e os modelos de paralelepípedo e pirâmide, comente a frase:

Aos amigos, os favores; aos inimigos, a lei (Nicolau Maquiavel)

---



---



---



---



---



---



---

### **Resposta Comentada**

Você deve apresentar a capacidade cognitiva de associar os conceitos com a frase e interpretá-la trazendo para seu contexto. A sua resposta deve apresentar:

- a desigualdade nas formas de tratamento, evidenciadas no modelo de pirâmide, no qual aqueles que se identificam com um segmento superior são protegidos por meio de favores, burlando as regras pela qualidade de pertencerem a um *estamento* superior;
- um comentário sobre a segunda parte da frase que, de certa maneira, proporciona uma crítica à própria lei, que possui o caráter de uma punição e não uma regulação ou acordo entre todos os indivíduos daquela sociedade, ao menos como idealmente apresenta o modelo do paralelepípedo;
- uma visão de que existe maior preponderância do sistema da pirâmide no Brasil.

---

---

### **Conclusão**

Agora, por que precisamos aprender isso? Vamos lá. Como observamos, essas características estão enraizadas no Brasil e, pensar da forma que privilegia a ordem, em contraposição ao distúrbio, nos soa como natural. É importante que tenhamos a percepção de localizar a Geografia e a História, mas também, por outro lado, devemos ser capazes de observar o significado social que perpassa o tempo (DAMATTA, 1997). Portanto, o caráter higienista e controlador de épocas antigas ainda se apresenta, de alguma maneira, em nossa prática de vida.

Geralmente se pensa que o conflito é algo ruim, que nos tem levado a gerar cada vez mais conflitos no espaço público. Uns podem ser contrários à lei, sendo necessária uma atuação, porém existem outros que simplesmente evocam uma reivindicação por cidadania e, como rompem a ordem, há quem pense que devem ser criminalizados.

Observamos, ainda, que existe uma associação da Segurança Pública com a coercitividade e a crença na idealização de que, em algum momento, possa existir uma ordem totalmente pacífica entre os seres. Por último, observamos como a cidadania não se apresenta, ainda, de forma plena

devido a modelos com os quais convivemos, como um “dilema brasileiro”, oscilando entre um sistema hierárquico e particularista, em contraposição a um sistema democrático que tenha como fim o bem comum.

Por fim, retornemos ao tema das manifestações: como será que está sendo esse processo político? Suas repressões têm sido um modelo positivista ou democrático? As ações dos manifestantes têm, de fato, buscado uma nova mudança, tendo como meta o direito igual para todos ou são apenas mudanças superficiais? Outra: será que, com a carência de reconhecimento dos direitos civis, mesmo aos “trancos e barrancos”, a manifestação ainda é uma forma de expressar, de estabelecer algo novo, mesmo que reforce a divisão e o sectarismo? Ficam, então, as reflexões.

---



---

### **Atividade Final**

---



---

#### *Atende aos Objetivos 1, 2 e 3*

Como observamos, o dilema brasileiro gira em torno de dois modelos que convivem em conjunto, sendo operado de acordo com o contexto. Diga como esses aspectos interferem em um tratamento desigual entre os indivíduos, criando aqueles que são “mais cidadãos” que outros. Diga por que essa atitude é contrária a uma perspectiva de Segurança Pública igualitária.

---



---



---



---



---



---



---



---

#### **Resposta Comentada**

No próprio ordenamento jurídico brasileiro, podemos notar a coexistência de dois modelos: um igualitário (republicano) e outro hierárquico (monárquico). Não se trata meramente da oposição teoria  $x$  prática, mas de duas matrizes teóricas não só distintas como também excludentes entre si. Assim é que temos o preceito constitucional de que todos são iguais perante a lei, convivendo, no mesmo ordenamento jurídico, com privilégios, tais como o direito à prisão especial.

---



---



---

## Resumo

Nesta aula, apresentamos a influência do Positivismo no Brasil, observando o quanto isso gera um impacto em observar o conflito como algo ruim, articulando-se com a ideia de que o Brasil é uma república de desiguais, a despeito dos princípios pretensamente igualitários e republicanos que deveriam, ao longo da história, fomentar a igualdade entre os cidadãos. Como observamos no início e ao longo desta aula, estar atento a isso é algo de fundamental importância para o trabalho do tecnólogo em Segurança Pública. Essa herança cultural nos apresenta um viés negativo em relação ao conflito, que deve ser eliminado como algo doente na sociedade. Apresentamos uma perspectiva diferente do conflito e como ela pode servir para administrá-lo, ao pontuar os aspectos positivos intrínsecos a ele.

## Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, iniciaremos a segunda parte da nossa proposta para a disciplina de Metodologia da Pesquisa I, que consiste em apresentar como diferentes autores trabalham metodologicamente seus temas, entre abordagens cujos assuntos dialogam, de alguma maneira, com a problemática geral da Segurança Pública. O capítulo seguinte enfoca o sistema judiciário e as modalidades de produção de verdades que ocorrem em seu âmbito.

## Leituras recomendadas

AMORIM, Maria Stella; LIMA, Roberto Kant de; MENDES, Regina Lúcia Teixeira (Org.). *Ensaio sobre a igualdade jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BARBOSA, Ruy. *Oração aos moços*. Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, 1999.

LIMA, Roberto Kant de; PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucía (Org.). *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. v. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucía (Org.). *Políticas públicas de segurança e práticas policiais no Brasil*. Niterói: Eduff, 2009.

VERÍSSIMO, Marcos. *A marcha mundial da maconha no Rio de Janeiro: ativismo político e hedonismo carnavalesco na cidade pré-olímpica*. Lisboa: Second International Conference of Young Urban Researchers, 2011.

# Aula 5

“Indivíduo” e “pessoa”: uma análise dos processos de produção de verdade no Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública

*Marcos Veríssimo  
Victor Rangel*

## **Metas**

Apresentar algumas diferenciações acerca da noção do “eu” em diferentes sociedades e de “indivíduo” e “pessoa” no Brasil, mostrar como temos, no caso brasileiro, um sistema (ao mesmo tempo) individualista e hierárquico, além de discutir algumas questões metodológicas do trabalho do antropólogo Roberto Kant de Lima sobre o sistema burocrático penal.

## **Objetivos**

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as diferentes noções de “pessoa” e “indivíduo” em algumas sociedades e épocas;
2. descrever como uma ordem constitucional igualitária é aplicada de maneira hierárquica pelo sistema judicial;
3. reconhecer como as práticas policiais de produção da verdade são produzidas;
4. demonstrar como Kant de Lima trabalha os conceitos elaborados nos dois primeiros pontos a partir de seu trabalho empírico em delegacias.

## **Introdução**

No intuito de se ter uma compreensão mais ampla sobre as diferentes noções de “pessoa” e “indivíduo” e de “individualismo” e “hierarquia”, vamos estudar como alguns autores utilizam essas noções para se pensar o campo da Segurança Pública no Brasil. Um olhar mais metodológico, a partir do trabalho de campo de Roberto Kant de Lima, ajuda-nos a entender como nosso modelo jurídico, pautado na igualdade e universalidade das leis, choca-se com elementos hierárquicos e arbitrários na atuação prática da polícia e dos demais operadores do Direito. A discussão desta aula vai apontar alguns obstáculos, além de possibilitar a problematização da forma como o referido autor relaciona esses elementos teóricos em seu trabalho de campo.

### **As diferentes noções do “eu”: do “indivíduo” à “pessoa”**

Quando falamos sobre a ideia de “pessoa” ou do “eu”, a maioria dos sujeitos que nasceram no chamado mundo ocidental consideram essas noções como algo natural, compartilhadas pelos demais indivíduos do planeta ao longo do tempo e do espaço. Entretanto, a noção do “eu” não é algo unívoco. Ao longo dos séculos e nas diferentes sociedades, foram-se elaborando, lentamente, diferentes concepções das pessoas a respeito desse “eu” em questão, pois esse conceito assumiu uma série de formas que se relacionam diretamente com os costumes, as estruturas sociais e as mentalidades dos homens e das sociedades.

Como já observava o antropólogo Marcel Mauss (1872-1950), a palavra filosófica “eu”, as “categorias do eu”, do “culto ao eu” e o “respeito ao eu” são construções muito recentes. Em seu ensaio “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu”, o autor nos mostra algumas formas de concepções do “eu” ao longo da história e em diferentes povos, chegando até a nossa noção moderna e ocidental da palavra. No quadro a seguir, podemos observar as formas como diferentes povos atribuíam significados a essa noção (MAUSS, 2003).

**Tabela 5.1:** A noção do “eu” por diferentes povos

<b>Pueblos</b>
Existia um número determinado de prenomes em cada clã pertencente às diferentes tribos. O prenome definia o papel exato que cada um desempenhava na figuração do clã. Portanto, a noção de pessoa era vinculada ao seu clã específico.
<b>Kwakiult</b>
O indivíduo, em cada clã, possuía um ou dois nomes para cada estação do ano. Os nomes também poderiam variar – como no caso dos nobres – de acordo com sua idade e suas funções. Nos períodos de guerra, quem matasse um inimigo poderia se apropriar de seu nome. Desse modo, os nomes aparecem como algo móvel, podendo ser usados e trocados em ocasiões específicas.
<b>Povos da Austrália</b>
Os nomes são relacionados a animais e aparecem ligados aos espíritos do clã. Portanto, podemos observar que, nestes três primeiros exemplos, não existia uma unidade autônoma, ou melhor, o “eu” se constituía como uma parte de um todo.
<b>Índia</b>
A Índia foi a mais antiga das civilizações a elaborar a noção de indivíduo. A palavra <i>ahamkara</i> , cujo prefixo <i>aham</i> expressava a ideia do “eu”, significava a “fabricação do eu”. A noção do “eu” tinha um caráter religioso, já que um indivíduo era relacionado com algo divino.
<b>China</b>
Até os dias atuais, o indivíduo ainda se relaciona a algum grupo. Por exemplo, <i>Ming</i> é um nome coletivo ligado a uma determinada classe social.
<b>Romanos</b>
Estabeleceram parcialmente a noção de pessoa que conhecemos hoje em dia. O “eu” sai da esfera da organização e entra na do indivíduo. A noção de pessoa começa a ser considerada um fato fundamental do Direito, ou seja, o caráter pessoal do Direito começa a ser fundado.
<b>Gregos</b>
Acrescentam um sentido moral ao sentido jurídico sobre a noção de “eu”. O indivíduo aparece como algo consciente, independente, autônomo, livre e responsável.
<b>Cristãos</b>
Fizeram da pessoa moral uma entidade metafísica. A unidade da pessoa estava em relação com a unidade de Deus.
<b>O “eu” psicológico</b>
A noção de pessoa se relaciona à ideia de consciência individual.

Se analisarmos os três primeiros exemplos, podemos observar que, em algumas sociedades, podem existir indivíduos, mas não necessariamente individualidades. Também podemos ver como são diferentes essas conceitualizações sobre a noção de “pessoa”. Desse modo, podemos observar que a noção de “eu” ou de “pessoa” não é algo inato, pois varia de acordo com os diferentes povos e épocas.

Seguindo esse caminho, na análise dos estudos acerca das diferentes noções sobre “indivíduo”, Louis Dumont (1911-1998) analisou como o sistema de castas na Índia apresenta lógicas diferentes do nosso sistema social. Ele argumenta que a organização indiana é pautada na hierarquia, diferente do modelo ocidental, pautado na liberdade e igualdade, que pressupõe, como princípio único, a representação valorizada da ideia de indivíduo humano (DUMONT, 1992).



**Figura 5.1:** Uma representação simplificada do sistema de castas indiano, analisado pelo antropólogo Louis Dumont e posto em contraste com a ideologia igualitária e individualista das sociedades ditas ocidentais.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema\\_de\\_castas\\_da\\_%C3%8Dndia#mediaviewer/Ficheiro:Structure\\_of\\_the\\_Indian\\_society\\_PT.gif](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_de_castas_da_%C3%8Dndia#mediaviewer/Ficheiro:Structure_of_the_Indian_society_PT.gif)

Na lógica individualista e igualitária, como as leis são universalmente aplicadas, os elementos que compõem a sociedade se colocam uns no lugar dos outros. São iguais e concorrentes, o que não é muito comum acontecer nas sociedades hierarquizadas, nas quais as posições sociais intercambiáveis não permitem, por exemplo, que o que se supõe superior se coloque no lugar do que se supõe inferior (ou vice-versa). São, portanto,

desiguais e complementares. Dessa forma, Dumont divide dois modelos de configurações sociais entre essas sociedades, que serão apresentados na tabela a seguir:

**Tabela 5.2:** Modelos de configurações sociais

<b>Sociedades tradicionais (holistas)</b>
Pensadas a partir de seus fins, e não um meio para a felicidade individual, ou seja, cada homem deve contribuir para a ordem global. Essa visão holística concebe o homem como parte de um grupo. Um dos exemplos empíricos que se encaixa nesse sistema holista seria a Índia.
<b>Sociedades modernas (individualistas)</b>
As partes aparecem como mais importantes que o todo. A sociedade aparece como um meio para que seus indivíduos satisfaçam suas vontades. As sociedades modernas ocidentais se encaixam neste modelo, sendo a americana uma referência.

Essas opções acerca das noções de “eu” e de “pessoa”, e das diferentes concepções entre sociedades igualitárias e hierárquicas também foram discutidas por antropólogos brasileiros contemporâneos que se preocuparam em trazer esse tipo de debate para o contexto brasileiro.

Roberto DaMatta (1979) foi um dos primeiros autores a escrever sobre esse tema, com o intuito de pensar como o individualismo moderno ocidental, a partir do modelo americano, choca-se com nossa tradição patrimonial portuguesa. O autor chama de “dilema brasileiro” a existência de uma oscilação entre duas unidades sociais distintas acerca da noção de “pessoa”:

- **o indivíduo** – seria o sujeito das leis universais e igualitárias. Ser individualista é saber respeitar a individualidade do outro e se colocar no lugar dele;
- **a pessoa** – seria o sujeito das relações sociais que conduzem as dimensões hierarquizadas produzidas pelo sistema social e jurídico. Apresenta dificuldade em se colocar no lugar do outro.

Portanto, diferentemente, por um lado, do modelo americano individualista e, por outro, do modelo indiano hierárquico, o autor considera que o Brasil apresenta um sistema dual, que reúne concepções desse modelo individualista igualitário, porém combinadas com as tradições hierárquicas.

Para exemplificar essa questão, DaMatta (1979) analisa o ritual do “Você sabe com quem está falando?”, comumente empregado para mar-

car traços pessoais de autoridade em eventuais situações conflituosas. O autor comenta que existe, em nosso país, um sistema de normas e regras pautado na lógica igualitária e universalizante, mas, na prática, há componentes pessoais e hierárquicos que produzem diferentes modos de tratamento, de acordo com determinadas situações ou com o *status* social das pessoas em questão.

Podemos observar, na notícia a seguir, como a relação entre “indivíduo” e “pessoa” é facilmente observada neste caso publicado pelo jornal O Globo em março de 2006:



### **Avião parou para general**

No aeroporto de Brasília, muitos passageiros ficaram irritados com a atitude do comandante do exército. “O que ele fez foi o que chama de carteirada”, “uma infelicidade da parte dele, não acredito que isso misture algo com exército”, “isso é uma prova de que ainda existe um entulho autoritário” eram algumas das opiniões por lá.

O boletim de ocorrência da Infraero informa que, no dia primeiro de março, o comandante do exército, general Francisco Albuquerque, deu ordens ao fiscal do Departamento de Aviação Civil para impedir a decolagem de um avião da TAM no aeroporto de Campinas.

O general alegou que tinha um compromisso importante em Brasília. Ele e a mulher, que chegaram 20 minutos antes do horário de saída do avião, foram impedidos de embarcar porque o voo estava lotado. Catorze passageiros ficaram sem lugar no avião.

Segundo nota oficial da TAM, o avião deu meia volta por ordem da torre de controle. A empresa convenceu então dois passageiros a dar lugar ao comandante e à mulher dele, em troca de hospedagem e dinheiro.

Fonte: O *Globo*, 06 mar. 2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL890642-16021,00-AVIAO+PAROU+PARA+GENERAL.html>.

Segundo as regras da empresa de aviação, o passageiro precisa chegar com uma hora de antecedência nos voos nacionais. As normas, então, deveriam ser aplicadas a todos os passageiros, mas, segundo a reportagem, o general e sua esposa chegaram 20 minutos antes do voo. A aplicação da regra não foi realizada de forma universal, já que o avião retornou e a empresa ofereceu hospedagem e alimentação a dois passageiros para que o general pudesse embarcar. Assim, a regra foi ignorada e o tratamento foi realizado de modo particularizado, de acordo com a posição social do general.

---

---

### **Atividade 1**

---

---

#### *Atende ao Objetivo 1*

1. Descreva as diferenças entre os modelos de sociedades individualistas e holistas.

---

---

---

---

2. Comente como a noção de “indivíduo” e “pessoa” é trabalhada a partir do caso brasileiro.

---

---

---

---

---

---

#### **Respostas Comentadas**

1. Você deve escrever que, no modelo de sociedade holista, o homem surge como parte de um grupo. Já no modelo individualista, o indivíduo é o sujeito de direitos e regras aplicados universalmente.

2. O autor Roberto DaMatta chama de “dilema brasileiro” a existência de uma oscilação entre duas unidades sociais distintas acerca da noção de “pessoa”: o indivíduo, que seria o sujeito das leis universais e igualitárias, e a pessoa, que seria o sujeito das relações sociais que conduzem as dimensões hierarquizadas, produzidas pelo sistema social e jurídico, como o caso relatado do passageiro.

## Direitos constitucionais igualitários e práticas hierarquizadas de produção de verdade

Roberto Kant de Lima (1989) chama a atenção para o fato de que a reflexão sociológica sobre os problemas jurídico-políticos das sociedades complexas do ocidente adota o pressuposto de que as categorias de seus sistemas de produção de verdades legítimas são unívocas. Isso significa que todas são relacionadas a uma mesma ordem jurídico-política, moderna e democrática, própria das repúblicas ou, até mesmo, do Novo Mundo. A convivência de tradições jurídicas distintas – constitucionais, penais, processuais – com tradições políticas também distintas é quase sempre ocultada pelo emprego de um vocabulário que parece referir-se a categorias idênticas.

Entretanto, podemos afirmar que as categorias ordem, lei, obediência, disciplina, repressão etc. devem ser tratadas enquanto pertencentes a sistemas de classificação jurídicos distintos, ou seja, de acordo com concepções hierárquicas ou igualitárias, individualistas ou holistas, presentes em diferentes sistemas jurídicos. Além disso, segundo o autor, é preciso também destacar a diferença entre sistemas processuais com ênfase **inquisitorial** e sistemas processuais com ênfase **acusatorial**.

Nesse ínterim, o autor chama atenção para a complexidade do nosso sistema processual pelo seu caráter misto ou seja, fundado em princípios acusatórios e inquisitórios, resultando, assim, em um caráter especialmente liminar no momento de resolução de conflitos pelo Estado. Isso porque nossa Constituição é pautada em princípios de igualdade de direitos, enquanto as práticas policiais, por exemplo, “são informadas por representações hierarquizadas e holistas da sociedade, presentes na cultura jurídica e em nosso pensamento social sob a forma de processos inquisitoriais de produção e reprodução de certezas – e verdades” (LIMA, 1989). Em outras palavras, nossa tradição jurídica afirma uma pretensa universalidade de direitos, entretanto, nossa sociedade é marcada por um alto grau de relações hierárquicas. Seguindo essa lógica, Lima se preocupa em discutir como a polícia e outros operadores do direito atuam cotidianamente, a partir de um saber adquirido em sua prática, na produção da verdade e na administração de conflitos, não agindo a partir de princípios igualitários e universais, mas de modo hierarquizado.

Logo no início do livro *A polícia na cidade do Rio de Janeiro*, Kant de Lima comenta que, no nosso país, uma “ordem constitucional igualitária é aplicada de maneira hierárquica pelo sistema judicial. Diferentes tra-

### Inquisitorial

O sistema inquisitório advém dos procedimentos eclesiásticos como uma forma de possibilitar acesso à justiça aos pobres, aos fracos e oprimidos, o que ocorre em uma sociedade nitidamente representada como marcada por hierarquias e desigualdades substantivas.

### Acusatorial

O sistema acusatório, por outro lado, remete a uma representação igualitária dos contendores, que se defrontam em uma arena de acusações públicas. A igualdade das partes é algo que se supõe e que é inerente ao sistema acusatório (LIMA, 1992).

tamentos legais são dispensados às mesmas infrações, dependendo da situação social ou profissional do suspeito” (1995, p. 1). Sua etnografia demonstra como a polícia atua a partir de um “poder arbitrário” selecionando os tipos de crimes e suspeitos. Assim, crimes como violência contra a mulher, roubo de celular, agressão física leve (a depender dos envolvidos), entre outros, são considerados casos de “menor grandeza” se comparados a outros crimes, como por exemplo, tráfico de entorpecentes e homicídios. As partes envolvidas também são tratadas de forma distinta, de acordo com seu *status* social.

Além do “poder arbitrário” da polícia, o autor também observa outro tipo de poder presente nos operadores do direito, o “poder discricionário”, que atua dentro da lei, diferentemente do poder arbitrário. Para exemplificar, podemos observar que os juízes têm a liberdade de atribuir diferentes fianças para um mesmo tipo de crime, de acordo com o indivíduo envolvido em determinado delito.

Além da diferença de tratamento na aplicação do direito pelos operadores, a própria legislação brasileira – apesar de a Constituição de 1988 afirmar que todos os indivíduos são iguais perante a lei – prevê, para um mesmo crime, o direito à prisão especial para os que possuem curso de formação superior (como vimos na Aula 4). Diferentemente, os que não possuem são encaminhados à cela comum. As prisões civis e militares também podem ser bem contrastivas, como podemos ver na reportagem a seguir.

### **Foto mostra luxo em cela de presídio militar do Rio**

Uma vistoria feita pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em dezembro do ano passado, mostra que algumas celas da Unidade Prisional da Polícia Militar do Rio contavam com eletrodomésticos, cozinhas montadas, sofás, espreguiçadeiras, ar-condicionado, TV de plasma e piso de cerâmica.

A unidade hoje abriga 325 presos, dos quais 41 ex-policiais mantidos ali por decisão judicial.

“Não há, em realidade, celas, mas sim, apartamentos cuja metragem varia de acordo com a patente do militar preso”, descreve o relatório do juiz Ulysses de Oliveira Gonçalves Júnior, responsável pela vistoria.

A situação é bem diferente em outros presídios visitados pela equipe do CNJ. No Ary Franco, um dos presídios que compõem o complexo penitenciário de Bangu, na zona oeste, o grupo apontou

superlotação, com celas mal iluminadas e que ficam alagadas em dias de chuva.

“Além da superlotação, faltam colchões, cobertores, material de limpeza e higiene. [...] Como as celas são coletivas, o espaço no plano horizontal é demasiado reduzido para todos”, diz o relatório.

A mordomia na Unidade Prisional da PM (antigo Batalhão Especial Prisional) não é novidade. No local, já foram flagradas festas de detentos. No ano passado, 2.600 latas de cerveja foram apreendidas quando eram entregues no local.

Fonte: *Jornal Folha de S.Paulo*, caderno Cotidiano, 30 nov. 2012. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2012/11/30/foto-mostra-luxo-em-cela-de-presidio-militar-do-rio.jhtm>.

Em contraste, podemos observar, na reportagem a seguir, que as prisões destinadas a pessoas de baixo poder aquisitivo são bem diferentes das prisões militares e celas especiais destinadas a pessoas com nível escolar superior.

### **Violação de direitos humanos em presídios do ES será discutida na ONU**

Quase um ano depois de exposta a situação degradante dos presídios do Espírito Santo, pouco foi feito para reverter o quadro de violência extrema e superlotação, e o caso chegou a Genebra (Suíça). Nesta segunda-feira (15), representantes de duas organizações não governamentais que denunciaram os abusos sentarão frente a frente com representantes do Ministério da Justiça e do governo capixaba para discutir os problemas. O encontro terá a participação de Gianni Magazzeni, chefe do Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos da ONU.

Para a advogada da Justiça Global, Tamara Melo, a estratégia é articular uma grande denúncia internacional que chame a atenção para o caso. Segundo ela, o Brasil é signatário de acordos internacionais de direitos humanos e, por isso, tem obrigações a cumprir. “A OEA (Corte da Organização dos Estados Americanos) já autorizou medidas cautelares para garantir a vida dos adolescentes privados de liberdade na Unis [Unidade de Internação Socioeducativa] em Cariacica (ES) e, caso nada seja feito, o Estado brasileiro pode ser responsabilizado por isso”, disse.

As duas acompanham de perto a situação dos presídios no Espírito Santo e já fizeram diversas visitas às unidades denunciadas.

Ao UOL Notícias, Neiva contou que os problemas no Estado são parecidos com os de outras prisões do Brasil: superlotação, falta de atendimento médico e pouco acesso à educação. No entanto, a situação do sistema prisional capixaba choca pela falta de condições mínimas de sobrevivência e por sua violência sistemática e extrema, com denúncias de esquitejamento, tortura, abuso de poder e maus tratos. Por isso a denúncia às autoridades internacionais.

“Existe uma cultura de violência no Espírito Santo. O problema não é apenas a superlotação, mas a forma como essas unidades são geridas, que levam a situações de violência”, afirmou. “Colocar presos em contêineres, onde a sensação térmica é de 50 °C, como acontece no Centro de Detenção Provisória de Cariacica, já é inaceitável. Mas os presos também ficam sem banho de sol, sem banheiros adequados, sem acesso às visitas familiares. É tudo muito sujo e o cheiro de esgoto e de suor é muito forte. As pessoas não têm condições para comer ou dormir. Parece um campo de concentração nazista. Em Vila Velha, eu vi 235 homens dividindo um banheiro. Eles dividiam uma cela onde cabiam 36 pessoas”, descreveu.

Fonte: *Uol Notícias*, caderno Cotidiano, 15 mar. 2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/03/15/violacao-de-direitos-humanos-em-presidios-do-es-sera-discutida-na-onu.htm>.

Outro caso que demonstra bem como, dentro do sistema de justiça criminal, temos diferentes modos de tratamento, de acordo com a posição social do envolvido, refere-se à utilização de algemas no momento da prisão, recomendada apenas no caso de o suspeito reagir à prisão, evitando possíveis agressões contra os policiais, contra terceiros ou contra si mesmo. Entretanto, vemos diversos casos em que os suspeitos de baixo *status* econômico ou social são algemados, sem demonstrar qualquer tipo de reação ou perigo.

Em 2008, um influente banqueiro acusado de crimes contra o sistema financeiro apareceu em vários canais de televisão sendo preso e algemado. Ser algemado foi considerado por muitas pessoas como algo desnecessário e humilhante. Por outro lado, vemos todos os dias na televisão pessoas não tão influentes sendo presas, algemadas e obrigadas a mostrar o rosto às câmeras, mesmo contra a própria vontade.

A partir da leitura dos trabalhos etnográficos de Kant de Lima, vemos a dificuldade de aplicar um modelo de igualdade jurídica no qual todos são iguais perante a Constituição de 1988, já que nossa sociedade segue uma tradição voltada para práticas desiguais e fragmentárias.

---

---

---

## **Atividade 2**

---

---

---

### *Atende ao Objetivo 2*

1. Como é caracterizado o sistema processual brasileiro?

---

---

---

---

---

---

---

2. A partir dos trabalhos de Kant de Lima, como nossa ordem constitucional igualitária é aplicada na prática pelos operadores do direito?

---

---

---

---

---

---

---

### **Respostas Comentadas**

1. O sistema processual praticado no Brasil é caracterizado como misto, sendo fundado em princípios acusatórios e inquisitórios. Apesar de nossa Constituição ser pautada em princípios de igualdade de direitos, as práticas policiais “são informadas por representações hierarquizadas e holistas da sociedade, presentes na cultura jurídica e em nosso pensamento social sob a forma de processos inquisitoriais de produção e reprodução de certezas – e verdades” (LIMA, 1989).

2. O autor comenta que, apesar de nossa Constituição de 1988 prever a igualdade entre os indivíduos, existem “diferentes tratamentos legais que são dispensados às mesmas infrações, dependendo da situação social ou profissional do suspeito” (1995, p. 1). A partir da leitura de seus trabalhos etnográficos, vemos a dificuldade de aplicar um modelo de igualdade jurídica universal, tendo em vista a existência de uma tradição voltada para práticas desiguais e fragmentárias.

---

---

---

## **O trabalho de campo: práticas policiais em um sistema de justiça em que há indivíduos e pessoas**

O trabalho de campo do professor Roberto Kant de Lima começou em 1982 e ainda está em andamento. Os dados de campo discutidos nesta terceira parte da aula serão baseados em alguns textos e livros produzidos durante seus quase 30 anos de estudo.

Sua pesquisa em delegacias, ao longo dessas décadas, utilizou algumas técnicas consagradas pela tradição antropológica, como entrevistas semi-estruturadas, muitas conversas informais com policiais e “observação participante”. Às informações assim obtidas juntaram-se aquelas oriundas da identificação e interpretação das categorias presentes em textos consagrados pelas culturas jurídicas brasileira e norte-americana.

Para sua pesquisa de doutorado, que posteriormente originou o livro *A polícia na cidade do Rio de Janeiro* (1995), o autor realizou oito meses de trabalho de campo em três delegacias e, em uma delas, permaneceu na área de atuação, durante plantões de 24 horas. Assim, teve oportunidade de acompanhar todas as atividades desenvolvidas pelos policiais. Ao todo, participou de cerca de 80 plantões e aproximadamente 150 interrogatórios de suspeitos. Além da observação direta, realizou cerca de 50 entrevistas formais com policiais e advogados. Outro recurso de coleta de dados, que normalmente é bem frutífero pelo seu caráter menos formal, foram as conversas com policiais em outras situações sociais.

Além disso, o autor é professor, na Universidade Federal Fluminense – UFF, de cursos de especialização em Segurança Pública, destinados a operadores do Direito, o que também pode ser considerado uma fonte de dados de pesquisa.

Outro recurso metodológico adotado pelo pesquisador foi a perspectiva comparada, tendo em vista que analisou o sistema de justiça brasileiro em contraposição ao modelo jurídico americano. Sua forma de comparação, entretanto, difere daquela dos textos jurídicos, pois Lima utilizou contraste, e não semelhança. Tal postura foi motivada por sua experiência na sociedade norte-americana, proporcionando o estranhamento de categorias jurídicas e políticas, quando em confronto com as práticas de controle social e de resolução de conflitos presentes naquela sociedade.

É importante também ressaltar que o exercício comparativo entre duas sociedades diferentes é realizado a partir de um movimento de ida e volta, ou seja, o pesquisador sai de sua cultura original, contrastando-a com outra

diferente, com o objetivo de **estranhar** a si mesmo. Assim, olhar o outro proporciona que olhemos a nós mesmos, já que os elementos exóticos presentes em uma diferente cultura nos leva a repensar nossos próprios elementos, que consideramos, a princípio, como naturais ou normais.

Desse modo, foi a partir do olhar para os Estados Unidos que o autor começou a repensar os modelos de administração institucional de conflitos brasileiros. Ele realizou seu doutorado na Harvard University e um dos seus objetivos foi comparar etnograficamente o modelo jurídico brasileiro da **Civil Law** em contraste com o modelo americano da **Common Law**.

O modelo jurídico brasileiro da *Civil Law* é interessante se pensado em contraste com a justiça aplicada no Brasil. Ele pressupõe sempre condições ideais e homogêneas na aplicação da justiça. Assim, atua sobre como as coisas “devem ser”, ou melhor, o que vale é a lei e não as formas como essa lei é aplicada.

Kant de Lima encontrou vários exemplos em seu trabalho de campo que demonstraram como existe um abismo entre a pretensa universalidade e a igualdade das leis, e como a polícia, em contraste, atua de forma arbitrária. Um desses exemplos é o que o autor chama de “ética policial” (1995), caracterizada como um conjunto de regras e práticas fundamentadas em uma interpretação autônoma da lei e que, muitas vezes, desobedece sistematicamente aos preceitos legais.

A polícia justifica o seu comportamento à margem da lei, alegando ter certeza de que possui o conhecimento verdadeiro dos fatos, uma vez que ela estava diante deles – diferentemente dos juízes. Outro argumento da polícia é o de que se faz necessário, em certos momentos, “fazer justiça com as próprias mãos”. Com isso, ela acaba punindo os suspeitos, mesmo não sendo sua atribuição. Assim, as ações policiais desenvolvem-se formadas por uma *ética implícita*, um *código de honra* ao qual todos os policiais são compelidos a aderir, colocando-o em vigor ao lidarem com os “criminosos” (1989).

O autor conta um caso (1989) no qual um delegado se recusa a aceitar a “contribuição” que os bicheiros davam regularmente à delegacia para que não se reprimissem os contraventores. Isso fez com que ele fosse sucessivamente transferido de delegacia a delegacia, até finalmente concordar em aceitar a contribuição, que simbolizava sua adesão aos princípios e práticas dessa “ética policial”.

Em outro caso relatado pelo autor, um delegado titular reclamava que o comissário (também chamado de delegado no Rio de Janeiro) não

## Estranhar

Exercício que ocorre quando o antropólogo, a partir da perplexidade provocada pelo encontro com culturas distantes ou não familiares, modifica o olhar sobre sua própria cultura de origem. Assim, começamos a ver que alguns de nossos hábitos, que consideramos naturais, podem parecer, a partir de outro ponto de vista, exóticos.

## Civil Law

Tradição jurídica hegemônica no Brasil. Podemos explicar, de forma resumida, que as principais fontes do Direito adotadas nesse sistema são o que está escrito na lei, ou seja, o que importa é o seu texto.

## Common Law

Tradição utilizada por países de origem anglo-saxônica como Estados Unidos e Inglaterra. Diferencia-se da *Civil Law* pelo fato de que seu Direito se baseia mais na Jurisprudência do que no texto da lei. Jurisprudência se refere ao conjunto de interpretações das normas do Direito proferidas pelo Poder Judiciário.

permitia que batessem nos presos durante o seu plantão, prática considerada pela polícia essencial ao desenvolvimento das investigações policiais e à criteriosa apuração dos fatos, sobretudo em relação aos suspeitos de baixo *status* social.

### =====**Atividade 3**=====

#### *Atende ao Objetivo 3*

Descreva quais técnicas de pesquisa foram utilizadas por Kant de Lima em sua pesquisa nas delegacias de polícias.

---

---

---

---

---

#### **Resposta Comentada**

O autor utilizou algumas técnicas consagradas pela tradição antropológica, como entrevistas, conversas informais e “observação participante”. Às informações assim obtidas juntaram-se aquelas oriundas da identificação e interpretação das categorias presentes em textos consagrados pelas culturas jurídicas brasileira e norte-americana.

---

---

---

---

---

#### **Conclusão**

Podemos observar, nos casos descritos por Roberto Kant de Lima, que a polícia utiliza técnicas para punir e buscar uma pretensa verdade dos fatos. Para isso, utiliza técnicas que, muitas vezes, estão em dissonância com a lei, como as práticas de tortura na busca da confissão nos casos envolvendo pessoas com baixo capital social/econômico. Esses elementos nos revelam como os conceitos de individualismo e hierarquia, e indivíduo e pessoa são pertinentes em pesquisas desenvolvidas em instituições públicas de segurança, sobretudo pela ambivalência e complexidade do nosso sistema jurídico-político.

---

---

**Atividade Final**

---

---

**Atende aos Objetivos 1, 2 e 3**

Avalie criticamente como as noções de individualismo e holismo/hierarquia, e indivíduo e pessoa podem nos ajudar a pensar a polícia e os operadores do Direito, tomando como base a pesquisa empírica do antropólogo Roberto Kant de Lima. Escreva suas conclusões em um pequeno texto.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Resposta Comentada**

No Brasil, a polícia utiliza técnicas inquisitoriais que muitas vezes estão em dissonância com a lei para punir e buscar a verdade dos fatos. As práticas de tortura na busca da confissão, sobretudo em relação às pessoas tidas como de baixo *status* social revelam como nossa estrutura jurídica, pautada na igualdade e universalidade de direitos, não se sustenta face aos elementos hierárquicos de nossa tradição. Temos indivíduos e pessoas; os primeiros são tratados de acordo com leis universais e os outros são tratados pela polícia a partir de dimensões hierarquizadas.

---

---

---

---

**Resumo**

Esta aula teve como objetivo discutir as noções de “eu” e “pessoa”, e de “individualismo” e “holismo” a partir de Marcel Mauss e Louis Dumont. Em seguida, procuramos discutir em que medida esses conceitos são interessantes para se pensar o caso brasileiro, a partir do trabalho de Roberto DaMatta, e o campo da Segurança Pública, a partir de um olhar metodológico para os trabalhos empíricos de Roberto Kant de Lima em delegacias de polícia.

## **Informações sobre a próxima aula**

Na próxima aula, apresentaremos algumas considerações metodológicas a partir de estudos voltados para o tema da militarização da Segurança Pública e, em particular, a observação direta das práticas da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

## **Leituras recomendadas**

BARBOSA, Antonio Rafael; RENOLDI, Brigida; VERÍSSIMO, Marcos (Org.). *(I)Legal: etnografias em uma fronteira difusa*. Niterói: Eduff, 2013.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; LIMA, Lana Lage da Gama (Org.). *Políticas públicas de segurança, informação e análise criminal*. Niterói: Eduff, 2008.

# Aula 6

A militarização das políticas de segurança: combater o crime ou administrar os conflitos?

*João Henrique Catraio Monteiro Aguiar  
Marcos Veríssimo*

## **Meta**

Apresentar métodos de pesquisa em políticas de segurança que trabalhem com a militarização dessas políticas, lidando com a análise de instituições policiais militares.

## **Objetivos**

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as diferenças entre as instituições que lidam com as políticas de segurança, sabendo realizar pesquisas sobre elas;
2. descrever uma atuação “combatente” e uma atuação “cidadã” e compará-las em termos de política de segurança, distinguindo os tipos dessa política;
3. reforçar as considerações sobre o uso de métodos quantitativos e qualitativos para avaliar instituições de segurança pública e suas ações;
4. reconhecer a relação entre o poder político e os agentes que exercem a força de coerção legítima.

## Introdução

Quais os efeitos de haver polícias militarizadas “mantendo a ordem” nos espaços públicos das cidades? Perguntamos isso pensando que a lógica militar é a lógica do confronto contra um inimigo (externo, como sempre deveria ser o caso do Exército, da Marinha e da Aeronáutica). Logo, pesquisar sobre a militarização dos conceitos policiais é estudar as instituições que, na prática, conduzem a Segurança Pública no caso do Rio de Janeiro. Além disso, a **pesquisa** sobre esse assunto lida, ao mesmo tempo, com questões de cunho **qualitativo** e de cunho **quantitativo**. Os dois métodos estão ligados ao conhecimento científico e são usados em uma pesquisa que contém uma hipótese, uma problemática e objetivos definidos. Todavia, essas não são as únicas possibilidades de se fazer uma pesquisa.

Nos estudos sobre políticas de segurança, o pesquisador pode trabalhar com sua experiência ligada ao assunto. O gestor e o tecnólogo quase sempre terão um ponto de apoio para sua gestão ou para seu problema de pesquisa e estarão trabalhando em uma pesquisa qualitativa. Da mesma forma, é possível coletar dados estatísticos e pesquisar quantitativamente sobre a política de segurança. Em ambos os casos, a militarização pode ser tema a ser estudado.

## Exemplos de usos variados dos métodos por um grupo de pessoas contemporâneas e da mesma instituição

Em uma mesma época, podem existir pessoas que obtêm destaque usando métodos diferentes de pesquisa. Quando foi formada, por exemplo, a **Academia Brasileira de Letras**, foram destinadas 40 cadeiras a eminentes “homens de letras” do Brasil. Para ilustrar que bons trabalhos não se restringem ao uso de um só método ou de uma só forma de usar um método, usaremos o exemplo de cinco pensadores que foram seus membros-fundadores.

Nesse período, José Veríssimo, da cadeira 18, escrevia textos sobre a Amazônia e a vida amazônica, amparado, certamente, pelo fato de que ele, nascido no atual Pará, teria tido *contato empírico* com o fenômeno que relatou. O primeiro membro eleito da cadeira 7, Euclides da Cunha, fez uma obra muito conhecida, também baseada em sua experiência de vida. *Os Sertões* surge como obra ligada à sua experiência como

## Pesquisa qualitativa

Tipo de pesquisa que, segundo Goldenberg (2004), nega a afirmação de que a ciência seja sempre neutra e objetiva. A antropóloga cita, como métodos usados nas Ciências Sociais, estudos de fenômenos sociais, sociologia compreensiva, monografia, etnografia, trabalho de campo, observação participante, interacionismo simbólico, estudo de caso, método biográfico, entrevista. O maior desafio nessa pesquisa é evitar que o pesquisador dê um viés para seu estudo a partir de suas crenças, opiniões etc. e, assim, manter a neutralidade própria do trabalho científico. Para Gil (1987), da menos densa para a mais densa, há três níveis nas pesquisas sociais: exploratória, descritiva e explicativa.

## Pesquisa quantitativa

Aquela em que a principal ferramenta de análise são os dados que podem ser mensuráveis, como estatísticas, gráficos, testes, amostras, questionários e projeções. A análise de conjuntura e o método comparativo usam tanto o método quantitativo quanto o qualitativo.

## Academia Brasileira de Letras (ABL)

Instituição criada no fim do século XIX, visando à manutenção e ao desenvolvimento da literatura, das letras e da língua portuguesa no território brasileiro. Seus membros ocupam as cadeiras de forma vitalícia, daí serem chamados “imortais”. Localizada no Rio de Janeiro, abriga diversos debates, bibliotecas e acervo dos imortais.

correspondente jornalístico para o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante a Campanha de Canudos dos Estados Unidos do Brasil (desde 1960, República Federativa do Brasil) contra o grupo liderado por Antônio Conselheiro. Foram necessárias quatro expedições militares para debelar as ameaças à ordem pública vindas de Canudos, sendo as três primeiras derrotadas pelo messianismo armado de Antônio Conselheiro.



### **Sugestão de filme: Guerra de Canudos**

Direção de Sergio Rezende. Brasil: 1997, 165 min.



**Figura 6.1:** Cartaz do filme Canudos.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_de\\_Canudos\\_\(filme\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos_(filme))

O filme é um drama baseado em fatos reais e centrado na vida difícil de Luiza, cuja família aderiu ao grupo do monarquista sebastianista Antônio Conselheiro, em Canudos. Nele, são mostradas as condições de vida da população de Canudos, interior da Bahia: local de seca, de subdesenvolvimento, de miséria, de fome. São retratados os conflitos das tropas federais contra os insurgentes da localidade sertaneja, guiadas por seu líder messiânico. O filme ajuda a entender uma atuação mais militar, de “combate ao crime”, que é feita em uma localidade em oposição à autoridade legítima.

Sílvio Romero, da cadeira 17, foi de grande destaque em diversos assuntos, mas principalmente na filosofia e nas questões culturais. O método que utilizava era o conhecimento crítico reflexivo, também conhecido como conhecimento filosófico. O pensador Clóvis Beviláqua, ocupante da cadeira 14, teve destaque no campo do Direito, usando o método do ensaio sobre os assuntos jurídicos. Ele foi consultor jurídico do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) e fez relatórios usando o método interpretativo, de cunho qualitativo. Manuel de Oliveira Lima, ocupante da cadeira 39, apesar de diplomata de profissão, foi um historiador que focalizou a história do Brasil. Seu método é o historiográfico, logo, ele pegou arquivos, leu livros de épocas passadas, entre outras coisas. Rui Barbosa é um pensador que abordou diversos assuntos com métodos muito variados, seguindo o que se pretende fazer aqui: mostrar que o método deve ser adequado ao tipo de pesquisa que se pretende fazer. Nesse caso, destacam-se seus relatórios como Ministro das Finanças, em que usa métodos quantitativos para amparar seus argumentos.

Conforme o título desta seção, essas pessoas são contemporâneas, da virada do século XIX para o XX, momento em que se transitava da Monarquia para a República como forma de governo. Os métodos dessa época não eram exatamente os mesmos usados atualmente. Muito se estudou sobre os temas que todos eles focalizaram, e os métodos se refinaram, os erros foram suprimidos e os problemas identificados. Isso não significa que não existam certas permanências dessa época nos estudos atuais. As pesquisas sobre messianismo seriam, de certa forma, continuadas por Maria Isaura Pereira de Queiroz, décadas depois, via métodos qualitativos sociológicos, provando que estudos podem ter metodologias e resultados diferentes, mas origens semelhantes.

Assim como os detentores das diversas cadeiras da ABL que lidam com as letras e a literatura do país, aqueles que pertencem a instituições como a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, o Corpo de Bombeiros, a Academia de Polícia, a Segurança Pública em geral, entre outras, usam métodos diferenciados nas suas pesquisas.

## **Instituições, tipos de atuação e sua análise**

Diversas instituições lidam, ao mesmo tempo, com o tema da segurança, porém, com visões distintas. Há uma diferença entre “instituições que se voltam para dentro” e “instituições que se voltam para fora”. Para entender isso é preciso compreender como funcionam os ministérios da

República Federativa do Brasil, atualmente. Há mais ministérios “para dentro” do que “para fora”.

Todavia, as diferentes instituições existentes dependem também de sua época, e grandes acontecimentos podem mudar estruturas. Desde os incidentes do WikiLeaks e de Edward Snowden, passando pelos eventos de 11 de setembro, a espionagem voltou a ser tema quente para os formuladores de políticas públicas. Isso reformularia as divisões dentro/fora e civil/militar.



## **Espionagem e terrorismo após o fim da Guerra Fria**

Desde a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas nos anos 1990, a unificação da Europa em projeto de integração e a queda do Muro de Berlim nos anos 1980 e a abertura econômica da China de Deng Xiaoping, nos anos 1970, o mundo não é o que foi durante quase 40 anos ou mais. A ausência de um projeto de modernidade alternativo ao modo de convivência baseado no capitalismo ocidental dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, seguido pela América Latina e pela África em sua maior parte, gerou alternativas mais radicais. Surgiram, desde os anos 1970 e 1980, grupos antimodernidade, tradicionalistas e reacionários baseados na religião. Eles agiram, principalmente, por meio de atividades de terror. São exemplos das atividades desses grupos os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, perpetrados pela Al-Qaeda; os ataques no metrô de Londres em 2005; os ataques de ciberterroristas ao governo da Estônia em 2007; o massacre na Noruega efetuado por Anders Breivik em 2011; o ataque a bomba no trem de Chennai, na Índia, em 2014.

O período de 2001 em diante é considerado por muitos como o da “Guerra ao Terror”, época em que muitos países, liderados pelos EUA, recrudesceram suas políticas de inteligência, defesa e segurança para evitar ataques imprevisíveis. Em 2006, é fundada

a organização WikiLeaks, sob a liderança de Julian Assange, baseada na Islândia e depois na Suécia. A instituição divulga informações secretas, anônimas ou pouco conhecidas de governos ao redor do mundo e seu foco é principalmente questões estratégicas, econômicas e políticas. Em 2013, ocorreu o vazamento de mais informações sigilosas, dessa vez do esquema de vigilância global dos EUA, pela ação de Edward Snowden, gênio da informática, trabalhador do serviço de inteligência do seu país.

Após 1991, as tensões mundiais mudaram de uma bipolaridade para outro modelo, considerado por alguns como multipolar, com alguns países centrais liderando os demais e com disputas e acordos. Alguns veem unipolaridade nos EUA, que só têm, como verdadeiro inimigo, os terroristas. De qualquer forma, desde a ação de Assange e de Snowden, a espionagem voltou à ordem do dia, e os segredos dos governos no mundo ficaram mais ameaçados. É possível que os governos e os continentes combatam a ameaça de espionagem e vazamento de informação sigilosa com a mesma vitalidade que reagiram outrora ao terrorismo.

---

O setor de inteligência brasileiro se estruturou em 1927, com Washington Luís, e existe, desde 1999, na instituição chamada Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Subordinada a ele está a Agência Brasileira de Inteligência. Em 1927, era o Conselho de Defesa Nacional, embrião dos órgãos de espionagem brasileiros, aperfeiçoados pela Escola Superior de Guerra e pelas forças armadas. Sobre o serviço secreto brasileiro, há diversos livros, como o de Lucas Figueiredo e o de Priscila Antunes, que mostram uma instituição que está a meio caminho da atuação civil e da atuação militar. É possível perceber que, em algumas instituições, pode-se atuar nas fronteiras nacionais e fora dela, assim como se pode ter uma atuação “mais militar” e “mais civil” ao mesmo tempo.

O Ministério da Integração Nacional (MI) aborda a Defesa Civil, o Desenvolvimento Nacional e a Integração das Regiões, não tratando, a princípio, de questões externas ao território brasileiro. Quem aborda o desenvolvimento, a infraestrutura e os assuntos correlatos fora do país é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cuja

principal ferramenta tem sido o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A princípio, eles administram conflitos latentes no país.

Há instituições que, por terem abrangência de atuação, voltam-se tanto para dentro, quanto para fora do país. É o caso da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que faz projeções e prognósticos baseados em diversos métodos, principalmente nos quantitativos, tendo, entre seus objetivos, o de propor políticas públicas. Há, também, um departamento voltado para defesa e segurança.

No caso do Ministério da Justiça, a diretriz é proporcionar uma cidadania completa, a ordem pública e garantir o que está previsto na Constituição Federal de 1988. Quanto à atividade policial, que é a parte mais ligada à Segurança Pública, destacam-se: a Força Nacional de Segurança Pública, o Departamento de Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal. A Força Nacional atua em situações de distúrbio em qualquer local da nação; há policiamento ostensivo com as demais polícias em todo o território federal (estradas, rodovias, mares), e a Polícia Federal protege todos os locais de posse exclusiva da União. A Senasp (Segurança Nacional de Segurança Pública) define a Política Nacional de Segurança Pública e a Prevenção da Violência e da Criminalidade, promovendo a modernização das instituições federais, a integração destas com instituições não governamentais, além de coordenar atividades e congregar informações.

Todas as instituições a seguir estão vinculadas ao Ministério da Justiça: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; Conselho Nacional de Segurança Pública; Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual; Conselho Nacional para Refugiados (Conare); Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad); Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A Polícia Legislativa Federal vigia e protege os que fazem parte da Câmara de Deputados Federal e do Senado Federal.

Cabe fazer comentários sobre instituições policiais brasileiras e, com isso, entender o debate sobre militarização das políticas de segurança, que está muito ligado à forma e à ação da instituição que lida com segurança pública, na maior parte das vezes, a polícia.

A força policial no país não segue o que é chamado “policimento de ciclo completo”, em que a mesma corporação policial acumula as funções ostensivo-preventivas com as funções investigativo-jurídicas. Em vez disso, as primeiras são executadas por policiais militares, enquanto as outras, por policiais civis. São duas carreiras independentes, porém, complementares. Da mesma forma, a defesa das fronteiras internacionais feita pelos militares é complementar à defesa civil, que atua para prevenir, responder problemas advindos de desastres ou emergências e recuperar as condições prévias. As políticas de segurança, porém, enfrentam problemas, pois é difícil unificar atos e pensamentos das instituições quando o ciclo não é completo.

É bem explícita a divisão na esfera de atuação internacional de um país. De acordo com o pensador Raymond Aron, qualquer unidade política estatal dirige seu intercâmbio com outras unidades para beneficiar o interesse nacional, por meio de duas formas articuladas: a estratégia e a diplomacia. Logo, soldados e diplomatas seriam duas faces da mesma moeda: as relações políticas entre nações. A paz e a guerra, o combate de inimigos e a administração de tensões seriam parte do mesmo fenômeno.

No Brasil, há duas formas específicas de o Estado se relacionar com outras unidades políticas no mundo: via Ministério das Relações Exteriores e via Ministério da Defesa.

Essa é uma visão clássica sobre o assunto. Ela divide muito claramente a competência de atuação de cada um dos dois. Todavia, hoje em dia, em Brasília, vê-se que muitos ministérios têm assessorias ou departamentos internacionais e que lidam com questões ligadas às relações entre nações e com aquelas referentes à defesa e segurança. Isso pode gerar maior capacidade de lidar com certos problemas, mas cria o desafio de integrar de forma coerente essas diferentes dimensões. Há algumas décadas, durante o período em que o mundo vivia a Guerra Fria e a bipolaridade, ocorreram diversas crises mundiais que testavam as possibilidades de integração e articulação de instituições.



## Guerra Fria e bipolaridade

Guerra Fria é o período em que o mundo se dividiu em duas áreas de influência: a capitalista e a socialista. A liderança do lado capitalista eram os Estados Unidos da América, englobando Europa Ocidental, Américas e África. O lado socialista tinha como liderança a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, englobando Europa Oriental, Cuba, China e alguns países na Ásia e na África. Os dois grupos começaram a “rachar” nos anos 1960/70, com alguns membros tomando atitudes que desagradavam suas lideranças e com o fortalecimento do terceiro-mundismo e do movimento dos não alinhados, um “terceiro grupo” que buscava se projetar como opção de um novo bloco de países. Mesmo assim, a realidade quase sempre impunha uma escolha nos momentos de crise: ou se aderiria ao grupo socialista ou ao grupo capitalista. Por conta desses dois grupos que disputavam entre si e da situação constante de tensão, chamou-se o período de Guerra Fria. Não há consenso entre historiadores, politólogos, analistas internacionais, economistas e demais pensadores de humanidades sobre quando começa e termina a Guerra Fria. Há uma corrente forte hoje que situa seu início após a Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945, e seu fim após a queda da União Soviética, em 1991. Aron sintetizou esse período como “guerra improvável, paz impossível”.

Em plena Guerra Fria, devido à existência de bombas atômicas tanto do lado socialista quanto do lado capitalista, cresceram tensões em 1962. Nesse ano, Cuba já tinha aderido ao socialismo, na liderança de Fidel Castro. Nikita Krushev e John F. Kennedy disputavam a adesão de outros países a seus blocos. Mísseis nucleares estavam instalados em pontos na Europa e na Turquia, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte existia. Isso ameaçava os socialistas e a URSS, que instalou mísseis nucleares em Cuba, os quais podiam acertar pontos estratégicos dos

EUA, e queria conquistar a parte ocidental de Berlim, um enclave capitalista dentro da socialista Alemanha Oriental. Há insinuação por parte dos EUA de que a guerra seria a única saída se a URSS não retirasse os mísseis de Cuba. Ela, então, negociou a retirada dos mísseis desde que os EUA também os retirassem da Turquia, e o desfecho foi positivo.



**Figura 6.2:** Fidel Castro.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Fidel\\_Castro.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Fidel_Castro.jpg)

Fidel Alejandro Castro Ruz (1926) é um revolucionário comunista, cubano, primeiro presidente do Conselho de Estado da República de Cuba (1976-2008). Até 2006, foi primeiro-secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba. Castro nunca foi eleito por meio de eleições diretas, não permitiu a criação de partidos de oposição nem a liberdade de imprensa – Cuba é considerado um dos países com menor liberdade de imprensa do mundo – durante o período em que esteve como líder do regime ditatorial cubano. Seu governo foi e continua sendo amplamente criticado pela comunidade internacional por violações aos direitos humanos. Apesar das controvérsias, foi durante o governo de Castro que Cuba alcançou altos índices de desenvolvimento hu-

mano e social e deu diversos exemplos de solidariedade humanitária, como a menor taxa de mortalidade infantil das Américas e a erradicação do analfabetismo e da desnutrição infantil.



**Figura 6.3:** Nikita Khrushchev.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Nikita\\_Khrushchov#mediaviewer/](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nikita_Khrushchov#mediaviewer/)

Ficheiro: Nikita\_Khruchchev\_Colour.jpg

Nikita Serguêievitch Khrushchov (também grafado Khrushchev ou Cruschev) (1894-1971) foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) entre 1953 e 1964 e líder político do mundo comunista até ser afastado do poder por sua perspectiva reformista e substituído pelo político Leonid Brejnev. Ficou conhecido no período da Guerra Fria por suas atitudes anticonvencionais e grosseiras, por interromper oradores de outros países em eventos internacionais para insultá-los e por suas atitudes insólitas, como tirar os sapatos e batê-los na mesa de discussões durante sessões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, brandir uma bota na cara do líder chinês Mao Tsé Tung, ou ainda fazer comentários xenófobos e racistas sobre o povo búlgaro com o próprio premier da Bulgária.



**Figura 6.4:** John Kennedy.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:John\\_F.\\_Kennedy,\\_White\\_House\\_photo\\_portrait,\\_looking\\_up.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:John_F._Kennedy,_White_House_photo_portrait,_looking_up.jpg)

John Fitzgerald Kennedy (1917-1963) foi um político estadunidense que serviu como 35º presidente dos Estados Unidos (1961-1963) e é considerado uma das grandes personalidades do século XX. Ele era conhecido como John F. Kennedy ou Jack Kennedy por seus amigos e, popularmente, como JFK. Eleito em 1960, foi presidente de 1961 até seu assassinato em 1963, em 22 de novembro de 1963 em Dallas, Texas. O ex-fuzileiro naval Lee Harvey Oswald foi preso e acusado do assassinato, mas foi morto dois dias depois por Jack Ruby e por isso não foi julgado. A Comissão Warren concluiu que Oswald agiu sozinho no assassinato. No entanto, o Comitê da Câmara sobre Assassinatos descobriu, em 1979, que talvez tenha havido uma conspiração em torno do acontecido. Esse tópico foi debatido e há muitas teorias sobre o assassinato, visto que o crime foi um momento importante na história dos Estados Unidos devido ao seu impacto traumático na população americana. Muitos viam em Kennedy um ícone das esperanças e aspirações americanas e, em algumas pesquisas no país, ele ainda é valorizado como um dos melhores presidentes da história da nação.

Fonte: [www.wikipedia.com](http://www.wikipedia.com)

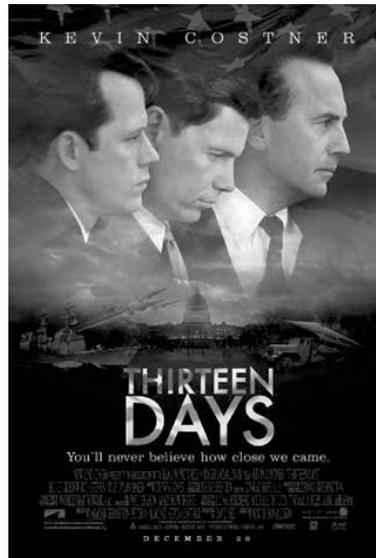
Todavia, nos 13 dias entre o começo do problema e seu desfecho, a opinião pública não gerou muita influência. A ênfase de diversos estudos ficou no processo decisório, criando um grupo de pesquisadores interessados na análise desse processo. Para muitos deles, imperava o que se chamou de “consenso Lippmann-Almond”, em que a opinião pública era volátil, incoerente e irrelevante para afetar a política externa, o que se estendia para outras políticas públicas. Era preciso, então, investigar o processo em si.

Surge, assim, o livro *Essência da decisão*, base de diversos estudos em administração, economia, ciência política, relações internacionais, história etc, a partir da análise da já mencionada Crise dos Mísseis, de 1962. Graham Allison, em seu livro (revisado e ampliado em conjunto com Phillip Zelikow em 1999), utiliza, para analisar a crise, três modelos: o do ator racional; o do comportamento organizacional e o da política governamental. No primeiro, o Estado é o ator central, que escolhe a melhor opção de ação no seu processo decisório. O segundo parte do pressuposto de que os líderes decidem sob limitados tempo e recursos, incidindo sobre eles os procedimentos, os costumes e as linhas de ação das organizações (ou instituições). As decisões, neste modelo, se dariam a partir daquela em que haveria menor incerteza. No terceiro, as questões políticas e as negociações entre seus atores são determinantes para as decisões. É preciso ganhar o consenso dos que trabalham juntos além de valorizar a formação pessoal e a história de vida de cada um. O grupo que cerca o líder, bem como seu carisma, personalidade, persuasão e laços pessoais também influem.



### **Sugestão de filme: *Treze dias que abalaram o mundo***

Direção de Roger Donaldson. Estados Unidos: 2000, 145 min. Título original em inglês: *Thirteen Days*.



**Figura 6.5:** Cartaz do filme *Treze dias que abalaram o mundo*.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Thirteen\\_days\\_poster.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Thirteen_days_poster.jpg)

O filme é um drama baseado em fatos reais, especialmente nos trabalhos escritos por Phillip Zelikow, em parceria com outros pensadores. Aborda a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962, e mostra as relações entre a alta cúpula do governo de John Kennedy, na tentativa de deliberar sobre a questão. É um excelente filme para entender o período histórico da Guerra Fria e da bipolaridade em seu momento, considerado por muitos, mais crítico, quando a guerra, em escala mundial, poderia ser desencadeada se os formuladores das políticas de defesa e de segurança, assim como os de política externa, falhassem. É bom para entender as relações entre poder civil e poder militar, em especial, no momento em que é preciso ter uma decisão certa, pois qualquer erro poderia iniciar uma guerra nuclear mundial.

---



### **Resposta Comentada**

É preciso que você escolha uma instituição válida, já mencionada. Desse modo, demonstrará que entendeu o que estava sendo dito anteriormente. Você deverá mostrar as relações entre o formulador de políticas (o político) e o executor de políticas (o trabalhador que faz parte de uma das instituições), bem como criar um exemplo relacionando-o com as fontes primárias que lidam com o tema, ou usar uma fonte primária. Em ambos os casos, a ideia é utilizar a metodologia de pesquisa bibliográfica/documental. Estará correta a resposta que for coerente com o que já foi apresentado ao longo da aula.

---

---

---

### **Militares e civis guerreiros contra o dragão da iniquidade no país da violência ou como instituições lidam com políticas de segurança**

A teoria de Allison, revisada junto com Zelikow, serve para entender a complexidade do processo decisório. Quem vir o filme *Treze dias que abalaram o mundo*, tendo em mente a teoria deles, entenderá que, dentro de uma única instituição, há diferentes visões. Os momentos críticos realçam essas diferenças e tensões até que elas sejam dissolvidas dentro da decisão.

Outra importante teoria sobre a análise das instituições, no meio das Ciências Sociais, foi a de Mary Douglas no livro *Como as instituições pensam* (2007). Na obra, ela defende que as instituições devem ser entendidas desde o ser humano, que as forma através de cognição e de transação. Dito de outro modo, a base de formação/funcionamento das instituições é o que se pensa/percebe, o que se lida/se faz e que faz parte do grupo de pessoas. Conhecendo as teorias de Allison/Zelikow e de Douglas, é possível usá-las para escrever um trabalho com uma fundamentação teórica sobre as instituições que lidam com segurança. Como fizeram as análises sobre o assunto da aula?

Dalmo Dallari (1977) escreveu um livro chamado *O pequeno exército paulista*, no qual descreve uma pesquisa de um ponto de vista histórico. Sua perspectiva analisa, em parte, o processo decisório, porém, sem minúcias sobre momentos críticos, como fez Allison em seu clássico. Dalmo

Dallari destaca que, em São Paulo, com Tobias de Aguiar, foi criada a força policial em 1831, que sofreu várias mudanças ao longo do tempo, mas servindo como “política armada” com a força pública da província e do exército lotado no local até 1969. Isso serviu para que o estado de São Paulo pressionasse o Governo Federal, no contexto em que as forças policiais não eram subordinadas aos militares, o que era um risco à integridade nacional.

Por outro lado, a força policial auxiliou o governo nacional em diversos casos: Guerra do Paraguai, em 1866 e 1867; Revolta da Armada de 1893; Canudos, em 1897; Revolta da Vacina, em 1904; Greve Geral de 1917; revolta militar em Mato Grosso, em 1922; apoio à Revolução de 1930; apoio ao movimento constitucionalista de 1932 contra Vargas. Um dos vetores de militarização da política de segurança ocorreu por intermédio da missão francesa de modernização da polícia (1906-1914), arquitetada pelo presidente (à época não se chamava governador) do estado de São Paulo, com auxílio do barão do Rio Branco.

Um pesquisador que fez a análise da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro foi o coronel Robson Rodrigues da Silva, em seu livro *Entre a caserna e a rua: o dilema do pato...* (2011). Nesse trabalho, o autor mostra que a militarização da polícia não teria gerado os efeitos de eficiência na terra, no mar e no ar, tal como ocorre com as forças armadas. Por analogias, ele mostra que, em vez de tubarão nos mares, de águia nos céus, de guepardo no continente, haveria um “pato”, que não faz nenhuma das atividades com proficiência.

É como se o caráter militar da PMERJ lhe impusesse uma lógica das forças armadas, uma vez que tem seus aviões e helicópteros, bem como seu Grupamento Aeromarítimo. Porém, suas ações (principalmente as missões em terra, patrulhando cidades socialmente fragmentadas), não raro, redundam em malogros que são transmitidos ao vivo pela televisão. Sucessos também ocorrem, certamente, e também são cobertos pela mídia, mas o fato é que, como mostra Robson Rodrigues, a “teoria nativa” é que a PM é o pato: voa mal, nada mal, anda desengonçado “e, por onde passa, faz cagada”.

Rodrigues teve acesso à “teoria nativa” (forma interna e reflexiva de os grupos estudados interpretarem a própria realidade), por ser também um “nativo”, ou seja, um oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, ex-aluno e ex-comandante do Curso de Formação da Academia Dom João VI, ambiente no qual empreendeu posteriormente sua etnografia. O autor ouviu essa comparação quando entrou na PM e nem pensava

em estudá-la, o que não se poderia falar facilmente para pesquisadores, antropólogos ou outros profissionais que o entrevistassem. Sendo assim, o trabalho do coronel da PM e antropólogo Robson Rodrigues é um exemplo de construção do conhecimento sobre a Polícia Militar, muito bem feita por alguém que soube aliar o conhecimento interno de “nativo” com as inquietações do pesquisador sobre uma dada realidade.

Maria Minayo e Edinilsa Souza, no livro *Missão investigar* (2003), analisam a Polícia Civil em outro enfoque. A identidade é analisada tal como no trabalho de Robson Rodrigues da Silva, porém, na perspectiva dos artigos organizados por elas, usam-se mais os métodos das outras ciências sociais que não a Antropologia (Ciência Política e Sociologia). Há grande utilização de métodos quantitativos, mas o uso do trabalho de campo para poder entender como é a cultura profissional, isto é, definir as particularidades do profissional dessa instituição é menor que no livro do coronel. Para tanto, as autoras destacam as condições de trabalho, de saúde e a qualidade de vida. Elas ajudam, em sua pesquisa, a evitar a reificação da corporação policial, expondo o lado humano dos profissionais que nela trabalham. Mostram as dificuldades de uma profissão de risco, o estresse, os perfis profissionais, o estilo de vida, a história e os processos da instituição.

Desnaturalizar é pensar também que o crime, o ilícito e o conflito não estão onde se vê. Não é possível combater ou administrar algo que não se pode perceber. Sobre isso, caberia assistir ao filme *Investigação sobre um homem acima de qualquer suspeita*. Ao vê-lo, fica a pergunta: os dados influem na investigação e na pesquisa ou a pesquisa e a investigação influem nos dados? Ou ambos são influenciados, ao mesmo tempo, por instituições e pessoas?



### **Sugestão de filme: *Investigação sobre um cidadão acima de qualquer suspeita***

Direção de: Elio Petri. Itália: 1970, 112 min. Título original em italiano: *Indagine su un cittadino al di sopra di ogni sospetto*.



**Figura 6.6:** Cartaz do filme *Investigação de um cidadão acima de qualquer suspeita*.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Investigation\\_of\\_a\\_Citizen\\_Above\\_Suspicion](http://en.wikipedia.org/wiki/Investigation_of_a_Citizen_Above_Suspicion)

O filme é do gênero policial e relata a história de um inspetor de polícia de carreira ilibada, mas de mentalidade conservadora, que mata sua amante. As investigações sobre ele envolvem sua fama de incorruptível e honesto, além de sua relação com outros investigadores de crimes, e com o assassinato cometido. É um bom filme para entender as relações dentro de uma instituição que lida com segurança, os dilemas individuais de pessoas, o peso de uma circunstância e questões além do pessoal.

---

Na análise dessas instituições, para entender as ênfases dadas nas formas de se combaterem crimes e/ou de se administrarem conflitos, muitas vezes há demanda de um conhecimento sobre história. Para entender a história do Brasil ou de outros locais do mundo, ou até para entender marcos históricos mundiais ou regionais, é preciso fazer, como vimos na Aula 2, uma *pesquisa bibliográfica*.

Para as cientistas Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, a pesquisa bibliográfica é um procedimento para se conhecer a realidade por meio de fontes secundárias. A pesquisa documental a complementa, pois se dirige a fontes primárias, que, para quem pesquisa políticas de segurança, são diretrizes do poder público e suas instituições. Um exemplo é a Lei de 18 de agosto de 1831, que criou a Guarda Nacional, só desmobilizada em 1922. Um exemplo de fonte secundária é o livro clássico *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal (1976), em que a criação da Guarda Nacional não aparece somente como uma lei (fonte primária); ela faz parte de uma pesquisa científica maior que resultou em um livro (fonte secundária).

A pesquisa bibliográfica seria, para as autoras, dividida nas seguintes etapas: escolha do tema a ser pesquisado (o que se quer pesquisar); plano de trabalho (o que fazer); identificação, localização, compilação (encontrar e unificar as informações); fichamento, análise, interpretação; redação (uso da informação). O fichamento consiste em fazer fichas de resumo sobre o que foi lido; também é de grande valia usar resumos. De qualquer forma, fichários e arquivos com resumos são valiosos e devem ser guardados em área especial, seja no computador, seja fisicamente, pois eles podem ser utilizados a qualquer momento ao longo da pesquisa, da escrita etc.

Nesse caso, a chegada da internet auxiliou a união de arquivos completos, fichados, resumidos, resenhados etc. Há possibilidade de utilizar *softwares* processadores de texto, como o Word, o Writer, o Apple Pages etc. para escrever. Os textos escritos nesses aplicativos são convertidos em arquivos e podem ser alocados em pastas nomeadas e separadas conforme a pesquisa no computador. Dessa forma, recomenda-se fortemente que o pesquisador de hoje em dia saiba utilizar o computador de forma segura e não dependa de outras pessoas para consolidar seus trabalhos. A independência do pesquisador é vital. Elucidemos o que estamos vendo aqui em um exercício histórico **contrafactual** com Euclides da Cunha.

Se Euclides da Cunha não tivesse meios de escrever, ao vivo, o que via ocorrer em Canudos, será que ele conseguiria se lembrar de tudo o que havia vivido? A memória não se perderia? Como registrar essa história oral por mais tempo que o período de vida de Euclides da Cunha?

Façamos outro exercício. Imaginemos que Euclides da Cunha, mesmo tendo formação militar e sendo muito próximo do positivismo, se envolvesse de tal forma com a pregação de Antonio Conselheiro, que

## Contrafactual

Uma história contrafactual serve para especular possibilidades que poderiam ter ocorrido, mas não ocorreram. Qualquer um pode fazer uma pergunta que seja base para investigação contrafactual ao perguntar “e se...?”. Ou seja, a pergunta “e se os alienígenas invadissem a terra?” gerou diversos filmes de ficção científica, alguns mais realistas, outros menos, como *Distrito 9*; *Independence Day*; *MIB – Homens de preto* etc. É uma hipótese que faz com que as pessoas revisem a realidade.

virasse um extremista religioso. O que poderia acontecer? Provavelmente, o trabalho *Os Sertões* não teria existido. Do contrário, não teria valor científico e, em vez disso, poderia acabar assumindo caráter de propaganda de uma posição religiosa.

A maior crítica que cientistas fazem sobre estudos de ciências humanas é justamente a ausência de rigor, de possibilidades de verificação objetiva e a contaminação pela subjetividade, ou seja, por crenças que desvirtuam a pureza científica. Infelizmente, como seres humanos, todos nós estamos sujeitos a conversões, a crenças, a possibilidades que inviabilizam a pesquisa ou a tornam “enviesada”. O viés corrompe a pesquisa, pois esta, quando apresenta um viés muito forte que não é explicitado, perde seu valor científico. Por isso, o autor de um trabalho científico, ao expô-lo, precisa mostrar também suas preferências, os porquês que o levaram a fazer a pesquisa como fez, quais os métodos e teorias utilizados etc. A transparência protege o cientista de críticas de pessoas mal-intencionadas.

Assim, quando se analisa uma instituição, é muito importante dizer se a pessoa faz parte dela ou não. Se fizer, é imprescindível mostrar que a opinião expressa no trabalho científico não é necessariamente a opinião que a instituição tem. Por exemplo, no caso de Robson Rodrigues da Silva, ele menciona o fato de ser um oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, provando que sua pesquisa não é do Governo do Rio de Janeiro, tampouco da corporação à qual está inserido, mas sim uma pesquisa sua, construída a partir de uma metodologia científica.

## ===== **Atividade 2** =====

### *Atende ao Objetivo 2*

Leia a fonte primária (decreto presidencial) e responda às questões:

Decreto nº 7.538 de 1º de Agosto de 2011

A Presidenta da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, alínea “a” da Constituição,

DECRETA:

[...] Art. 5º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Justiça, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.

[...]

Art. 31. À Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado compete:

I - dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar a atividade de investigação criminal relativa a infrações penais:

- a) praticadas por organizações criminosas;
- b) contra os direitos humanos e comunidades indígenas;
- c) contra o meio ambiente e patrimônio histórico;
- d) contra a ordem econômica e o sistema financeiro nacional;
- e) contra a ordem política e social;
- f) de tráfico ilícito de drogas e de armas;
- g) de contrabando e descaminho de bens;
- h) de lavagem de ativos;
- i) de repercussão interestadual ou internacional e que exija repressão uniforme; e
- j) em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas; e

II - propor ao Diretor-Geral a aprovação de normas e o estabelecimento de parcerias com outras instituições na sua área de competência.” (NR)

Art. 38-K. À Diretoria de Projetos Especiais compete:

I - articular-se com as instâncias de Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal das áreas dos Grandes Eventos, bem como com organizações multilaterais e entidades privadas de interesse dos projetos, de forma a estabelecer canais de relacionamento, comunicação e ação que garantam o alcance dos objetivos dos projetos sociais estabelecidos pela Diretoria;

II - desenvolver programas e ações de segurança, principalmente de caráter educativo e cidadão, com foco nas comunidades de maior vulnerabilidade social nas áreas dos Grandes Eventos, inclusive por meio do fomento financeiro a programas governamentais e não governamentais, respeitando as peculiaridades de cada comunidade;

III - apoiar a reconstituição de espaços urbanos das áreas de Grandes Eventos, mediante a implantação de ações voltadas para locais considerados de alto risco em termos de violência, criminalidade e desastres;

IV - elaborar minutas de editais, termos de referências e outros documentos inerentes à contratação de especialistas consultores para os diferentes projetos, em conjunto com a Diretoria de Logística, submetendo-os ao Secretário da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, para análise e aprovação;

V - articular-se com os órgãos governamentais, entidades não governamentais e organizações multilaterais, visando ao planejamento, implementação e acompanhamento dos projetos de capacitação nos Grandes Eventos, em conjunto com as Diretorias de Operações e de Inteligência, de acordo com a natureza da capacitação;

VI - fomentar financeiramente instituições governamentais e não governamentais nas áreas dos Grandes Eventos, por meio de convênios e editais de seleção, a partir de levantamento situacional da criminalidade que indique a necessidade premente de cada local, visando à redução da criminalidade e da violência; e

VII - disseminar o conceito de segurança cidadã e as novas ações e metodologias desenvolvidas na área de segurança de Grandes Eventos, em particular quanto ao legado social, junto a instituições governamentais e não governamentais e às comunidades envolvidas.” (NR)

Marque no texto, sublinhando ou marcando com iluminador, o que é, nesta política de segurança, o trecho de atuação de combate ao crime (“combatente”) e o de prevenção por meio de ações cidadãs (“cidadã anti-conflito”). Demonstre como esse decreto influi sobre a ação das forças de coerção legítima (forças armadas e forças policiais).

---

---

---

---

---

### **Resposta Comentada**

Você deverá identificar que o artigo 31 é de uma ação de combate ao crime, enquanto o artigo 38 faz uma ação voltada para administrar conflitos e promover a cidadania. Além disso, o discente deve mostrar como é, com exemplos práticos, o combate ao crime organizado, a promoção da cidadania e a prevenção do conflito. Para tanto, deve provar em que ponto do decreto ou em que inciso se comprova sua argumentação.

---

---

---

Ao analisar instituições, deve-se pensar que elas produzem dados que podem ser utilizados para se incrementar a pesquisa por meio do método quantitativo. Para obter dados quantitativos, em especial sobre as ênfases das políticas de segurança no combate ao crime, na administração dos conflitos, na prevenção e reintegração etc., recomenda-se procurar na internet *sites* de centros de pesquisa de grandes universidades do país. Outra opção interessante que, muitas vezes, produz dados quantitativos são os institutos de segurança pública estaduais e os que lidam com a questão urbana; em geral encontram-se elencados em portais de governos estaduais. São estes mesmos governos que regem as suas polícias militares e, em geral, há arquivos a serem consultados.

Vale lembrar que aqui cabe uma discussão sobre duas tendências conflitantes na forma de se entender o Brasil. Em termos de pensamento político brasileiro, conforme Vianna (2004), duas matrizes disputam a interpretação sobre a formação nacional: iberistas e americanistas. Os primeiros defendem o Estado mais forte que a sociedade civil, a centralização política, a unidade nacional, o primado do público sobre o privado, o tradicionalismo, criticando as ideias externas ao país e o capitalismo. Os outros defendem a liberdade para a economia e a sociedade civil, a descentralização política, a abertura do mercado, a abertura às ideias externas ao país e a defesa do capitalismo internacional. Essa tensão entre dois modelos de nação, dois projetos políticos está presente na forma como se analisam as instituições no Brasil. É preciso, portanto, entender discursos.

Por exemplo, um descendente da linhagem política iberista diria que o país tem de ter uma polícia forte unificada, que combata o crime e atenda ao interesse nacional. Um descendente da linhagem política americanista diria que a polícia deve se ater aos princípios dos direitos humanos, fixados internacionalmente, que administre os conflitos e atenda a sua localidade, no máximo ao seu município, garantindo o poder da sociedade civil. O iberista defende a militarização por meio dos processos policiais e o recrudescimento total do combate ao crime, ou seja, a “tolerância zero”. O americanista defenderá uma militarização por meio da forma, como a modernização das forças policiais de São Paulo em 1906 pelas forças militares francesas, e a defesa de direitos humanos. Como se pode ver, são ênfases diferentes.

A preocupação com o que se diz em discursos e com o que não se diz, ou pior, com o que se espera que quem ouve entenda sem que se explique, leva à necessidade de se entenderem conceitos. No exemplo des-

ta aula, a questão da tensão das políticas públicas entre administrar conflitos e combater crimes está muito ligada à concepção que a sociedade tem de si mesma. Como é a definição correta de Segurança Pública?

Luiz Eduardo Soares, em artigo recente (2011), menciona a discussão sobre o conceito, dizendo que muitos associam Segurança Pública a ausência de crimes, respeito às leis e pacifismo. Como é o poder do Estado que detém a violência legítima, isto é, como são os poderes dos governos que são apoiados pelas pessoas para que a força seja usada, caso necessário, então, é ao público que se recorre para entender a violência. Ele dá a seguinte definição de Segurança Pública:

estabilização universalizada, no âmbito de uma sociedade em que vigora o Estado Democrático de Direito, de expectativas positivas a respeito das interações sociais – ou da sociabilidade, em todas as esferas da experiência individual (SOARES, 2011, p. 501).

Estabilidade, defesa de direitos e liberdades, e acesso à justiça deveriam ser, para ele, a função policial.

Logo, do seu conceito se constrói um modelo de ação das pessoas que compõem uma instituição, isto é, uma ideia de Segurança Pública define a função dos policiais e um tipo de política de segurança. Há uma análise em artigo recente de Glaucio Ary Dillon Soares (2011), com participação de Sandra Andrade, em que ele demonstra que o caráter militar da polícia fez com que se confundisse Segurança Nacional com Segurança Pública. Para o sociólogo, muitos, hoje, ao proporem a desmilitarização, confundem direito e criminologia, que são conceitos distintos. Além disso, para ele, as políticas públicas que trabalham com o conceito muitas vezes deixam de fora mortes violentas não criminosas, como a morte por queda. Nesses casos, a prioridade não seria nem administrar o conflito nem combater o crime, mas prevenir a violência.

É por conta da força das palavras que existe uma metodologia de análise muito usada em pesquisas de Ciências Humanas, chamada Análise do Discurso. Discursos, eventos comunicativos, conversas, escritos etc. servem para entender como são as características psicológicas e sociais associadas a um texto, a uma fala, a um ato de comunicar. São parte desse tipo de abordagem interdisciplinar as relações entre texto/discurso com o contexto ou estruturas sociopolíticas, as relações entre memória, entendimento e discurso, as relações entre poder e discurso etc.

De acordo com o casal Fairclough (2012), o discurso, o diálogo e os argumentos são vitais para a política na tomada de decisão. Os contextos das instituições e os momentos por que passam as organizações tornam o ato de comunicar político, ou seja, o discurso se politiza. No caso, o discurso que critica a militarização estaria associado a um projeto de desmilitarizar a polícia. Do contrário, um discurso que elogie a militarização da polícia é o que tem como projeto mantê-la associada a uma postura de embate a um inimigo, que são as pessoas que cometem crimes dentro do território brasileiro. Assim, outra forma de analisar a política de segurança é ver se ela está militarizada ou não, ou seja, é utilizar a análise de políticas públicas.

Wanderley Guilherme dos Santos e Olavo Brasil de Lima Júnior, em artigo sobre o tema (1976), propõem um esquema para análise das políticas públicas. Para eles, há duas formas de analisá-las: a internalista e a externalista. A primeira vê como mais importantes a estrutura do governo, as instituições em si e o processo decisório. A segunda considera relevantes, na política pública, as elites, os grupos e os recursos. Os autores pensam também a relação entre a burocracia e a elite política na formulação e manutenção das políticas públicas, criando quadros semelhantes ao da Teoria dos Jogos, do “dilema do prisioneiro”. Autonomia de condução de políticas públicas, mudança e manutenção das mesmas são temas analisados no artigo.

No caso, as políticas de segurança apareceriam em uma análise que usasse modelos internalistas (mais parecidos com a teoria de Mary Douglas) ou externalistas (mais parecidos com a teoria de Allison/Zelikow), ou que usasse ambos os modelos para analisar estabilidade e transformação de políticas. Roberto Kant de Lima, também em artigo (1999), analisa modelos de administração de conflito. Seu enfoque é mais nos processos, nos inquéritos policiais e no processo judicial. Seu estudo aborda questões internalistas e externalistas do sistema judiciário penal, observando a parte da política pública que não é militarizada. Há diferentes conceitos de Segurança Pública, diferentes linhagens políticas disputando como devem ser as políticas, diferentes discursos em épocas diferentes... Cabe agora entender a política pública de segurança em seu aspecto mais fundamental, analisado por criminólogos: o policiamento.

Analisar os modelos de policiamento nos leva a propostas de como fazê-lo. Um dos pensadores do tema foi o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, da PMERJ. Adair Rocha, em livro criado em homenagem ao coronel Cerqueira (LEAL; MUNTEAL FILHO; PEREIRA,

2010, p. 12-15), ressalta o ideal de polícia e de políticas de segurança mais próximas da democracia, da cidadania etc. Nesse livro, apresenta-se o método biográfico. Ao usá-lo e conhecendo a vida do coronel, foi possível fazer uma análise sobre as políticas de segurança. Assim, não se discute só a trajetória pessoal e profissional, faz-se também uma investigação acerca das políticas de segurança. Dentro dessa análise, discutem-se formas não militarizadas de policiamento, como a revisão de formas de patrulhamento, o grupo de vigilância nos estádios, a educação de resistência às drogas, o atendimento a crianças e adolescentes, o policiamento turístico, a criação de biblioteca da polícia etc.

Uma análise crítica sobre a Segurança Pública é formulada pelo policial, ex-chefe do Estado-Maior Geral da PMERJ e doutor em Ciências Sociais, coronel Jorge da Silva. Ele critica, em artigo recente (SILVA, 2006), o reductionismo repressivista e o humanitarista que ora marcou as políticas de segurança. Comenta, em sua análise, os dados de alta impunidade em termos de julgamentos ligados a homicídio, em que 96% dos que cometem esse crime, incluindo policiais, são absolvidos. Mostra-se nisso uma tendência ao raciocínio de pronto emprego de forças para combate de inimigo, mais que de reforço da ordem pública e da legalidade, preservando direitos humanos ou individuais. Essa é uma das maiores críticas dos estudos que propõem uma militarização da Segurança Pública. É a crítica em termos de ação, processual, que tem abordagem diferente das análises centradas na instituição.

No caso de uma investigação sobre o combate ao crime e da ênfase acentuada que se dá a isso, ao processo de militarização e aos demais aspectos das políticas de segurança etc., é vital entender o que a pessoa pode dizer para o pesquisador. Nesse caso, a entrevista pode ser um método muito importante para o pesquisador. Aziz Filho e Francisco Alves Filho (2003) entrevistaram o tenente-coronel Cony, do Rio de Janeiro. Ele comenta o policiamento e suas mudanças, suas origens pessoais etc. No caso, se alguém decidir usar o que se está falando, deve levar em conta memórias, esquecimentos e silêncios, que são parte de disputas com relação ao passado, como diz Michael Pollak (1989).

Muito de uma política pode não vir até o público, e análises sobre instituições que lidam com segurança podem ficar restritas ao círculo interno da própria instituição. O sigilo de informações, mesmo após Snowden, Assange e outros, é algo a ser respeitado por qualquer servidor público que encare com seriedade sua profissão. Há momentos em que não é possível falar, e a entrevista provavelmente não captará essas informações no que é dito. Muitas vezes, vale mais o que não é dito.

---

---

---

**Atividade Final**

---

---

---

**Atende aos Objetivos 3 e 4****Artigo de Aécio Neves, na Folha de S.Paulo, em 11 nov. 2013****“Salve-se quem puder”**

[...] Não há uma política nacional para o setor, em particular para enfrentar o crime organizado, com seu brutal poder de fogo: o contrabando, tráfico de armas e de drogas. [...] Considerando que os Estados atuam hoje no limite de sua capacidade, o momento exige cada vez mais ações convergentes e de envergadura nacional, já que as organizações criminosas agem em mais de uma unidade da Federação. Em respeito aos brasileiros e ao nosso futuro, é fundamental que o governo federal assuma maior responsabilidade diante desse quadro e coordene um amplo esforço na busca de soluções. Existem experiências localizadas bem sucedidas que poderiam ser úteis aos brasileiros de outras localidades. A falência do nosso sistema prisional precisa ser enfrentada. É hora de discutir o papel das polícias, assim como a adoção de medidas que diminuam o escandaloso grau de impunidade existente. É inaceitável a atual tolerância ou disfarçada complacência com o avanço da criminalidade e o recrudescimento da violência no país. [...] (Disponível, na íntegra, em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/aecioneves/2013/11/1369519-salve-se-quem-puder.shtml>. Acesso em: 25 maio 2014).

**Discurso de posse da Presidenta da República Dilma Rousseff, em 01 jan. 2011**

[...] Meu Governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas em forte parceria com Estados e Municípios. O Estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de Governo, incluindo, quando necessário, a participação decisiva das Forças Armadas. O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens. Buscaremos, também, uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.



### **Resposta Comentada**

Você deverá usar a análise de instituições e de discursos para dar esta resposta. Em seu texto, procure analisar, de forma qualitativa e/ou quantitativa, a política pública escolhida, mostrando prós e contras. Nesse texto, mostre o que é mais ligado ao combate ao crime e o que é mais ligado à “administração de conflitos”. Deverá ficar claro como se dá, no estudo de caso realizado, a relação entre políticos formuladores de políticas e os profissionais que lidam com a Segurança Pública no seu cotidiano profissional.

---

---

---

### **Resumo**

Nesta aula demos destaques aos seguintes pontos:

- pessoas em uma mesma época e em uma mesma instituição podem (e, em certos casos, devem) ter pesquisas diversas que utilizem métodos diferentes;
- instituições são complexas e mudam extremamente conforme a conjuntura política, econômica, cultural, estratégica etc. A maioria lida com temas específicos, diferentes de outras instituições, mas há momentos em que elas concorrem entre si para definir determinadas políticas públicas e há outros em que cooperam;
- uma das principais instituições que coloca em prática cotidianamente as diretrizes das políticas de segurança é a polícia, e um dos fenômenos mais importantes para ser estudado hoje é a ênfase institucional e/ou processual no “combate ao crime” e em demais aspectos que levam à “militarização”.

### **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, apresentaremos as relações entre as drogas ilícitas e a Segurança Pública, mostrando metodologias para se fazer pesquisa com esse tema e, também, como outros pesquisadores o abordaram.

## **Leituras recomendadas**

ALMEIDA, Candido Mendes de; FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita (Org.). *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

# Aula 7

O campo minado das drogas ilícitas:  
um tema e muitas controvérsias

## **Meta**

Apresentar a metodologia empregada em estudos seminais ou contemporâneos, bem como a forma como diferentes pesquisadores foram consolidando um campo de estudo acerca do “problema social” das drogas postas na ilicitude.

## **Objetivos**

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. construir suas próprias ferramentas de análise, de modo a estar em condições de dar conta dos problemas que sempre surgem, relacionados ao chamado “problema das drogas”;
2. reconhecer referenciais teóricos e metodológicos para uma análise mais aprofundada das políticas de controle e repressão, bem como das estratégias de fuga e contorno a tais controles;
3. construir um conhecimento que o qualifique a falar do tema como um pesquisador, e não a partir da contradição entre proibicionistas e antiproibicionistas.

## Introdução

Certamente, um dos temas mais debatidos no último século foi o controle proibitivo de uma série de substâncias, plantas, bebidas etc., todos agrupados dentro da categoria “drogas”. Trata-se, segundo o antropólogo Eduardo Viana Vargas, de “matérias moleculares as mais variadas”, de “certas modalidades de uso de um conjunto específico de substâncias” (VARGAS, 2008, p. 54). Estas podem ser preparadas para alimentar, curar, relaxar, matar etc. Quando consideramos as reverberações desse debate na praia, no botequim, na festinha do fim de semana (em suma, no senso comum), qualquer conversa se torna um caminhar em campo minado, quase sempre mais embasada em frágeis “verdades” tornadas ícones, opiniões formadas sob o signo do preconceito, e quase nunca em efetivo conhecimento.

Obviamente, alguém que se propõe a pensar tecnologias para o campo da Segurança Pública não pode ficar, quando o assunto é uso de drogas, no âmbito da opinião corrente, do senso comum, das reificações. Em primeiro lugar, porque, no caso do Rio de Janeiro, real ou virtualmente, a associação entre as drogas e a violência já é tida como um dado. Por exemplo, muito se diz que o consumidor de drogas ilícitas é o responsável pelas mortes de pessoas em razão de tiros disparados pelas armas dos criminosos ligados ao tráfico de drogas. O atalho é o seguinte: ao comprar a droga, na boca de fumo ou no atacado, o consumidor capitalizaria o tráfico (dito assim, em abstrato), que empregaria esse capital na compra de armas e munições. Seguindo esse raciocínio, podemos ver muita gente falar, no Rio de Janeiro, que “o maconheiro fuma uma maconha suja de sangue”.

Assim colocado, o argumento contribui menos para a construção do conhecimento das relações que se dão, no Rio de Janeiro, entre o mercado das drogas e a violência urbana, do que para a culpabilização do consumidor, deixando de fora uma infinidade de fatores e perguntas, tais como: Por que o mercador de drogas postas na ilicitude, no Rio de Janeiro, tem de investir em armamento? Como ele obtém esse armamento? Por que em outras capitais no mundo, onde há mercados clandestinos muito parecidos, não se vivencia tamanha violência? Por que o vendedor de cerveja (outra droga cujo consumo causa alteração do estado de consciência e, eventualmente, acidentes de trânsito) não tem de comprar fuzis e granadas?



**Figura 7.1:** Consumidores de *crack* no bairro da Luz, na cidade de São Paulo (SP). Ali e em outras capitais, como o Rio de Janeiro, o consumo de *crack* adquiriu, nos últimos anos, *status* de problema social.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cracol%C3%A2ndia#mediaviewer/Ficheiro:Cracklandia\\_sp\\_downtown.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cracol%C3%A2ndia#mediaviewer/Ficheiro:Cracklandia_sp_downtown.jpg)

## Guerra às drogas

Política e lógica de proibição às drogas, em grande medida encabeçadas pelos Estados Unidos da América. A expressão tem origem em um discurso de 1971, do então presidente americano, Richard Nixon, em que conclama a população a aderir a uma guerra de extermínio a todas as drogas ilícitas.

Para obter sucesso no ofício de tecnólogo em Segurança Pública em questões relativas a conflitos por uso de drogas ilícitas, você terá, em primeiro lugar, de ficar longe da contradição entre: 1) os proibicionistas (que apoiam as – ou o endurecimento das – leis que proíbem o uso de substâncias tidas como drogas); 2) os antiproibicionistas (que militam pelo fim do que chamam de **guerra às drogas**). Entendemos que cada um de nós tem o direito de ter nossa própria opinião sobre as coisas, mas o conhecimento qualificado e sério não deve se construir sobre o terreno das opiniões.

Desse modo, enquanto proibicionistas e antiproibicionistas tendem a divergir *ad infinitum*, a associação entre a problemática das drogas e da violência urbana (mais direta no Rio de Janeiro do que em quase todas as grandes capitais mundiais) exigirá de você um movimento para fora desse eixo pendular. Discursos articulados há dos dois lados e, certamente, razões e desrazões. Em suma, mais do que combater (de um dos lados), é preciso investir em conhecer. Isso deve ser uma obrigação do tecnólogo em Segurança Pública.

## **Drogas, consumos e mercados: combater ou entender?**

Segundo o conhecimento legitimado pelas ciências, a relação entre os seres humanos e as substâncias encontradas na natureza que possuem a capacidade de alterar seu estado de consciência remonta a tempos imemoriais. Pesquisas no campo da arqueologia, da paleontologia, da botânica e da genética confluem nessa direção. Muito antes que houvesse o chamado problema das drogas (originalidade do século XX), a produção, o mercado e o consumo de substâncias posteriormente postas na ilegalidade envolviam não questões penais, e sim rituais, medicinais, econômicas e recreativas.

Se hoje o proibicionismo está cristalizado em normas internacionais, há cerca de um século havia um vazio jurídico que deixava ainda intocado, do ponto de vista da regulamentação legal, um mercado de drogas psicoativas bastante vigoroso e mobilizador de importantes interesses econômicos (RODRIGUES, 2008, p. 91).

A estrutura internacional do proibicionismo foi sendo construída lentamente, da virada do século XIX para o XX em diante, metodicamente, tijolo por tijolo, por assim dizer, em guerras, encontros diplomáticos, conferências e convenções. O que os antiproibicionistas pretendem fazer nos dias de hoje é desmontar não só as bases penais e políticas do proibicionismo, mas sobretudo (e primeiramente) as bases morais – um certo moralismo que foi se constituindo junto com os consensos em torno da liberação de certas substâncias, regulação de algumas e a proibição de outras. “As drogas matam”, “os drogados não são confiáveis”, “maconha come os neurônios” e outras frases semelhantes que os adultos, não raro, inadvertidamente dizem para as crianças são exemplos desse moralismo.

Enquanto proibicionistas empedernidos podem afirmar que aqueles que qualificam como “drogados” são um mau exemplo e, por isso, um problema de saúde pública, empolgados antiproibicionistas, por sua vez, argumentam que a escolha entre se drogar ou não é de caráter privado, portanto, na medida em que não há indícios de que o uso de drogas prejudique diretamente a terceiros, deveria estar fora da esfera penal.

A despeito de tudo que se faça ou se diga, em todos os lugares do mundo, há aqueles que se drogam pelos motivos mais variados e, por isso, entram em conflito com a lei. Outros ingressam na militância em prol de uma nova lei que os tire da clandestinidade (um direito legítimo em qualquer sociedade democrática). Outros, por sua vez, por trabalharem na Polícia ou na Justiça, podem vir a ter como ofício combater o mercado das drogas, por exemplo. Mas você, na qualidade de aluno e aspirante a tecnólogo em Segurança Pública, se quiser exercer esse ofício de maneira séria, não deve militar em nenhum dos dois lados, nem o proibicionista, tampouco o antiproibicionista. Seu compromisso é com a construção do conhecimento e de políticas públicas.



Marcos Veríssimo

**Figura 7.2:** Consumidores de maconha em roda de fumo na praia de Icaraí, cidade de Niterói (RJ).

### Uma pequena amostra da diversidade nas relações entre a humanidade e o consumo de drogas

- 4000 a.C.: descobertas arqueológicas recentes permitem afirmar que os chineses são um dos primeiros povos a usar a maconha;
- 3000 a.C.: a folha de coca já era mastigada na América do Sul e tida como um presente dos deuses;
- 2100 a.C.: médicos sumérios receitavam a cerveja para a cura de diversos males;

- 2000 a.C.: na Índia, a maconha era considerada um presente dos deuses, fonte de prazer e coragem;
- 1492: o navegador genovês Cristóvão Colombo encontra os indígenas da América (continente que acabara de “descobrir”) e, por intermédio deles, descobre também o uso do tabaco;
- século XVII: o gim é inventado na Holanda e vem a causar graves problemas de alcoolismo;
- século XIX: surgem charutos e cigarros;
- 1830: o Código de Posturas Municipais da cidade do Rio de Janeiro é a primeira lei de proibição da maconha no mundo;
- 1855: a cocaína é extraída da planta pela primeira vez;
- 1874: a heroína é inventada nos Estados Unidos da América;
- 1884: é lançada, nos Estados Unidos, uma bebida que mistura xarope de cafeína e cocaína: a Coca-Cola;
- 1901: a cocaína é retirada da fórmula da Coca-Cola;
- 1950-1960: ocorrem as primeiras descobertas das relações do hábito de fumar com o câncer de pulmão;
- 1960-1970: o consumo de maconha passa a ser mundialmente associado à chamada contracultura e a estilos de vida tidos como alternativos;
- 1989: é feita a primeira apreensão de *crack* pela polícia nos Estados Unidos;
- final do século XX: surge o Viagra;
- virada do século XX para o século XXI: surge e se difunde pelo mundo a jardinagem canábica. Redescobre-se o cultivo caseiro de maconha;
- início do século XXI: o consumo de *crack* passa a ser visto como uma “epidemia” pelas autoridades brasileiras de Saúde Pública.



Marcos Veríssimo

**Figura 7.3:** Detalhe de um estande de venda de fertilizantes e adubos na Copa canábica del Plata, competição entre cultivadores caseiros de maconha que ocorre anualmente em Buenos Aires. Vence a competição, ficando com um bonito troféu, aquele cultivador que, apresentando amostras de suas plantas, obtiver por elas a melhor nota do corpo de jurados nos seguintes quesitos: 1) aroma, 2) gosto, 3) “onda” e 4) consistência da flor. As plantas da foto não estavam à venda.

## Momentos marcantes da formação da lógica proibicionista

- Guerras do Ópio (século XIX) – Inglaterra × China;
- Conferência de Xangai (1909) – China;
- Conferência de Haia (1912) – Holanda;
- Lei Seca (1919) – Estados Unidos;
- Convenção Única da ONU sobre Drogas (1961) – Estados Unidos;
- Protocolo sobre Psicotrópicos (1971) – Estados Unidos;
- Convenção de Viena (1988) – Áustria.



Para saber mais sobre a formação da lógica proibicionista e se atualizar em relação aos movimentos do antiproibicionismo, veja o filme *Cortina de fumaça*, de Rodrigo Mac Niven.

Acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=L44QDZjKNzY>

## Atividade 1

*Atende aos Objetivos 1, 2 e 3*

Com base no conteúdo até aqui trabalhado, marque, em cada uma das questões a seguir, a opção correta.

1.

Porque você escolhe determinadas plantas, substâncias, de algumas regiões que você quer exercer um controle. Não é à toa que os Estados Unidos tentaram, fizeram várias intervenções militares na América Latina, bem depois da América Latina já estar num processo democrático. Então, se não fosse a droga, essa guerra às drogas passaria a ser um dispositivo que autorizaria intervenções militares, compra de armamentos, aqueceria o mercado das armas (Orlando Zaccone, Delegado Titular da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, em entrevista à *Revista semSemente*, 2014).

Em sua fala, o delegado busca expor algumas causas normalmente não declaradas do chamado proibicionismo. Indique, entre as opções a seguir, aquela em que encontramos os dois fatores mais facilmente identificáveis na fala do delegado.

- a) ( ) motivos religiosos e morais
- b) ( ) razões médicas e sanitárias

- c) ( ) lógicas geopolíticas e econômicas
- d) ( ) imperativos humanitários e raciais

2. Se observarmos com atenção a seção intitulada “Uma pequena amostra da diversidade nas relações entre a humanidade e o consumo de drogas”, poderemos tirar algumas conclusões desse pequeno apinhado sobre os significados e usos humanos de substâncias que têm a propriedade de alterar nossos estados de consciência. Com base nisso, marque entre as alternativas a seguir aquela que for incorreta.

- a) ( ) Consumos, mercados e ritos envolvendo substâncias de caráter psicoativo podem ser verificados em épocas ancestrais e espalhados por praticamente todos os continentes do planeta.
- b) ( ) As propriedades medicinais, religiosas e recreativas de algumas drogas aparecem representadas na lista.
- c) ( ) Fica muito claro como diferentes culturas podem dar significados também diferentes às mesmas substâncias.
- d) ( ) A lista é bastante tendenciosa, organizada por alguém especialmente interessado em fazer uma apologia das drogas e escondendo os problemas que elas podem causar aos indivíduos e à sociedade.

3.

Se tudo correr bem, escreverei um ensaio sobre ela [a cocaína], e espero que conquiste seu lugar na terapêutica, ao lado da morfina, mas superior a esta. Tenho outras esperanças e intenções a seu respeito. Tomo-a regularmente, em doses muito pequenas, contra a depressão e a indigestão, com o mais admirável sucesso. [...]

Em resumo, só agora é que sinto que sou médico, já que ajudei a um paciente e espero ajudar a outros mais. Se as coisas prosseguirem assim, não precisaremos ter qualquer preocupação quanto a podermos nos unir e permanecer em Viena (FREUD *apud* BICK, 1989).

A citação foi retirada da carta que o então jovem Sigmund Freud, em 1884, quando estava fazendo residência médica em Paris, escreveu para sua noiva Martha, que vivia em Viena. Indique, entre as alternativas a seguir, aquela que melhor articula os escritos daquele que posteriormente inventaria o método psicanalítico com o conteúdo deste capítulo.

- a) ( ) Podemos ter uma medida de quanto a cocaína, isolada da folha de coca pela primeira vez em 1855, causou euforia na comunidade médica europeia no século XIX por suas possíveis potencialidades terapêuticas.
- b) ( ) A citação mostra que mesmo o chamado “pai da psicanálise” teve seus tempos de estudante doidão, experimentando todo tipo de drogas que lhe caía nas mãos.
- c) ( ) Podemos facilmente supor que, se Freud, posteriormente, não tivesse abandonado o uso da cocaína, nunca teria alcançado o lugar de destaque que alcançou na história da medicina, assim como inúmeros alunos de faculdade que, ao se entregarem às drogas, nunca concluem a graduação.
- d) ( ) Notamos que, desde que foi inventada, a cocaína se destinou somente aos usos recreativos e exagerados de pessoas sem controle das suas emoções.

4.

Guarde suas folhas com carinho. E quando sentir dor no coração, fome na carne e escuridão no espírito, leve-as à boca. Você encontrará alívio para a dor, alimento para o corpo e luz para o espírito. Se o opressor vier do norte, o conquistador branco, o caçador de ouro, quando ele a tocar vai encontrar só veneno para seu corpo e loucura para a mente.

A citação remete a um poema oral recitado nas culturas andinas da Bolívia há pelo menos 800 anos. Marque, entre as alternativas a seguir, aquela em que melhor se exprime o conflito explicitado nessa narrativa mítica de tribos dos Andes.

- a) ( ) povos andinos × cultura europeia
- b) ( ) usos tradicionais da folha de coca × mercados ilegais da cocaína
- c) ( ) indígenas × homens brancos
- d) ( ) povos primitivos × civilizações desenvolvidas

5.

A gestão de si, de suas alegrias e tristezas, é uma tarefa existencial e filosófica que não pode ser sequestrada pela medicina. Decidir sobre sentir ou não as próprias dores e como buscar remédios para os sofrimentos da alma e também sobre quais os limites que

constituem para cada um a sua fronteira do excesso é um direito indissociável da ideia de uma autonomia sobre si, especialmente no que se refere aos recursos tecnológicos para a produção de si (CARNEIRO, 2008, p. 80).

Nesse trecho do artigo do antropólogo Henrique Carneiro, intitulado “Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência”, encontramos um argumento usado por ativistas antiproibicionistas contra o proibicionismo. Marque, entre as alternativas a seguir, aquela em que encontramos expresso esse argumento.

- a) ( ) as potencialidades econômicas impedidas pela proibição
- b) ( ) a violação da vida privada e das escolhas individuais
- c) ( ) a liberdade religiosa dos cultos afrobrasileiros
- d) ( ) a arbitrariedade dos policiais contra os consumidores de drogas

### **Respostas Comentadas**

1. (C) O delegado aborda questões geopolíticas quando fala de “algumas regiões que você quer exercer um controle” e, econômicas quando diz que há um “um dispositivo que autoriza intervenções militares, compra de armamentos e aquece o mercado das armas”.

2. (D) Alguns casos de relação problemática com as drogas aparecem, tais como problemas de alcoolismo relacionados ao gim na Holanda (século XVII), a relação entre o tabagismo e o câncer de pulmão (1950-1960) e o contemporâneo problema do *crack* (início do século XXI).

3. (A) Apesar de Sigmund Freud dizer à noiva que experimentava a cocaína em si próprio, a tônica de suas palavras gira em torno das propriedades terapêuticas dessa droga, que, realmente, causava certa euforia na comunidade médica naquele momento. Ao menos nesse trecho do livro, não é ao uso recreativo que ele se refere ao falar de suas experiências com a cocaína. Freud, como vimos, chega a falar do processo de aprendizado de seu ofício por meio de tais experimentações.

4. (B) Podemos encontrar, na narrativa mítica, os sistemas de crenças e os usos tradicionais feitos pelas populações dos locais onde cresce o arbusto do qual se extrai a folha da coca, em oposição aos mercados para usos recreativos da cocaína feitos no contexto de outras culturas, vistos por esses locais como uma degeneração.

5. (B) Como vimos, um dos fortes argumentos usados no âmbito da militância em prol de novas leis, mais liberais, em relação a usos e mercados de substâncias hoje postas na ilicitude, repousa na ideia de que o indivíduo deve ter autonomia para decidir o que faz com o próprio corpo, desde que, com tais usos, não prejudique outras pessoas. No texto de Henrique Carneiro, isso aparece de forma bastante clara.

---

---

## **Exemplos de estudos pioneiros sobre consumo de drogas no Brasil e no mundo**

Agora que já fizemos breves reflexões introdutórias indispensáveis sobre esse verdadeiro “campo minado” que são os estudos sobre drogas postas na ilicitude, sugerimos direcionar nosso olhar para abordagens que, de uma maneira ou de outra, abriram o campo das Ciências Sociais para análises sérias e qualificadas sobre essas substâncias e os dilemas envolvendo seus mercados e consumos.

### **Howard Becker e os comportamentos desviantes**

No início da década de 1960, o sociólogo norte-americano Howard Becker publicava pela primeira vez, nos Estados Unidos, seu livro intitulado *Outsiders: studies in the sociology of deviance* – editado no Brasil sob o título *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (BECKER, 2008). Becker havia se formado em Sociologia na década de 1940, na Universidade de Chicago, quando conciliava os estudos com a atividade profissional de músico (pianista) em uma banda de *jazz*. Ele se interessava muito por música e queria estudar literatura, mas a leitura de etnografias o levou para o campo das Ciências Sociais. Atualmente, aos 86 anos, Becker é professor aposentado da Universidade da Califórnia e sua paixão pela música continua sendo posta em prática.

Cabe atribuir a Becker o pioneirismo em relação aos estudos sobre drogas, a partir da descrição da observação direta (e não etnocêntrica) dos contextos em que estas eram consumidas, com atenção às relações entre as pessoas que tais usos e contextos ensejavam. O terceiro capítulo de seu livro, por exemplo, chama-se “Tornando-se um usuário de maconha”.

As formas mais correntes utilizadas para explicar os comportamentos desviantes, na época em que Becker escreveu *Outsiders*, eram mais ou menos as seguintes:

- *biológica*: desvio como resultante de causas genéticas;
- *estatística*: desvio como afastamento da média.

O que Becker faz é propor uma matriz mais sociológica para a explicação dos comportamentos desviantes (entre os quais o consumo de drogas se insere), ou seja, ele vê os desvios como resultantes do próprio processo de interação social. Segundo essa perspectiva, os comportamentos não devem ser explicados a partir de esquemas rigidamente estabelecidos – ou estereotípias –, mas sim pelo estudo das interações entre os sujeitos, potencialmente produtoras de aproximação e afastamentos entre os mesmos, no interior dos grupos sociais.

A questão é que, diferentemente dos policiais, dos assistentes sociais e dos políticos, o cientista social olha (ou deveria olhar) para o fenômeno da droga ou do crime, isto é, do desvio, não como um problema que tem de ser resolvido, ou uma “epidemia”. Por isso, importa menos perguntar por que alguém comete o desvio (como se não devesse nunca fazê-lo), do que buscar entender como foi constituído o que se convencionou padrão, em relação ao qual alguém comete o desvio. Por dever de ofício, sua abordagem deve ser compreensiva – no sentido de não rotular o objeto de estudo antes de conhecê-lo com alguma profundidade. No prefácio que escreve para a tradução dinamarquesa deste clássico que se tornou *Outsiders*, reproduzido na tradução brasileira (BECKER, 2008), o autor reflete sobre como ocorreu a difusão do livro:

Além de ser mais compreensível que grande parte dos textos sociológicos, metade de *Outsiders* consistia em estudos empíricos, relatados em detalhe, de tópicos “interessantes” para a geração de estudantes que ingressava então nas universidades norte-americanas, em contraste com teorizações mais abstratas. Escrevi sobre músicos que trabalhavam em bares e outros locais modestos, tocando uma música que tinha uma espécie de aura romântica, e escrevi sobre a maconha que alguns deles fumavam, a mesma maconha que muitos daqueles estudantes experimentavam e de cujos efeitos aprendiam a gostar (exatamente como a análise sugerida nos textos). Esses temas, que penetravam mais ou menos suas próprias vidas, fizeram de *Outsiders* uma obra que os professores, muitos dos quais partilhavam o interesse dos alunos por drogas e música, gostavam de indicar em seus cursos.

O livro assim se tornou uma espécie de texto-padrão em cursos para estudantes jovens (BECKER, 2008, prefácio).

Por meio da etnografia, da participação direta em rodas de fumo e *jam sessions* com os músicos, Becker observa em que medida tornar-se um “maconheiro”, por um lado, significa ingressar numa carreira desviante (sob a ótica da lei e de uma certa moralidade) e, por outro, implica também um movimento de adesão a outros valores. Valores que o irão definir, não somente em função daquilo que ele não é (fora da lei, ou imoral), mas também como membro de um grupo que pode ter a sua moralidade e a sua visão de mundo própria, positivada. Daí a importância dos relatos do cotidiano e dos chamados estudos de caso.

Os controles sociais que conspiram contra esse estilo de vida não conformista podem ser:

- limitação do acesso à droga pela ação repressiva da polícia;
- necessidade de dissimular o uso da droga diante de alguns não usuários (parentes, patrões etc.);
- moralidade corrente na sociedade.

Os consumidores de drogas ilegais buscarão sabotar sempre que puderem tais barreiras e também formularão discursos positivos sobre o que fazem e contrários à repressão da lei em relação às práticas às quais aderiram. É o caso das Marchas da Maconha, que acontecem em todo o mundo no mês de maio. Além disso, consumidores de substâncias ilícitas estão sempre inventando novos vocabulários para se comunicarem sem que os chamados “caretas” entendam o conteúdo de suas conversas em determinados lugares e/ou na presença de determinadas pessoas. Mas, logo, a polícia e, em seguida, a sociedade passam a conhecer também a nova terminologia, e, assim, tais linguagens vão sendo incessantemente atualizadas.



**Figura 7.4:** Detalhe do carro de som da I Marcha da Maconha de Niterói (maio de 2011).

### Os passos da carreira desviante, segundo Howard Becker:

1. realização da ação não conformista;
2. rotulação, resposta da sociedade;
3. desenvolvimento de interesses desviantes;
4. inserção em um grupo desviante organizado.

Dessa simplificação, podemos afirmar que o segundo passo é o mais decisivo na carreira desviante. Ou seja, é a rotulação que dispara o processo que transforma alguém em desviante (o dedo apontado acompanhado da sentença: “aquele ali é maconheiro”, ou “cheirador”, ou “cracudo” etc.). Curioso é que, muitas vezes, essa rotulação não procede, como acontece nos casos de calúnia, ou seja, ela se antecede ao primeiro passo. É nesse sentido que a rotulação, o dedo apontado da sociedade, torna alguém desviante sem que este tenha efetivamente cometido o desvio que lhe atribuem. Depois, é possível que esse desvio realmente ocorra.

O inverso também é verdade: condutas tidas como desviantes (ou até mesmo criminosas) não são percebidas e rotuladas se seus agentes conseguem dissimulá-las com relativo sucesso. Por isso, há “maconheiros” que nunca fumaram maconha (apenas ouvem *reggae* ou se vestem de uma maneira pouco convencional), ao mesmo tempo em que cidadãos aparentemente de “conduta ilibada” vivem de traficar drogas.

Um importantíssimo passo na institucionalização dos estudos sociológicos no século XX se deu quando os pesquisadores passaram a pensar as coisas nesses termos, com tais cuidados metodológicos, evitando a forma, muitas vezes apressada, de os grupos sociais rotularem os indivíduos, as pessoas e os comportamentos. Se a observação empírica não encaixa, por assim dizer, com os referenciais teóricos, isso indica que é tempo de rever, ao menos em parte, a teoria. Metodologicamente falando, tal orientação representa o princípio da *indução analítica*, característica marcante do grupo de sociólogos norte-americanos que ficaram conhecidos como **Escola de Chicago**, ao qual Becker se filia institucionalmente.

## Gilberto Velho e o estudo de drogas e hierarquias

Em 1975, o carioca Gilberto Velho defendia sua tese na USP, sob orientação de Ruth Cardoso, em que apresentava a etnografia pioneira que fizera junto a consumidores de drogas no Rio de Janeiro. Em termos de marcos teórico-metodológicos, Velho traz filiação com os escritos de Becker e da Escola de Chicago. 23 anos depois (ou seja, em 1998), a tese foi publicada sob o título de *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. O autor atribuiu a demora na publicação de trabalho tão bem recebido na Academia, em parte, ao risco de que, em pleno Regime Militar, alguém quisesse levantar a identidade das pessoas que aparecem na etnografia, “movidas por razões que poderiam passar pela mera curiosidade até por propósitos policiais” (VELHO, 1998, p. 7).

O fato é que, na época em que Velho empreendeu sua etnografia, diferentemente do que ocorre nos dias de hoje, consumir maconha podia resultar em cárcere, pela lei. O consumidor de drogas (ou “viciado”) podia ser interpretado juridicamente como um inimigo da ordem pública. Sendo assim, você deve estar pensando no quanto foi difícil para o etnógrafo conseguir a confiança de seus interlocutores. Nesse caso, um aspecto que facilitou bastante o trabalho de Gilberto Velho foi o fato de que esses interlocutores (seus “nativos”, por assim dizer) eram seus amigos, alguns de longa data. Tratava-se então de pessoas de classe média e alta que moravam na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Era, em suma, um grupo que fazia parte do que o próprio autor denomina “vanguarda intelectual boêmia”, sendo quase todos universitários, intelectuais e artistas:

### Escola de Chicago

Grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Chicago, Estados Unidos. Nos anos 1920 e durante algumas décadas do início do século passado, trazem uma série de contribuições à sociologia, à psicologia social e às ciências da comunicação.

A Universidade de Chicago foi inaugurada em 1892, na cidade de maior índice de crescimento da época, a partir de doações de batistas liderados por John Rockefeller. Ela possuía faculdades separadas para Humanidades, Literatura e Ciências, além de uma escola de Teologia e de uma escola de pós-graduação. Na inauguração, o corpo docente já contava com 120 professores. A Escola de Chicago inicia um processo que aborda os estudos em Antropologia Urbana, no qual o “outro” torna-se o “próximo”. Tendo no meio urbano seu foco de análise principal, desencadeia os estudos relacionados ao surgimento de favelas, à proliferação do crime e da violência, ao aumento populacional, tão marcantes no início do século XX.

Fonte: [www.wikipedia.com](http://www.wikipedia.com)

[...] a utilização de tóxicos foi, para mim, apenas um ponto de partida para tentar fazer uma análise sistemática de certos estilos de vida e visões de mundo que estariam associados a este comportamento considerado, em princípio, pela sociedade abrangente, como transgressor (VELHO, 1998, p. 13).

Em entrevista publicada em 2006, o antropólogo ainda se mostrava afinado com essa proposta de explorar as possibilidades férteis que podemos encontrar nos estudos daquilo que a regra social proíbe, interdita:

[...] A droga é um assunto por si só rico, importante, que merece ser estudado, pois se ele é bem estudado, te permite abrir para uma série de outras áreas. Então, estudar drogas é estudar a sociedade. [...] Isso é um fenômeno universal e quando você vai estudar drogas na sociedade moderna e contemporânea, você vai estudar uma dimensão dessa problemática mais geral: como, na sociedade moderna e contemporânea, se utiliza a droga, que grupos utilizam, como utilizam, como veem o uso da droga, como negociam o uso da droga com outros grupos, como se dá esse grande drama do conflito permanentemente ligado à questão do uso e consumo de drogas? Só isso, só o fato de haver esse conflito justifica plenamente qualquer nível teórico, sociológico ou antropológico, para investigação (VELHO, 2008).

É preciso, antes de qualquer coisa, seja para contribuir com estudos sobre o tema ou mesmo para gerenciar problemas sociais ligados às drogas, entender a natureza dos conflitos que aí se apresentam.

Seguindo o método da indução analítica da Escola de Chicago, Velho apresenta o universo dos consumidores de drogas no Rio de Janeiro como heterogêneo e atravessado por hierarquias. Não que o estudo do consumo de alucinógenos em qualquer lugar do mundo encontre uma realidade monolítica, homogênea. A questão é que a heterogeneidade das redes de mercados e consumos de drogas no Rio de Janeiro da década de 1970 era especialmente atravessada pelo modo hierárquico de estruturação da sociedade carioca (do qual tratamos nas Aulas 4 e 5). É isso que Gilberto Velho descreve em sua etnografia, circunscrita nos domínios da mais alta nobreza, por assim dizer, dos consumidores de drogas daquela época.

O estudo de Velho nos ensina que os referenciais teóricos forjados para estudar sociedades tão diferentes das nossas (como são as americanas)

podem ser utilizados, mas desde que o pesquisador esteja consciente de tais diferenças. Afinal, isso faz parte do próprio estudo. Em suma, trata-se da indução analítica. É assim que ele entende, por exemplo, que, naquela época, mesmo que fossem considerados “doidões”, seus interlocutores eram mais próximos dos vizinhos “caretas” da zona sul do que dos suburbanos “doidões”, ou seja, “o tóxico aproxima, mas dentro de certos limites” (VELHO, 1998, p. 173). Dessa forma, a principal clivagem era entre “nobres” e “pobres” de *status* (marca de sociedades hierarquizadas), não entre “doidões” e “caretas”.

## ═══════════════════ **Atividade 2** ════════════════════

### *Atende aos Objetivos 1, 2 e 3*

Preencha as lacunas das frases a seguir com os termos correspondentes, entre as opções dadas, de modo a torná-las corretas de acordo com o que você estudou nesta aula.

1. Segundo a teoria do desvio, de Howard Becker e da Escola de Chicago, \_\_\_\_\_ é o passo mais decisivo da carreira desviante, aquele que dispara o processo.
  - a) ( ) a realização de um ato não conformista
  - b) ( ) a rotulação
  - c) ( ) o desenvolvimento de interesses desviantes
  - d) ( ) a inserção em um grupo desviante organizado
  
5. A forma \_\_\_\_\_ de explicação dos processos de desvio consiste em entendê-lo não como afastamento da média ou resultante de causas genéticas, mas como decorrente dos próprios processos de interação social.
  - a) ( ) policial
  - b) ( ) biológica
  - c) ( ) estatística
  - d) ( ) sociológica

5. Podemos atribuir ao trabalho do antropólogo Gilberto Velho o caráter de \_\_\_\_\_ no que se refere ao estudo sobre mercados e consumos de drogas no meio urbano brasileiro.

- a) ( ) pioneirismo
- b) ( ) exclusivismo
- c) ( ) pragmatismo
- d) ( ) exoterismo

5. Em *Nobres e anjos*, Gilberto Velho demonstra em que medida o consumo de drogas no Rio de Janeiro, do mesmo modo que outros aspectos da vida social, é atravessado pelas relações \_\_\_\_\_ que estruturam a sociedade carioca.

- a) ( ) igualitárias
- b) ( ) criminosas
- c) ( ) cordiais
- d) ( ) hierárquicas

5. A partir de estudos como os de Becker e Velho, podemos demonstrar que tomar as drogas como objeto de estudo pode ser uma forma interessante de \_\_\_\_\_.

- a) ( ) estudar o sistema carcerário
- b) ( ) denunciar os vagabundos
- c) ( ) combater o narcotráfico
- d) ( ) entender aspectos da sociedade

### **Respostas Comentadas**

1. (B) Segundo a perspectiva da Escola de Chicago e de Howard Becker (um de seus mais ilustres representantes), a rotulação muitas vezes antecede a própria realização daquilo pelo que se é rotulado, e por isso pode ser considerada o passo mais decisivo da transformação de alguém em um sujeito tido como desviante em relação aos padrões socialmente aceitos.

2. (D) As formas policial, biológica e estatística não têm o mesmo compromisso que a forma sociológica tem de entender as coisas do ponto de vista da sociedade – e, por isso, entender o desvio como parte do processo de interação social.

3. (A) O trabalho de Gilberto Velho sobre o consumo de drogas por usuários de classe média e alta deve ser tomado como uma referência para gerações posteriores que se debruçaram sobre temas correlatos no Brasil.
  4. (D) Um forte indício da hierarquia social no uso de drogas é o próprio título do livro de Velho: *Nobres e anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia*.
  5. (D) É o próprio Gilberto Velho quem diz, em trechos de seus trabalhos destacados e citados nesta aula, que o estudo de mercados e consumos de drogas serve, em última análise, para o entendimento mais aprofundado da sociedade.
- 
- 

## **Estudos contemporâneos envolvendo substâncias postas na ilicitude**

Uma vez que vimos, em exemplos de pesquisas pioneiras sobre consumo de drogas no Brasil e no mundo, estudos cujo pioneirismo residia justamente no enfoque da relação entre a sociedade e algumas substâncias postas na ilicitude, vejamos agora uma parte da continuidade desses estudos no Brasil. Atualmente, é grande o número de pesquisadores interessados nessa temática. É cada vez mais marcante, na Reunião Brasileira de Antropologia, no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e em outros fóruns, a presença de Grupos de Trabalho que tomam como tema os dilemas relacionados aos usos, à produção, ao mercado e à repressão de drogas tornadas ilícitas.

Sendo assim, não teremos espaço nesta aula para dar conta da diversidade e da originalidade desses trabalhos mais recentes. Por isso, decidimos escolher três trabalhos para discutir suas respectivas metodologias, cobrindo níveis diferentes de formação acadêmica dos pesquisadores, sendo uma monografia, uma dissertação e uma tese.

## Uma abordagem original da “cultura do cultivo” de maconha

Em 2010, Sérgio Vidal escreveu a monografia “Colhendo Kilobytes: o Growroom e a cultura do cultivo de maconha no Brasil” como um dos requisitos para se graduar como cientista social (com ênfase em antropologia) pela Universidade Federal da Bahia, orientado pelo antropólogo Edward Mac Rae. São dois os aspectos que tornam muito interessante essa monografia: a originalidade do tema, no caso, o cultivo caseiro de *Cannabis sativa L.* (maconha) em meio urbano, e a proposta metodológica de empreender uma etnografia na internet.

“Cultura do cultivo” é uma construção terminológica do próprio Vidal para definir o seu problema: a existência crescente, nas cidades brasileiras, de “cidadãos que optam por cultivar a maconha que consomem” (VIDAL, 2010, p. 11).

Tais cidadãos são conhecidos como cultivadores. Também é usado, para definir tais pessoas, o neologismo *grower* (do inglês *to grow*, que significa crescer), ou seja, aquele que cuida da planta para que ela cresça saudável.

Ao utilizar o termo “cultura do cultivo”, Vidal deixa claro que seu tema não é exatamente a chamada *cultura canábica* (termo de difícil definição), nem apenas questões relativas ao cultivo de maconha. Seria mais correto afirmar que seu tema é a prática e a difusão da jardinagem por sujeitos que objetivam se autoabastecer de maconha. Tal fenômeno observado neste início de século XXI é, por vezes, definido na monografia de Vidal como um *growboom*.



### Cultura canábica

Convencionou-se denominar cultura canábica uma série de aspectos relacionados direta e indiretamente ao consumo e aos mercados de maconha. Desse modo, estão inseridas aí as redes de sociabilidade que mantêm as relações entre consumidores da

erva, bem como os vocabulários próprios que usam. Inclui-se aí também o ativismo em prol da legalização do cultivo e consumo dessa planta: filmes, música e outras performances, além da própria jardinagem, que ocasiona torneios realizados para aferir, entre cultivadores, quem leva a melhor amostra, segundo um jurado que as experimenta. Aspectos econômicos e mercadológicos também estão incluídos na chamada cultura canábica: camisas e bandeiras com símbolos da planta, roupas e calçados feitos com a fibra desta etc. Por isso, o termo *cultura canábica* não serve para efeito de estudos, funcionando mais como um elemento que confunde do que como algo que define a respectiva análise do tema.

Como manifestações dessa cultura no Rio de Janeiro, podemos apontar:

- Growroom: <http://www.growroom.net/>;
- Rádio Legalize: <http://www.radiolegalize.com/>;
- Hempadão: <http://hempadao.com/pt/>;
- Jornal Canábico: [https://www.youtube.com/user/jornalcanabico](https://www.youtube.com/user/jornalcanabico;);
- Revista semSemente: <http://www.semsemente.com/>.

---

Como já dissemos, outro aspecto interessante e original do trabalho de Vidal é o tipo de etnografia que ele faz: sua “aldeia” é o espaço virtual da internet. Mais precisamente, o *site* Growroom, seu espaço para crescer. Trata-se de uma plataforma de interação em que os *growers* trocam informações, aprendizados e – talvez o mais importante – difundem uma filosofia da responsabilidade em relação ao que fazem. Afinal, mais do que fontes de um prazer hedonístico e egoísta, as plantas representam seres vivos dependentes dos cuidados do jardineiro. Ali, se aprende, por exemplo, que para obter sucesso em seu empreendimento, deve-se ter tempo para se dedicar às plantas, entender os sinais que elas emitem e – a parte principal do “receituário” – amá-las, diferentemente do que ocorria com os antropólogos que saíam de seus países para viver entre nativos tidos como selvagens, ou mesmo daqueles que fazem a chamada Antropologia Urbana. Vidal, como podemos ver, utilizou uma metodologia de pesquisa que, ao que tudo indica, deverá ganhar muitos

adeptos nos próximos anos: interagir com seus nativos na plataforma internetica, nas chamadas redes sociais, e daí construir sua etnografia. É realmente um campo metodológico de pesquisa cujas potencialidades ainda não foram, em geral, plenamente exploradas.



**Figura 7.5:** Museu da Cãnbis, em Amsterdã.

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Cannabis\\_sativa#mediaviewer/Archivo:Hash\\_museum\\_amsterdam.jpg](http://es.wikipedia.org/wiki/Cannabis_sativa#mediaviewer/Archivo:Hash_museum_amsterdam.jpg)

Uma forma de moralidade muito presente no *site* (bem como na militância antiproibicionista) é a ideia de que o cultivo caseiro consiste

numa espécie de agricultura de subsistência contra a violência do chamado narcotráfico. Dito de outra maneira, trata-se da filosofia de que, na medida em que produzem a própria erva que consomem, os *growers* estariam contribuindo para o enfraquecimento do poder econômico das organizações criminosas que vendem maconha em redes clandestinas. É o princípio de que, se todos tivessem suas hortas legalizadas, um volume considerável de dinheiro deixaria de confluir para os cofres do chamado tráfico.

[...] De 2002 pra cá, alguns membros da comunidade foram presos e acusados de tráfico de drogas e, em geral, foram submetidos a longos períodos de encarceramento antes de conseguirem ser reconhecidos como usuários. Esses episódios causaram grande comoção na comunidade e o crescimento do interesse de que a figura do cultivador passasse a ser reconhecida social e legalmente (VIDAL, 2010, p. 13).



**Figura 7.6:** Cartaz na Marcha da Maconha do Rio de Janeiro, em 2011, publicizando o argumento de que “quem planta [maconha] não sustenta [a violência perpetrada pelo tráfico de drogas]”.

## A Polícia Militar e o uso de drogas no Rio de Janeiro

Em 2011, a antropóloga Alessandra Oberling defendia sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, intitulada “Maconheiro, dependente, viciado ou traficante? Representações e práticas da Polícia Militar sobre o consumo e o comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro”. Seu orientador foi Antônio Rafael Barbosa. O primeiro fator que nos leva a destacar aqui esse trabalho em específico é a natureza de sua interlocução. Muitos foram os trabalhos que trataram da repressão policial aos usos de diferentes drogas, sempre tomando o ponto de vista dos usuários como referência (VELHO, 1998; VIDAL, 2010; entre outros). Porém, a abordagem de Oberling traz um fator de originalidade: o maior investimento etnográfico dela é junto aos policiais (que reprimem), não aos consumidores (que são reprimidos).

Ao proceder dessa forma, a autora explicita as representações que orientam a prática policial nas ruas. Com isso, permite que tenhamos acesso a outro lado da questão: o ponto de vista dos policiais. Pensamos nem ser preciso muita argumentação para expressar o quanto isso é importante para todos que queiram entender os conflitos e dilemas ligados ao consumo de drogas. Seu trabalho traz a visão de mundo dos agentes – junto com sua reflexividade – sobre suas próprias práticas, terreno de intensas lutas políticas e simbólicas.

A inquietação que orienta o trabalho da pesquisadora tem a ver com a mudança na lei, a partir da entrada em vigor da chamada *Nova Lei de Drogas* brasileira, de número 11.343, no ano de 2006. “O que mudou?”, pergunta Oberling. E com essa pergunta em mente, empreende seu trabalho de campo entre grupos de praças de diferentes batalhões da cidade do Rio de Janeiro e da região metropolitana. Oberling, então, ouve as interpretações dos policiais sobre o efeito dessa mudança em sua prática em um contexto no qual, pela lei, pessoas enquadradas como consumidoras de drogas ilícitas deixaram de ter o encarceramento como pena (sem que sua conduta fosse realmente descriminalizada). O acesso inicial da pesquisadora aos interlocutores foi por intermédio de contatos familiares.

A autora alterna sua descrição detalhada de contextos e situações vividas entre os policiais em ação com longos depoimentos obtidos por meio de gravação das entrevistas semiestruturadas. Neles, podemos

ter uma preciosa amostra de como policiais que patrulham as ruas refletem sobre as mudanças na lei que afetam, na prática, seu trabalho. Vejamos, a seguir, o depoimento de um cabo do Batalhão de Choque da PMERJ:

Porra, detesto usuário, maconheiro desgraçado, tá entendendo. Enfia a porrada mesmo. Não vem com aquele cheiro nojento perto de mim que vou logo esportando. Não tem isso pra mim não. Ele é responsável por toda essa merda [aos berros]. Porra, essas merdas aí ficam comprando droga pra ficar locão e depois sobra toda essa sujeira pra gente. Na minha opinião é tudo responsável... e se pudesse botava todo mundo na porra da cadeia. Ficava lá até mofar... até deixar essa porra passar. Não... Aí, vem dizer que é doente. Doente é o cacete, porra! [aos berros] Quero ver se vai ter síndrome... vai o cacete. Odeio esse tipo de gente. Sempre odiei. Tem PM que pensa diferente... Tenho muita experiência, já peguei muito vagabundo. Já fiz muito viciadinho enfiar maconha goela abaixo. Faço mesmo. Destruo na frente, meto umas porradas... mando comer mesmo e mando pra delegacia. Tudo bem que agora essa porra não vai dar em nada. Mas comigo é assim... (OBERLING, 2010, p. 144-145).

Notamos que o policial reflete profundamente sobre uma série de coisas e justifica sua prática, que consiste em aplicar penas informais no lugar de uma lei mais justa, do seu ponto de vista. Critica o discurso – que os antiproibicionistas também rechaçam – de que o usuário não deve mais ser tratado como um criminoso, mas como um doente.

E quando acontece de os policiais consumirem drogas? Isso também aparece em um depoimento de um sargento do Batalhão de Choque da PMERJ, no qual o olhar crítico do policial não poupa a própria instituição:

Usuários têm bastante [...]. O cara usa, dentro de um contexto mas, aparentemente não depende. Agora o dependente, o doente de drogas, que trabalha só drogado, eu conheci alguns. São mais violentos. Os que eu conheço, que são drogados, que trabalham, [...] o pessoal não gosta muito de trabalhar com eles, [...] A polícia não trata, [...] afastado [...], não trata. [...] tratamento. Porque é o seguinte, se você tratar vai tirar do efetivo, vai tirar do serviço. Então, se tem um problema sério, grave, apareceu, surgiu um prejuízo e a culpa dele apareceu, aí tudo bem, aí [...] afasta. Quando não aparece nenhum problema, aquele problema que todo mundo já sabe que acontece [...]. Não é porque não pode

tirar ele da escala. Todo mundo sabe, mas não pode tirar ele da escala. Só se acontecer alguma coisa, que ele fez, tipo, ele fez alguma coisa que eu vi, que deu algum problema aí [...] Esses caras, esses profissionais, não têm preparo (OBERLING, 2010, p. 147).

Note que a autora opta, no processo da escrita, por apresentar ao leitor o fluxo de palavras tais como foram faladas e gravadas, com suas lacunas, inclusive, que ela representa com parênteses e reticências. Assim, quando lemos, podemos perceber quando ele hesita e quando tem mais “certezas”. Trata-se de uma técnica muito apreciada em etnografias e que tem o mérito de envolver o leitor no contexto em que os fatos narrados efetivamente ocorreram.

É interessante também o fato de que, ao perguntar o que mudou com a nova lei que despenalizou o simples consumo sem descriminalizá-lo de vez, Oberling acaba nos permitindo ver o que permanece como era antes da lei. Formas arbitrárias e extralegais de reprimir o uso de drogas existem de longa data e, com a nova lei, tendem a reforçar-se em legitimidade, visto que as penas formais são vistas como muito brandas pela tropa. Em suas narrativas, essa forma de aplicar não a lei, mas uma certa moralidade aparece não como um desvio (como diria Howard Becker), mas como um padrão de conduta, orientado por uma filosofia interna na corporação, que se mostra hegemônica, mas não monolítica, contendo seus consensos e dissensos. Talvez a lei de 2006, ao despenalizar sem descriminalizar o consumidor e ao manter ambígua a forma de classificar cultivos caseiros, tenha reforçado ainda mais essa lógica de uma compensação das penas muito brandas por meio de castigos arbitrários e, muitas vezes, ultrajantes.



Em investigação feita no âmbito do Programa de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj, Carolina Grillo, Frederico Policarpo e Marcos Veríssimo (2011) chegaram a conclusões muito parecidas com as do trabalho de Oberling.

O texto pode ser acessado em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000300010  
&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000300010&script=sci_arttext)

---

## **A administração dos usos da droga sob uma perspectiva comparada**

Em 2013, o antropólogo Frederico Policarpo defendeu sua tese, intitulada *O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA*, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. O orientador foi Roberto Kant de Lima. O trabalho foi feito com base em etnografias que o autor realizou em programas judiciais e serviços de saúde nas cidades do Rio de Janeiro e de San Francisco, nos Estados Unidos. Colocar problemas de pesquisa em uma perspectiva comparada permite ao pesquisador caminhar entre as transformações do exótico em familiar e do familiar em exótico.

E em que isso é importante? Principalmente, para que vejamos os fenômenos sociais de uma forma menos naturalizada. Ao observarmos, de maneira direta e compreensiva, como pessoas socializadas em culturas diferentes dão respostas diferentes a problemas comuns à nossa cultura, podemos entender em que medida as soluções dos problemas são construídas, embora os praticantes daquela cultura não tenham consciência disso e as vejam como naturais. O passo seguinte é entender as nossas formas (naturalizadas) de resolver os problemas também como construídas. Ao tomarmos consciência de como são construídas e atualizadas nossas soluções (de instituições a consensos), podemos, quem sabe, detectar inconsistências e planejar melhor ações e políticas públicas.

### **Discursos sobre as drogas: dois tipos diferentes de conhecimento**

- conhecimento produzido sobre a experiência (médicos, psicólogos, policiais etc.);
- conhecimento produzido pela experiência (consumidores).

Na Califórnia, Frederico Policarpo empreendeu uma etnografia no contexto dos dispensários, ou seja, locais em que a maconha medicinal

é vendida naquele estado. Lá, tornou-se um paciente medicinal de cânabis, buscando, assim, construir um conhecimento pela experiência, mais do que sobre a experiência. Além disso, realizou, nas cidades do Rio de Janeiro e de San Francisco, postas em contraste, programas judiciais e serviços de saúde dirigidos a consumidores de drogas.

[...] Tomo a *medical cannabis* não como a simples ilustração de um contexto cultural dado, mas, antes, foco nos processos sociais e políticos que fazem a *medical cannabis* possível. Isto é, estou considerando a *medical cannabis* uma criação cultural, não um fato naturalmente dado. [...] É esse processo criativo que, em última instância, cria a diferença. [...] Afinal de contas, a diferença é uma criação, não uma descoberta (POLICARPO, 2013, p. 56-57).

Pois é no interior de tais realidades culturais que os “processos criativos” – aos quais se refere Policarpo – se dão. Compará-los por meio do contraste é uma forma de seguir o que dizia Gilberto Velho (como vimos na seção anterior): estudar o consumo de drogas é, por extensão, estudar a sociedade na qual esse consumo se dá. Sendo assim, Policarpo pergunta: como, em cada um desses casos (o brasileiro e o americano), o uso de drogas é administrado pelas instâncias competentes (polícia, serviços de saúde etc.)?

No caso dos Estados Unidos, o pesquisador observa que o “conhecimento sobre a experiência” é muito mais valorizado nos processos de administração dos usos da droga levados a cabo no âmbito judicial e da saúde, sobretudo quando postos em comparação com o caso brasileiro. Um fato que atesta essa conclusão é a presença marcante e decisiva de pessoas que, no passado, trabalhando nesses programas, enfrentaram situações críticas por uso problemático de drogas.

A troca de experiências é valorizada como forma de minimizar danos pessoais e sociais relativos a usos problemáticos de drogas. De outro lado da comparação, no Rio de Janeiro, os argumentos de autoridade muitas vezes se sobrepõem à autoridade dos argumentos, o que é nocivo, convenhamos, para quem queira conhecer o que quer que seja.

Em meio a isso, Policarpo observa como, em diferentes discursos, também postos em comparação, o sentido do uso da maconha pode significar coisas tão distintas e mesmo antagônicas, como, de um lado, cura e, do outro, doença. Pois se, no Rio de Janeiro, convém a muitos entender os maconheiros como doentes (e não como criminosos), em

San Francisco, a maconha é prescrita para tratar males como insônia, falta de apetite, dores, enjoos etc.

### **Atividade 3**

*Atende aos Objetivos 1, 2 e 3*

1. Com base no seu entendimento da última seção desta aula, marque (V) nas alternativas que forem verdadeiras e (F) nas que forem falsas.
  - a) ( ) No campo dos estudos contemporâneos sobre usos de drogas no Brasil, o problema é que só as teses de doutorado têm autoridade para dizer coisas interessantes sobre o assunto. E leva muito tempo até que o pesquisador alcance o título de doutor.
  - b) ( ) No Rio de Janeiro, o cultivo caseiro de maconha é visto como uma forma de enfrentar o problema do chamado narcotráfico.
  - c) ( ) O trabalho de Sérgio Vidal foi feito a partir da análise de processos na justiça em que “maconheiros” foram acusados de ser traficantes.
  - d) ( ) O texto de Alessandra Oberling permite observar que, no Rio de Janeiro, os PMs cumprem a lei sem criticá-la, uma vez que são profissionais militares.
  - e) ( ) Em seu trabalho, Frederico Policarpo descreve processos de administração institucional dos usos de drogas pelo método comparativo.
  - f) ( ) A diversidade de metodologias e técnicas de pesquisa empregadas em estudos contemporâneos e qualificados sobre drogas mostra que há muitas formas possíveis de trabalhar a problemática e que não há uma que seja mais certa do que a outra.
  - g) ( ) Para compreendermos os dilemas relacionados à administração do uso de drogas no Rio de Janeiro, não precisamos estudar o ponto de vista dos policiais, uma vez que eles são meros aplicadores da lei.

#### **Resposta Comentada**

- a) (F): Não importa o nível acadêmico em que se encontram os pesquisadores, mas a forma criativa e eficiente de lidar com seus objetos

de pesquisa. Uma amostra disso é que optamos por focar, na seção “Estudos contemporâneos envolvendo substâncias postas na ilicitude”, um trabalho de conclusão de graduação, um de mestrado e outro de doutorado. E cada um, à sua maneira, contribui de modo brilhante para os processos de conhecimento.

b) (V): Como vimos a partir do trabalho de Sérgio Vidal, esse é um discurso muito presente entre *growers* militantes no Rio de Janeiro.

c) (F): Como destacamos ao longo da aula, um dos pontos originais do trabalho de Vidal foi sua metodologia: a etnografia que ele fez na internet, no *Growroom*.

d) (F): Várias citações aqui reproduzidas permitem calcular em que medida os PMs criticam não só a justiça como também problemas na instituição da qual fazem parte (a despeito de serem militares).

e) (V): Frederico Policarpo descreve a administração institucional dos usos de drogas tomando as cidades do Rio de Janeiro e de San Francisco como eixo comparativo.

f) (V): Ao analisar articuladamente os textos de Sergio Vidal, Alessandra Oberling e Frederico Policarpo, procuramos enfatizar as variadas formas possíveis de trabalhar o problema das drogas.

g) (F): Como vimos no texto de Oberling, a moralidade dos policiais se verifica na prática das ações de repressão ao uso de drogas, sendo por isso um importante fator a ser considerado e, além disso, os praças estão longe de ser simples aplicadores passivos da lei, reinterpretando e sabotando, quando possível, o ordenamento formal.

## Conclusão

Gostaríamos de terminar esta aula reforçando o que dissemos no começo: não é no âmbito do senso comum que a relação entre as drogas e a Segurança Pública pode ser melhor resolvida. Enquanto proibicionistas e antiproibicionistas se posicionam para o combate, nós, interessados, por dever de ofício, em conhecer o campo de batalha, devemos nos afastar desse contraditório. Do contrário, reproduziríamos o dilema da polícia, no Rio de Janeiro, em relação ao chamado tráfico. Como administrar os conflitos com justiça e legitimidade se, nesse campo, por motivos que são históricos (como vimos na Aula 6), a polícia é uma das

partes que está em conflito? De maneira análoga, nós, pesquisadores, na exata medida em que aderimos a um dos lados do embate intelectual entre proibicionismo e antiproibicionismo, corremos sempre o risco de ver as coisas de forma demasiadamente naturalizada pelas ideologias desse verdadeiro campo minado.

### **Atividade Final**

*Atende aos Objetivos 1, 2 e 3*

1. Assista com atenção ao episódio 3 do Jornal Canábico. Acesse: [https://www.youtube.com/watch?v=rZatI\\_d900g](https://www.youtube.com/watch?v=rZatI_d900g).
2. Escreva um texto tentando dar conta das seguintes questões: O caráter do vídeo é acadêmico ou político? Há relações entre o conteúdo desse episódio do Jornal Canábico e temas que aparecem nas pesquisas desta aula? Verificamos os esforços dos realizadores do vídeo em demonstrar apenas um ponto de vista (o seu)? Faça um comentário geral sobre o vídeo.
3. Discuta sua resposta com o tutor presencial ou a distância.

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

### **Respostas Comentadas**

O Jornal Canábico é um empreendimento de ativistas, portanto, sua natureza é, por definição, política e antiproibicionista, embora, para militarem, se utilizem do discurso acadêmico, como na ocasião em que dizem “vamos pra rua entrevistar o antropólogo”. Há no vídeo várias relações com a aula, como a alusão ao cultivo doméstico e a ida às ruas

para ouvir as pessoas, ouvir, por assim dizer, o senso comum. Os produtores do Jornal Canábico não demonstram apenas um ponto de vista, podemos afirmar que visões de mundo proibicionistas e antiproibicionistas se equiparam na edição final do episódio.

---

---

---

## **Resumo**

Nesta aula, procuramos orientá-los a tratar da problemática das drogas (um dos temas mais espinhosos da contemporaneidade) de maneira apropriada ao que se deve esperar de um tecnólogo. Isso significa olhar para essas questões querendo mais conhecê-las do que militar nos embates entre proibicionistas e antiproibicionistas. Só assim você estará apto a construir ferramentas de pesquisa e políticas públicas que promovam a cidadania e a Segurança Pública, do ponto de vista das sociedades.

## **Informação sobre a próxima aula**

Fechando nossas discussões da disciplina de Metodologia da Segurança Pública I, a próxima aula tratará da temática dos transportes públicos, que proporcionam o acesso dos cidadãos aos mais diversos espaços da cidade, em articulação com a questão da Segurança Pública. Como tais dilemas interferem nas políticas públicas da área da segurança? Como os conflitos aí ocorridos têm sido historicamente administrados pelos órgãos competentes? Com que erros e acertos os futuros pensadores de tecnologias para a Segurança Pública devem aprender? Procuraremos dar conta dessas perguntas na próxima aula.

## **Leituras recomendadas**

LABATE, Beatriz et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: Edufba, 2008.

VERÍSSIMO, Marcos. Cultivos domésticos e cultura underground: como cariocas e portenhos cultivam sua cultura. Rio de Janeiro: *Revista semSemente*, edição 4, ano 3.

# Aula 8

O sistema público de transportes e seus conflitos: dilemas do planejamento urbano na Segurança Pública

*João Henrique Catraio Monteiro Aguiar  
Marcos Veríssimo*

## **Meta**

Apresentar métodos de pesquisa que auxiliem a estudar articuladamente o sistema de transporte público, o planejamento urbano e a Segurança Pública.

## **Objetivos**

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as interações entre planejamento urbano, sistema de transporte público e Segurança Pública;
2. identificar casos reais de conflitos que articulem os três temas;
3. elaborar estudos de caso aplicáveis à realidade brasileira;
4. reconhecer como revoltas e sublevações populares podem ter relação com um planejamento defeituoso e/ou com problemas dos transportes;
5. identificar as ameaças e oportunidades contemporâneas associadas aos transportes, ao planejamento urbano e à Segurança Pública.

## Introdução

O sistema público de transporte abriga os transportes de carga e de pessoas. No caso do transporte coletivo urbano, há diferentes formas de as pessoas realizarem sua mobilidade: a pé, de automóvel particular, de barco, bonde, bicicleta, metrô, ônibus, táxi, teleférico, trem, VLT etc. Os transportes coletivos listados têm maior capacidade de transportar pessoas do que os táxis e automóveis particulares (carro, moto, van, kombi etc.). Há, ainda, as modalidades mais recreativas de locomoção, como *skate*, patins, patinete, triciclo, pedalinho etc. Nesses casos, na maioria das vezes, o deslocamento está associado também à diversão ou à qualidade de vida.

Os transportes se dividem também em destino, havendo uns que se voltam para dentro e outros para fora do território nacional, e os transportes para fora do ambiente nacional. O planejamento urbano, quando surgiu, teve de lidar com todas essas questões. Pensemos no exemplo britânico. A Inglaterra investiu fortemente no sistema ferroviário (inclusive seu metrô é de 1863, enquanto o do Brasil é dos anos 1970), junto com o transporte marítimo, visando ao comércio exterior. Após essa dobradinha entre trens e navios, surgiu outra, formada por rodovias e automóveis. Desde o início do século XX, a produção de carros ampliou-se consideravelmente.

Com maior oferta de carros, ampliou-se a dependência de petróleo, base para se fazer gasolina e gás veicular. Isso criou uma sociedade de hidrocarbonetos, em que poder, guerra e economia se entrelaçam (YERGIN, 1991). Cada vez mais transportes de carga e de pessoas tiveram de conviver nas mesmas estradas, ruas e avenidas. Pouco a pouco, nas grandes metrópoles, o engarrafamento virou uma realidade incômoda. Isso passou a gerar custos para as empresas que perdiam tempo com essa mobilidade emperrada, trouxe perda de tempo para os trabalhadores no trecho entre o trabalho e a casa e gerou pressões sobre os governos (de sindicatos, empresas e usuários de transporte coletivo). Para piorar a situação, havia a poluição provocada pelos transportes públicos e pelos automóveis particulares, e as vias abertas geravam, muitas vezes, desmatamento e danificação do solo. Era preciso rever a forma de como se pensava a cidade.



**Figura 8.1:** Os congestionamentos no trânsito são comuns desde o século passado, como nesta imagem de Los Angeles, em 1953. Estão ligados ao modelo de produção em massa fordista, centralizado, alinhado em esteiras. Nos anos 1950, o problema urbano começou a ser repensado, com novas formas de modernidade/modernização das sociedades.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Traffic\\_Jam,1953.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Traffic_Jam,1953.jpg)

## Planejamento urbano, sistema de transporte público e segurança

Pensar a cidade é fazer planejamento urbano, agir sobre o sistema de transporte público e sobre as diversas esferas que se ligam a isso. Esse é um esforço complexo, interdisciplinar. Diz-se, na Teoria do Caos, que “um bater de asas de uma borboleta pode provocar um tufão”. Em nosso tema de estudo, colocar ordem no caos, levar as borboletas e os tufões ao seu devido lugar é dever do gestor, do mestre de obras da ciência da *política pública*, do *planejamento*, da *estratégia*.



### Políticas públicas, planejamento, estratégia

O poder público, por meio de suas instâncias (município, estado/província, união/federação), precisa gerir o que esteja ao seu alcance e competência. Para tanto, são feitas políticas públicas: conjunto de ações, programas etc. do poder executivo, para resolver ou lidar com problemas que estejam atingindo a sociedade civil. Isso envolve tomada de decisão, adequação a leis e conformidade com as instituições.

Em geral, há um ciclo que segue a seguinte forma: Agenda *Setting* → reconhecimento de um problema → análise científica do problema → desenvolvimento de uma solução política → consulta a

grupos de interesse → tomada de decisão → implementação → resultados primários → impactos → resultados finais.

Da fase “implementação” em diante, costuma-se avaliar os resultados e analisar as ações, levando a uma retroalimentação e auxiliando a Agenda *Setting*. De acordo com Reinhart Koselleck, em seu livro *Futuro passado* (2006), a experiência e a expectativa são indissociáveis, relacionam-se com o que ocorreu no passado e com o que se projeta para o futuro. Nesse contexto, os conceitos servem para entender os tempos em que se vive e para definir as expectativas.

Logo, quando se estabelece algum conceito como o norte de uma política pública, define-se o que se espera com ela, o que se está recuperando do passado e qual a experiência que provavelmente se desenvolverá. Logo, uma política urbana que prioriza a mobilidade é diferente da que prioriza o consumo. Na primeira, em geral, é dada preferência aos gastos com uma política para os transportes públicos; na segunda, será priorizada a facilitação da compra de automóveis, bicicletas etc. Nesse sentido, o planejamento – estabelecimento de um objetivo e das ações para alcançá-lo, definido em um plano – é crucial.

O planejamento urbano, como parte da Administração, apreende e avalia a realidade urbana, executando intervenções nela; ou seja, é, ao mesmo tempo, disciplina, pensamento, ação e atuação. Ele está ligado a diferentes escalas de atuação – urbana, metropolitana, regional, nacional, internacional – e mobiliza tanto a estratégia quanto a tática e o nível operacional.

Estratégia é a arte de preparar e aplicar os meios e recursos disponíveis para conquistar/preservar os objetivos fixados pela política, ultrapassando os obstáculos. Assim, como a segurança, o planejamento urbano tem diferentes níveis (individual, comunitário, nacional, coletivo). Se a política define o que fazer, a estratégia e a tática definem *como fazer*. A estratégia define a *atuação global/sistêmica* a longo prazo, determinando objetivos também a longo prazo. A tática define, com atuação *limitada/micro*, no médio prazo, onde e como atuar. O plano operacional é aquele em que a estratégia e a tática viram realidade.

Tomemos o exemplo do futebol. O clube define a estratégia de ganhar o campeonato brasileiro, o Brasileirão e, para isso, contratará jo-

gadores, obterá patrocinadores, estimulará a torcida, melhorará sua gestão. O treinador estabelece como tática, no início do campeonato, trabalhar com uma equipe com forte defesa, que atue no contra-ataque, com um atacante de referência e com a técnica do passe executada com perfeição. No plano operacional, em um clássico entre rivais, o jogador de mais destaque decidirá como fará o contra-ataque quando a bola estiver em seus pés e surgir a oportunidade de atacar. Ele poderá driblar três oponentes e chutar por cobertura o goleiro, poderá cavar um pênalti quando chegar à área, poderá trabalhar em toque junto com seus companheiros até chegar ao gol etc. Uma boa maneira de aprender sobre essas questões, indo além da analogia do futebol, é ler o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, em que as questões de poder nacional, diagnóstico, estratégia, desenvolvimento, segurança e gestão são abordadas dentro do escopo do pensamento esguiano, também seguido nas Adesgs.

Um exemplo de estratégia usada para o planejamento é o Fofa ou SWOT: Força (positivo, interno), Oportunidade (positivo, externo), Fraqueza (negativo, interno), Ameaça (negativo, externo). Cada um dos quatro pontos é analisado para que se ganhe competitividade e se obtenham os objetivos estabelecidos. Há muitos outros métodos, como o BSC, Hoshin, Qualidade Total, Gestão por Competências etc. Eles são aproveitados tanto por gestores públicos quanto por administradores de empresas privadas. A logística complementa a estratégia e consiste no esforço de aperfeiçoar o provimento de recursos, em termos de tempo e de espaço, tendo em mente um objetivo. Ela está ligada ao emprego eficiente de recursos, com uma finalidade. Alguns analistas, especialistas em estratégia e logística veem o capitalismo contemporâneo como muito bem-sucedido, pois ele teve um ganho muito grande de velocidade e de potencial espacial com o desenvolvimento do avião, da internet e demais meios. Além disso, há cada vez maior dependência de instrumentos que auxiliam na logística das novas guerras. Um exemplo é o *drone* ou Vant, que mapeia o terreno em que operam as forças armadas em uma guerra e possibilita ataques considerados “cirúrgicos”.

Uma pesquisa conduzida por Alberto Carlos Almeida para entender como brasileiros pensam a sua própria sociedade, o seu próprio país etc. resultou no livro *A cabeça do brasileiro* (2007). Nele, há diversos resultados, amparados, principalmente, no método quantitativo. Para construir a pesquisa, o autor usou dados fornecidos pelo IBGE e realizou estudos com uma amostra representativa da população brasileira,

trabalhando com os “alicerces das crenças sociais”. Um dos resultados surpreendentes é que o brasileiro “ama o Estado”. O amor, dizem, é cego; mas, no mínimo, é bom saber como seria se ele pudesse ver. Por isso é bom saber como são as instituições estatais e como são as conjunturas com que elas se deparam, pois isso auxilia a entender o que, muitas vezes, se apoia sem saber por quê.

Veja a seguir um dos trechos do livro em que Almeida comprova, de forma quantitativa, o argumento citado anteriormente. A tabela representa quem deveria dominar o setor da economia (Estado, empresas particulares ou ambos), de acordo com os que responderam ao questionário da pesquisa, feita com brasileiros. Os números representam porcentagens.

**Tabela 8.1:** Quem deveria predominar nos setores da economia?

	Governo	Governo e empresas particulares	Empresas particulares
Justiça	80	11	8
Aposentadoria e previdência	72	14	13
Saúde	71	20	9
Educação	69	22	9
Serviço de esgoto	68	9	23
Fornecimento de água	68	9	23
Estradas e rodovias	68	13	19
Recolhimento de lixo	65	11	24
Energia elétrica	64	11	25
Bancos	51	17	32
Transporte	42	19	39
Serviço de telefone fixo	42	10	47
Serviço de telefone celular	29	8	62
Fabricação de carros	22	12	67

Fonte: ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.179

O livro trabalha com essa tática argumentativa que usa dados quantitativos do início ao fim, ancorando-se em diversas teorias das Ciências Sociais, explicitadas na Introdução. Pode-se dizer que o planejamento

urbano afeta diretamente a economia, e a opção dos brasileiros pelo Estado é algo determinante. Há três grupos principais envolvidos no planejamento de sistemas públicos de transportes: usuários, operadores e governo. É de se esperar que o transporte público seja confiável, rápido, acessível, confortável, barato e seguro. Nesse sentido, o governo precisa intervir na cidade ou estimular as empresas particulares a fazerem isso, criando serviços frequentes e previsíveis para administrar embarque e desembarque adequados ao cotidiano do fluxo de usuários.

Deve-se garantir que não existam filas (ou que sejam minimizadas) e que não fiquem lotados os transportes, garantindo o mínimo de conforto psicológico e físico ao passageiro. Espera-se que o valor do serviço de transporte seja adequado à renda da população que o usa. No que se refere à Segurança Pública, deve-se proteger o usuário de acidentes, agressões, furtos, roubos, assaltos, sequestros, atentados terroristas etc. Os pontos de parada e o interior dos transportes de massa (no Brasil, metrô, trem, bonde, barcas) e dos transportes coletivos (ônibus) devem ser limpos e bem cuidados, portanto, é necessário fazer investimentos na manutenção e na administração dos transportes. O empresariado do setor, não raro, pensa economicamente em custos e lucros e, por isso, tentará obter retornos positivos com os investimentos. As pessoas que trabalham no sistema de transporte público pleitearão aumentos salariais e benefícios. As que vivem no local onde passam os transportes pedirão atenção para que não ocorram acidentes, nem demais problemas. Os gestores no governo, por sua vez, pensarão em como regular, fiscalizar, planejar e intervir sobre a economia e a administração ligadas a esse setor.

Um dos maiores problemas para o gestor é pensar em como adequar os transportes a casos extraordinários ou especiais. Um exemplo são os megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, nos quais se deve manter e ampliar a capacidade e a qualidade do transporte regular. Nesse caso, cabe pensar: viagens paradoras, expressas ou diretas? As vias como serão? Como integrar diferentes modais (ferroviário, rodoviário, aquaviário etc.)?

Para responder às diversas questões que surgem para o gestor e às demandas do usuário e do operador, usam-se muitas pesquisas com metodologias quantitativas, principalmente do tipo *survey*. Há, inclusive, uma ferramenta que permite a execução dessas pesquisas *on-line*, chamada SurveyMonkey, e que fornece os resultados na própria rede. O *survey* consiste em análise e inferência sobre amostras coletadas por intermédio de questionários, usando números e porcentagens para men-

surar o que se está estudando. É muito usado em pesquisas de opinião de voto, como as que são feitas em ano eleitoral pelo Datafolha, Ibope, Sensus, Vox Populi, entre outros institutos. Destacam-se internacionalmente Eurobarômetro, Latinobarômetro, Gallup etc. Diz-se que a primeira pesquisa de opinião política foi na Pensilvânia, EUA, em 1824.

Earl Babbie é um dos maiores estudiosos sobre o *survey*. Com seu livro, *Métodos de pesquisas de Survey* (1999), ele analisa as formas de desenho da pesquisa e de coleta dos dados, e a análise destes. É recomendável ler seu livro para entender melhor as pesquisas que usam *survey*. Ainda sobre os métodos, Bervian, Cervo e Silva (2007) destacam abordagens possíveis em pesquisa: indução, dedução, intuição, inferência. A indução estuda diversos casos particulares e extrai uma generalização. Esse é o caso do estudo de Almeida. Usando a teoria sistêmica de David Easton (1953), veremos que o processo político conduz a uma política pública.



**Figura 8.2:** Modelo da “caixa preta”, de David Easton.

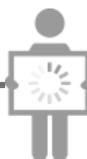
Livre tradução, resumida: Demandas/Apoios (*inputs*) → Sistema político → Decisões/Ações (*outputs*)

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/David\\_Easton](http://en.wikipedia.org/wiki/David_Easton)

Isso ficará bem claro quando você ler o estudo de Edson Nunes. Como veremos mais à frente, há muitas demandas coerentes com relação ao transporte público e ao planejamento urbano que aparecem em estudos de diversos pensadores. A visão explicitada no trabalho de David Easton (1953) pressupõe que os processos políticos determinam as políticas públicas. Theodore Lowi apontou para o contrário: as políticas públicas determinam os processos políticos, sendo elas de quatro tipos: regulatórias, distributivas, redistributivas, constitutivas. As primeiras de-

finem padrões para atividades; as segundas geram custos para todos e beneficiam um grupo específico; as terceiras têm custos concentrados em uns e benefícios para outros. Por fim, há as que definem como devem ser as regras (uma Constituição, por exemplo, é constitutiva).

Complementando essa ideia, está a análise de Yves Surel com Bruno Palier, que considera que o Estado, quando em ação, está envolvido em três “is”: interesses, ideias, instituições (PALIER; SUREL, 2005). Atores sociais diferentes têm diferentes interesses, e nisso ocorre um jogo político entre eles. Influenciarão nesse jogo as instituições que têm peso sobre as práticas e regras a que os atores sociais aderem; ideias, normas e percepções também serão importantes. Os autores trabalham com a temporalidade do historiador Fernand Braudel, do tempo longo, do acontecimento e do cotidiano. Para eles, as instituições teriam disputas relacionadas aos três “is”: de forma intermediária, os acontecimentos; o tempo longo seria o das ideias, e os interesses estariam no tempo curto, no imediato. Um estudo sobre a Ferrovia Transnordestina, em livro organizado por Melina Lukic e Carla Tomazini (2013), trabalha com essa teoria de Surel e Palier e merece uma consulta pelos interessados.



Se quiser saber mais sobre como funcionam as metodologias e teorias das políticas públicas, o que facilitará você a fazer trabalhos de pesquisa sobre Segurança Pública ligados a diversos temas, entre eles o do sistema de transporte público, recomendamos a leitura do artigo de Celina Souza “Políticas públicas: uma revisão da literatura” (2006). A autora mostra como é essa área do conhecimento para além do espaço desta aula. Além das questões eminentemente administrativas, econômicas e políticas, há uma questão mais específica de segurança, ligada à condução de veículos em um espaço público.

A segurança no trânsito requer esforços em diferentes áreas, como na formação para obtenção da carteira de motorista, na intervenção pública sobre as vias para que elas deem proteção a pedestres e motoristas, entre outras ações. Envolve, portanto, criar passarelas, pontes, faixas de pedestre, sinalizações, sinais de trânsito, pontos onde se pode e onde não se pode estacionar. A ordem urbana depende, nesse sentido, também dos agentes de Segurança Pública, que administram, no nível da cidade, municipal, o fluxo de pessoas e de automóveis. Depende também dos indivíduos, que devem aderir à “direção defensiva”, minimizando/prevenindo acidentes de trânsito. Torna-se necessária uma regulação do governo sobre o trânsito, uma vez que, sem ela, podem ocorrer problemas.

Todos nós conhecemos pelo menos uma das questões listadas a seguir: engarrafamento, atraso da barca, caos aéreo, acidente, incêndio, veículo quebrado etc. Certamente, explosões, incêndios, desastres, quedas, enchentes e demais fenômenos contingentes são parte da questão de segurança associada aos transportes. Quando se constrói um sistema de planejamento, é preciso ter em mente a *Defesa Civil* e as *seguranças* (alimentar, ambiental, ontológica, humana, do trabalho, entre outras).



## **Defesa Civil e variadas formas de segurança**

A Defesa Civil é a gestão contínua voltada para a solução de problemas relacionados a emergências, desastres, de acordo com a percepção pública sobre os riscos, provendo segurança pública em tempos de paz. O Corpo de Bombeiros executa a função de defesa civil. Hoje em dia, não há só as formas de segurança incluídas nas políticas para defesa civil, defesa da soberania nacional ou segurança pública estadual. Há, cada vez mais, tipos de segurança que são difusos e que envolvem competências de instituições distintas, devendo ser observados em diferentes níveis de atuação. A segurança ambiental, por exemplo, deve impedir o vazamento de óleo de transportes marítimos e plataformas de petróleo, evitar a poluição, as queimadas etc. Há a segurança ontológica, a visão positiva de si e do que está a sua volta, evitando ansiedade, depressão, baixa estima etc. Para isso, são necessários psicólogos,

assistentes sociais, a comissão de valorização da vida, entre outros atores. Atualmente, a segurança alimentar e nutricional é fator importante nos debates sobre os alimentos desprovidos de riscos biológicos, químicos, físicos e sobre o acesso de todos a uma alimentação suficiente, nutritiva, segura. Esse tipo de segurança é desejado pelos governos que combatem a fome. A segurança do trabalho visa à proteção contra acidentes no trabalho e doenças ocupacionais, como a LER/Dort, sendo que ergonomistas e técnicos de segurança do trabalho atuam sobre esse assunto e sobre a segurança humana que envolve busca pelo desenvolvimento (principalmente com a redução da pobreza), avanço nos direitos (civis, sociais, humanos), empoderamento da sociedade civil etc. Além dela, há muitas outras seguranças.

---

Os diferentes tipos de segurança muitas vezes aparecem em demandas por cidadania. Podemos conceber a cidadania como uma garantia de direitos (civis, políticos, sociais etc.) que é indissociável de responsabilidades. No caso do Brasil, José Murilo de Carvalho, em seu livro *Cidadania no Brasil* (2008), cria o conceito de “estadania”, segundo o qual direitos surgem “de cima para baixo”: o Estado, o poder público, fornece cidadania e melhorias em aliança com a população. Outra importante análise é a do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, no seu livro *Cidadania e Justiça* (1979), em que ele cria o conceito de “cidadania regulada”. Para o politólogo carioca, o Estado brasileiro conferiu cidadania a quem tivesse um trabalho/emprego reconhecido e estabelecido por lei. Aos que fossem trabalhadores informais, não regulamentados, desempregados, aposentados etc., não seria, por eliminação, dada essa possibilidade. Ao mesmo tempo em que o Estado cederia os direitos, regularia a possibilidade de participação da população na política.

Hoje em dia, discute-se o empoderamento, que seria a ampliação, em diferentes esferas, da possibilidade de indivíduos participarem da tomada de decisão, de terem mais autonomia. Isso está ligado às lutas históricas por cidadania, como as lutas pela abolição, pelo voto, e, mais recentemente, por melhores moradias e por mobilidades urbanas. Uma outra demanda crescente, atualmente, é por transparência na gestão, prestação de contas etc., traduzida do termo inglês *accountability*. Para desenvolver o empoderamento, um dos maiores mecanismos é o capital

social – as práticas, normas e relações entre as pessoas que participam, e, com isso, cooperam entre si. Robert Putnam e outros autores (1993) argumentam que o capital social faz com que as performances institucionais melhorem e a democracia seja mantida.

## Atividade 1

### Atende aos Objetivos 1, 2 e 5

Leia o trecho a seguir da menina Malala, conhecida mundialmente por defender os direitos femininos de estudar contra grupos poderosos que defendem o contrário, e faça o que se pede.

Um homem decapitava galinhas, o sangue pingando na rua. Tamborilei com os dedos: corta, corta, corta, pinga, pinga, pinga. Engraçado... Quando eu era pequena, dizíamos que os *swatis*, de tão pacíficos, eram incapazes de matar uma galinha.

O ar cheirava a *diesel*, pão e *kebab*, misturados com o fedor do rio onde as pessoas ainda jogavam seus lixos e, ao que tudo indicava, nunca parariam de jogar, apesar da campanha que meu pai fazia. Mas estávamos acostumados. Além disso, logo chegaria o inverno, trazendo a neve que purificava e aquietava tudo.

O ônibus virou à direita, saindo da estrada principal, na altura do posto de controle do Exército. Na guarita, havia um cartaz com homens de olhar alucinado, barba e turbante. A legenda, em letras grandes, dizia: “Terroristas procurados”. A foto do alto, de um homem de barba e turbante negro, era de Fazlullah. Tinham-se passado mais de três anos desde que se iniciara a operação militar para expulsar o Talibã do Swat. Éramos gratos ao Exército, mas não conseguíamos entender por que ainda havia soldados por toda parte, com postos de observação e de tiro no alto das casas, operando postos de controle. Até para entrar no vale as pessoas precisavam de autorização oficial.

A estrada da colina costuma ser muito movimentada, pois serve de atalho, mas naquele dia estava estranhamente calma. “Onde estão as pessoas?”, perguntei a Moniba. As garotas cantavam e falavam, e nossas vozes repercutiam dentro da perua. Mais ou menos naquele horário, minha mãe provavelmente atravessava a mágica porta de metal e entrava na escola, para a sua primeira aula.

Não vi quando os dois rapazes com lenços amarrados no rosto saíram para a estrada e fizeram o ônibus parar de repente. Não

tive chance de responder à pergunta deles: “Quem é Malala?”. Senão, eu lhes teria explicado por que eles deviam nos deixar ir à escola – nós, suas irmãs e suas filhas.

A última coisa de que me lembro é pensar na revisão que precisava fazer para o exame do dia seguinte. O som na minha cabeça não foi o barulho dos três tiros, mas o corta, corta, corta, pinga, pinga, pinga, do açougueiro decapitando as galinhas, e a imagem das pequenas poças de onde saíam os pequenos filetes de sangue vermelho.” (LAMB; YOUSAFZAI, 2013, p. 253/254).

1. Identifique o que o governo poderia ter feito, nesse caso, para melhorar o planejamento urbano, o sistema de transporte público e a segurança pública. Identifique o que, nesse caso, foi feito e o que não foi feito, tanto no sentido positivo quanto no negativo.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Identifique o que deveria ser feito para que, em termos de segurança pública, planejamento urbano e transporte público, as pessoas do vale do Swat, no Paquistão, incluindo mulheres e meninas, obtivessem maior transparência e prestação de contas, e pudessem ter maior empoderamento, desenvolvendo capital social. Use sua criatividade.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **Respostas Comentadas**

1. Deverá ser identificado que faltou planejamento urbano para o lixo, que ainda está exposto na rua. Deve ser identificada a ausência de uma política de segurança que consiga perceber possíveis ameaças aos alunos que estão indo para a escola. No caso, o transporte público escolar está sem a devida atenção do grupo que ocupou o vale do Swat, e isso deve ser entendido e explicitado. Há liberdade para que se escreva, dentro dos limites da razoabilidade, o que for necessário para elucidar o que não foi feito. O mesmo vale para as ideias sobre o que foi feito que forem dadas na resposta.
  
2. Há liberdade para se criar uma solução para os problemas de Malala e sua turma de escola; porém, os conceitos – empoderamento, transparência e prestação de contas, capital social – devem ser usados corretamente, de acordo com o que já foi escrito no texto.

---



---



---

## **Pesquisas sobre conflitos urbanos causados pelo transporte público**

Os casos reais de conflitos ocasionados pelo transporte público articulam discussões sobre planejamento urbano (em sua atuação sobre transportes, saúde, trabalho, infraestrutura etc.) e segurança pública (aplicada aos fluxos dos transportes coletivos). Muitas vezes, falta a compreensão da coisa pública e de ações formais bem estruturadas, que lidem com os problemas coletivos. Isso inclui os problemas nos transportes. Para avançar, é preciso, primeiramente, recuar no tempo. Voltemos nossa atenção para a formação sociopolítica nacional, analisada por duas referências clássicas do pensamento político-social brasileiro: Francisco José Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. O primeiro, de pensamento iberista e o segundo, de pensamento americanista (sobre isso, ver a Aula 6).

Segundo a Teoria do Caos, as condições iniciais em um sistema dinâmico complexo (como é a cidade) determinam possibilidades futuras. Quais eram as condições iniciais da cidade no Brasil? Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro clássico, *Raízes do Brasil* (1997), considera a estruturação da colonização dos portugueses como a dos “semeadores”,

sem um planejamento rígido, adaptando-se às necessidades, enfocando o comércio. Além disso, no país imperaria uma lógica em que a emoção prevaleceria sobre a razão, fazendo com que o privado prevalecesse sobre a coisa pública. Sérgio Buarque chama o indivíduo que age assim, para ele a maioria dos brasileiros, de “homem cordial”.

Outra interpretação clássica do pensamento político e social brasileiro é a de Francisco José de Oliveira Vianna, em *Instituições políticas brasileiras* (1974), que mostra as origens do “insolidarismo” nacional. Para ele, a formação do espaço através da consolidação dos latifúndios, que são isolados de outras estruturas sociais, mas dispersam pessoas, criou condições para um intenso antiassociativismo, por assim dizer. As construções impeliam ao isolamento, impedindo associações entre as pessoas; a estrutura social era paternalista com “espírito de clã”, gerando uma sociedade antiurbana e apolítica.

Synesio Sampaio Goes Filho (2000) destaca a função do Estado não só na ocupação do território, como na formação nacional das fronteiras. Assim, era do interesse estatal primeiro desbravar, depois ocupar o território, afastando outros países de sua área de soberania nacional e, por fim, definir fronteiras. As instituições mobilizadas variaram com o tempo (navegantes, bandeirantes, diplomatas). Desse modo, as formas de ocupação estão ligadas com o pensamento da época em que o ato de ocupar ocorreu e com as instituições e pessoas envolvidas nessa ação.

Quando falamos de ocupação do território, estamos, necessariamente, falando de como se desenvolveram as vias de transporte. No caso brasileiro, de acordo com o economista Jorge Natal (1991), a ocupação determinou a constituição das vias durante a colonização. Conquistadores fizeram caminhos, não tendo ocorrido uma integração dos transportes em um sistema pelos colonizadores. A ocupação do território brasileiro havia sido dispersa, e era custoso fazer uma rede integrada. Optou-se, então, por construir estradas de ferro radiais. Formam-se, de acordo com o economista, “arquipélagos econômicos” voltados para o exterior, com “transporte capsulado”. A conexão ferroviária-navegação era consequência lógica de uma economia voltada para o comércio exterior, e não para dentro do próprio país.

O padrão que surgiu para compensar a deficiência de articulação interna dos transportes foi o rodoviarismo-automobilismo. Vale lembrar o lema de campanha do presidente Washington Luís nos anos 1920: “Governar é abrir estradas”. Brasília, de acordo com Jorge Natal, seria um dos símbolos de integração econômica e de unificação nacional da

nossa história. Todavia, o novo modelo de sistema de transporte público brasileiro manteve um sistema ferroviário voltado para fora, sem conectar as regiões do Brasil, tal como a rodovia faz em outros lugares do mundo, principalmente nos ditos países desenvolvidos. Com isso, as contradições permaneceram e as tensões sociais mantiveram-se.

Milton Santos, um dos maiores geógrafos do mundo, em seu clássico livro *A urbanização brasileira* (1993) e em outros trabalhos, mostra as contradições que atingem as cidades. Há nelas pontos luminosos, espaços de fluidez, áreas de mando e de rapidez. Esses, para o autor, são os locais de mais poder dentro da “área concentrada” do Brasil, onde há maior desenvolvimento, incluindo as regiões Sul e Sudeste do país. Por outro lado, há os pontos opacos, os espaços viscosos, as áreas de obediência e de lentidão. Essas são, em geral, as áreas em que a urbanização, a industrialização e o desenvolvimento não avançaram; são locais com menor quantidade de tecnologias e contatos mais precários com locais centrais no mundo.

Santos fala, ainda, de urbanização por metropolização e urbanização terciária, que teriam ocorrido no Brasil. Traduzindo e resumindo: os brasileiros teriam migrado de cidades pequenas para grandes e, ao invés de irem para fábricas, foram para serviços terciários, ou seja, nem industriais nem rurais. É evidente que isso causaria, nas grandes metrópoles, uma pressão maior, uma demanda por casas e por transporte público. Algo que não teria ainda sido sanado.

Todavia, podemos pensar que, no momento de maior industrialização e urbanização no Brasil, nos anos 1950, o projeto de modernidade demandava ações de reforma urbana, tal como o projeto implementado no início do século XX. Há muitos trabalhos que analisam, por exemplo, a Reforma de Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906. Também são abundantes os trabalhos sobre a construção da cidade de Brasília, liderada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, durante o governo JK, entre 1956 e 1960. Isso não é privilégio do Brasil. Em Nova Iorque, EUA, entre os anos 1930 e 1960, Robert Moses foi um dos grandes nomes por trás do planejamento urbano da cidade, sem nunca ter sido eleito.

Portanto, a reforma urbana e um planejamento urbano arrojado podem vir por meio de um governo (JK, Pereira Passos etc.) na forma de políticas públicas, com a iniciativa privada (como no caso de Robert Moses) e podem vir, também, como uma convergência das duas forças, como parece ter sido o processo de formação territorial do Brasil, con-

forme Synesio Goes Filho e Milton Santos analisam. Pensando nisso, podemos ver uma questão cultural também na Revolta dos Vinténs, em 1880, precedida por enorme manifestação em 1879; a mesma turbulência ocorre em 1904, na conhecida Revolta da Vacina. Christian Lynch se debruça sobre o tema em artigo (2013), achando como razões para o estopim dessas revoltas a fobia ao povo — demofobia — por parte dos políticos oligárquico-federalistas, muitos deles amparados no pensamento de Spencer, que era contra a democratização.

Isso inclui um veto à possibilidade de obter cidadania. Dentro desse contexto, uma demanda da população a um bonde de preço mais acessível, como a que ocorreu em 1880, seria entendida como um movimento das multidões. O governo deveria agir para deter essa onda, que era criminalizada. Naquele momento, o povo era visto como objeto da elite política, e não como sujeito participante da democracia. Um bom estudo sobre a questão da Segurança Pública que está inserido nesse debate sobre o espaço urbano, políticas urbanas etc. é feito por Thomas Stucky (2005).

Stucky argumenta que o contexto político local influi sobre a capacidade dos cidadãos de articular-se junto com o poder público e organizar-se contra o crime. O contexto político local, a situação da cidade e a questão urbana específica serão determinantes para a ação de Segurança Pública.

Outro estudo muito comentado é o do ex-fuzileiro naval britânico Mike Presdee (2005), um dos grandes nomes da escola teórica chamada criminologia cultural. Presdee argumenta sobre a incapacidade dos métodos quantitativos de mostrar a realidade da experiência vista por baixo, pois esse conhecimento acadêmico objetivista veria a realidade por cima e se descolaria da realidade. Muitas vezes, a violência, tal como a loucura, é só um instrumento dentro de um argumento, que pode defender determinado estado material ou atacá-lo. Assim, pode ser argumento para defender ou atacar determinado planejamento urbano, sistema de transporte etc.

Além disso, para Presdee, toda forma de violência está ancorada na cultura. Assim, se as pessoas não conseguem ter acesso a programas culturais, se não têm mobilidade urbana que possibilite a elas se entreter, se são oprimidas e despossuídas, pode ser que sua diversão se torne “desviante”. Assim se deu, historicamente, no Brasil, a criminalização da capoeira, hoje descriminalizada, por exemplo. A mídia, diz o sociólogo britânico, fornece a violência como entretenimento, como fonte de prazer para os que a veem; e os que a praticam sentem prazer pela excita-

ção de quebrar barreiras, confrontar parâmetros, jogar com as margens da vida social, desafiando controles sociais. Por exemplo, acidentes de trânsito relacionados a excesso de ingestão de álcool, que resultam em morte, muitas vezes estão ligados à diversão que certos jovens têm ao usar seus carros. Outro exemplo de brincadeira que pode causar acidentes é o “pega”, retratado na música “Dezesseis”, da banda Legião Urbana.

Após entender mais sobre políticas públicas de transporte, planejamento urbano, cidadania, empoderamento, capital social etc. e sobre algumas pesquisas que articulam essas questões, voltemos agora para a discussão sobre a imprevisibilidade. A Teoria do Caos foi exposta anteriormente, provando que há uma ligação de origem entre um fenômeno e múltiplas possibilidades que expliquem sua causa. Um dos maiores teóricos no campo da Teoria dos Jogos que pensou em múltiplas possibilidades para lidar com a questão dos oligopólios (como cartéis, ou seja, acordos entre empresas que têm o mesmo produto) foi John Nash, conhecido pela teoria do equilíbrio de Nash.

Infelizmente, seu cérebro foi afetado, entrando em processo de esquizofrenia. Como sua genialidade interessava ao governo dos EUA, este auxiliou o gênio da matemática no seu tratamento.

Um dos mais recentes teóricos das “ciências da imprevisibilidade”, amparado em discussões de estatística, é Nicholas Nassim Taleb. Ele revolucionou os estudos sobre o tema com seu livro, *A lógica do cisne negro* (2008), muito lido no Brasil e em todo o mundo.



**Figura 8.3:** Cisne negro: símbolo da imprevisibilidade.



Durante muito tempo pensou-se que só existiam cisnes brancos, até que na Austrália foi descoberto um cisne negro. Dentro de uma esmagadora amostra de cisnes brancos, que fazia com que a percepção sobre o animal se condicionasse, não se concebia a existência de outra cor de cisne. Um único evento fez com que toda uma percepção precisasse ser revista. Nesse caso, o improvável impactou a história.

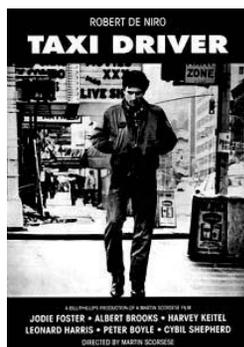
Fonte: <http://www.sxc.hu/>

Nassim Taleb estuda eventos altamente improváveis, que não se aprendem em amostras, chamados por ele de “cisnes negros”. Eles causam um impacto extremo na história e só podem ser explicados e previstos após o evento, ou seja, têm uma previsibilidade retrospectiva. Músicos não sabem lidar bem com o imprevisível, sejam eles *rappers*, repentistas, músicos de *jazz*, da bossa-nova, do rock etc. O improviso, muitas vezes, faz parte do evento musical. Seja um Miles Davis tocando seu instrumento, a Batalha do Real entre músicos do R.A.P. no Rio de Janeiro ou um improviso musical nos tambores do Timbalada na Bahia, o público muitas vezes aprecia mais as variações, os improváveis que não estão na partitura, na escala ou no *script*. Nas artes cênicas, os “cacos” que atores usam em peças, filmes etc., quando usam falas fora do que estava escrito pelo roteirista, são muito conhecidos, como no filme *Taxi Driver*.



## Sugestão de filme: *Taxi Driver*

Direção de Martin Scorsese, EUA, 1976, 113 min. Título original: *Taxi Driver*.



**Figura 8.5:** Cartaz do filme *Taxi Driver*.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Taxi\\_Driver](http://en.wikipedia.org/wiki/Taxi_Driver)

O filme policial *Taxi Driver* mostra a vida de um ex-fuzileiro naval que vira motorista de táxi. É um filme bom para entender a importância de se pensar e agir sobre a segurança no trabalho, as seguranças ontológica, humana, pública e as demais. A maioria delas é suprimida no filme, gerando um desfecho surpreendente.

Há uma cena clássica em *Taxi Driver*, em que Robert De Niro pergunta no espelho: “Você está falando comigo?”. Nesse caso, trata-se de uma cena que o ator fez de improviso, introduzindo cacoc. Essa fala foi um cisne negro da cinematografia mundial e ilustra para nós o quanto a improbabilidade pode estar em qualquer lugar. A explicação sobre o improviso imprevisível do ator principal no filme só poderia ser dada em uma entrevista, posterior ao lançamento do filme.

Voltando ao tema da aula, transporte e segurança tiveram de ser repensados após um famoso cisne negro ocorrer na cidade do Rio de Janeiro em 2000. Foi significativo o incidente do ônibus 174, transporte coletivo cujo número de linha hoje é 158 e que transportava passageiros da Gá-

vea/Rocinha até a Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. No Dia dos Namorados (12/06), às 14h20, o ônibus foi sequestrado por Sandro, o Mancha, que havia sobrevivido ao massacre de 1993, na Candelária.

Imagine uma pessoa que viu seu pai ser morto, que viu os sofrimentos da mãe e que depois esteve entregue à própria sorte, morando na rua. Esta mesma pessoa veria seus amigos de rua mortos, assassinados, também na sua frente e, nesse período, teria se tornado adicto, viciado em drogas consideradas ilegais, especificamente cocaína. Sandro Barbosa do Nascimento, conhecido pelos amigos como Mancha, foi esse personagem. Perdido na vida, sem segurança ontológica nem humana, afetado por anos e anos de usos extremados de substâncias que atingem o sistema nervoso central, decide agredir o mundo, como ele provavelmente achava que o mundo lhe agredia. Sequestrou um ônibus com 12 pessoas dentro, uma delas, Geisa, professora, que morreu com os tiros da arma de calibre 38 de Sandro. Alguns estudantes também ficaram sequestrados por muito tempo, como Janaína, pois o incidente durou cerca de cinco horas seguidas. Essa história de vida está relatada em dois filmes, *Ônibus 174* e *Última parada 174*.



### **Sugestão de filme: *Última Parada 174***

Direção de Bruno Barreto: Brasil, 2000, 75 min.



**Figura 8.6:** Cartaz do filme *Última parada 174*.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Última\\_Parada\\_174](http://pt.wikipedia.org/wiki/Última_Parada_174)

O filme é baseado na vida de Sandro Barbosa do Nascimento, sobrevivente do massacre da Candelária, de 1993, e que, com 22 anos, faleceu após sequestrar um ônibus em 2000. Bom filme para entender como surgiu um cisne negro que envolveu sistema público de transporte, política de segurança e planejamento urbano, um caso brasileiro relativamente recente.

---

Vale lembrar que as instituições aprendem com o passado e que, muitas vezes, o mesmo tipo de evento pode ocorrer mais de uma vez. Em 2014, alguns anos depois do incidente do ônibus 174, a Avenida Brasil parou e não era por excesso de veículos na via pública. Naquele momento, no dia 10 de maio, o ônibus da linha 723 (Cascadura-Mariópolis) também foi sequestrado; dessa vez, por Paulo Roberto, de 33 anos. Ele supostamente estava sob efeito de drogas e usava uma tesoura para intimidar sua vítima. Todavia, dessa vez, as negociações foram bem-sucedidas.

O homem que, tal como Sandro, ameaçou matar uma jovem estudante que voltava para casa, largou as armas e, por livre e espontânea vontade, rendeu-se às 19h, horário semelhante ao que encerrou o acontecimento do ônibus 174. Era usuário de *crack* e foi encaminhado para a assistência social. Vale lembrar que, em ambos os casos, o problema da adição às drogas, caso de saúde pública, aparece ligado ao problema da Segurança Pública. Tanto a segurança ontológica do cidadão do 174, quanto a do cidadão do 723 foram abaladas, como também foi a segurança do transporte para os passageiros e a do trabalho para os motoristas e cobradores.

Esses não são os únicos “cisnes negros” na história das relações entre o sistema público de transporte e o planejamento urbano de Segurança Pública.

Um famoso caso – e grande momento de tensão – ocorreu em 22 de maio de 1959, no estado do Rio de Janeiro, e fundamentou a análise de Edson Nunes em *A revolta das barcas* (2000). O autor fez um estudo de caso sobre uma situação real de conflito ligada ao sistema de transporte público. No livro, é feito um mapeamento dos atores sociais mais importantes para o momento crítico: sindicatos, empresa privada, passageiros, governo/partidos. Para entender a importância desse

estudo para os que pesquisam Segurança Pública, é preciso reproduzir o contexto da época, brilhantemente apresentado no livro. Naquele momento, havia o monopólio da família Carreteiro sobre a atividade das barcas, o que gerava serviços ruins e irregularidade no tempo de espera. O governo subsidiava o combustível demandado pela empresa e o aumento de salários requerido pelo sindicato. Mesmo com o esforço governamental, os sindicatos ameaçavam entrar em greve, as empresas reclamavam de déficit e os passageiros se queixavam de preços altos.

A empresa de José Carreteiro mantinha boas relações com o PSD, partido do presidente Juscelino Kubitschek; porém, as relações eram azedas com o PTB, do vice-presidente João Goulart. Na época, havia eleições para vice-presidente e ele teve votação recorde. Contra a chapa PSD-PTB nacional, estava a UDN e seus aliados, cujo líder era Carlos Lacerda. No Estado do Rio de Janeiro, o governador era Roberto Silveira, do PTB, e tinha apoio da UDN estadual. O vice-governador era do PSD, do grupo de Amaral Peixoto, e estava mais próximo da empresa das barcas que do PTB. Os sindicatos mantinham boas relações com o PTB, o que dava força para esse partido.

Em 21 de maio, irrompe a greve, à noite. A Marinha age no lugar dos grevistas, garantindo o fluxo de pessoas que ainda voltavam do trabalho no centro do Rio de Janeiro, à época, capital do país, para Niterói. Policiais e fuzileiros navais são mobilizados para garantir a segurança, tanto no Distrito Federal (RJ), quanto em Niterói. Imagine a cena de 22 de maio, de manhã. Filas quilométricas nas estações das barcas, impaciência e insatisfação dos usuários, 18 fuzileiros tentando colocar ordem em uma fila única de centenas de passageiros, com truculência. Em Niterói, começa um empurra-empurra. O povo avança sobre policiais, bombeiros, fuzileiros, que revidam.

A revolta vai além. Você se lembra de José Carreteiro e família? Eles são os próximos. Após a depredação intensa das estações das barcas, há saque e destruição dos escritórios da empresa privada, do restaurante Miramar – onde políticos e empresários se reuniam –, da Casa dos Carreteiro, no Fonseca, Niterói. Há incêndios e objetos de família, escritórios e estações são queimados na via pública em grande fogueira. O Mercado Santo Antônio é atacado, pois se pensava que tinha ligações com o empresário das barcas. De 8 a 14 horas, mais ou menos, o efetivo de homens é escasso. De 14 a 21 horas, há policiamento, mas a situação é crítica ainda. De 21 horas em diante, as forças armadas entram em ação de forma intensa. Todavia, o governo estadual de Roberto Silveira,

do PTB, não queria força policial ostensiva contundente, nem ajuda do Governo Federal do PSD, mesmo partido do seu rival Amaral Peixoto. Há tensão entre o exército e os policiais. Tiros ocorrem, morre um estudante da UFF. Protestos continuam.

No dia seguinte, 23, bombeiros e Forças Armadas tentam reconstruir a cidade e recompor a Segurança Pública. A revolta popular tinha sido forte o suficiente para que todos os políticos achassem conveniente estatizar a empresa, tirando-a das mãos da família Carreteiro. Essa solução negociada, política, poderia evitar maior escalada de tensões. A desapropriação de bens do empresário ocorreu junto com a declaração de falência da empresa. Em maio de 1960, a empresa tornava-se de fato pública. Em 1962, saiu da competência da Marinha Mercante e foi para o Ministério da Viação. As conclusões do autor são de que mudanças sociais, muitas vezes, ocorrem junto com ações coletivas violentas; e isso é recorrente, como mostrado pelos eventos históricos diferentes citados pelo autor.

É interessante, para ele, ver como uma “opinião pública” vaga, abstrata, materializa-se em um “ator coletivo”. Como esse ator não tinha espaço para conversar, para negociar, como a população não tinha como ser ouvida por si própria, ela agiu com as próprias mãos. O conflito surge por vários motivos: por conta da ausência de meios de exercer a democracia; do estado ruim do serviço das barcas e seu alto preço; dos impasses políticos da época; dos impasses institucionais em relação à Segurança Pública e da falta de atores que servissem como intermediários pacíficos. Um dos pontos altos de seu trabalho é destacar imagens da época, fazer uma verdadeira busca em apêndice de informações sobre os fatos, através de jornais, revistas, entrevistas etc.

## Conclusão

Por fim, seria interessante mostrar como se faz um estudo de caso comparativo. Lênin Pires é antropólogo e, em seu livro *Esculhamba, mas não esculacha* (resultado de sua dissertação de mestrado), aborda o transporte público e a segurança, no caso, os trens no Rio de Janeiro (PIRES, 2005). Caberia comentar um artigo dele em uma revista brasileira especializada, no qual comenta as representações sobre mobilidade social no Brasil (Rio de Janeiro) e na Argentina (Buenos Aires). Em sua análise, entra o debate sobre cidadania, sobre a questão cognitiva de interesses e ideias, para além da questão institucional que define as políticas de segurança e as políticas de transporte.

Para Pires, o transporte deve refletir o “poder do público” e ter em conta a imprevisibilidade, para além do projeto e desse poder. Essa é a conclusão do estudo em que ele descobriu que há uma concentração econômica no Rio de Janeiro e uma concentração política em Buenos Aires. Os seus entornos, porém, têm situação diferente: enquanto, no Rio, o transporte ainda não conecta plenamente as regiões e há diferentes apropriações particulares do transporte público, em Buenos Aires, há uma apropriação comum por todas as classes sociais e uma integração entre a área central com as outras áreas que a cercam.

Em junho de 2013, manifestantes brasileiros participantes do que se chamou Revolta dos 20 centavos ou Jornadas de Junho demandaram melhorias em diversas áreas, e esse tema veio à tona. Foi um cisne negro para os governantes, burocratas e empresários? Será que ninguém percebeu o que aconteceria? Faltam estudos hoje e faltavam naquele momento sobre essa questão. Assim, cabe a nós, professores, alunos, técnicos, especialistas, trabalhadores da Segurança Pública dedicar-nos a essa questão, usando as metodologias corretas, de forma a intervir na realidade de forma positiva.

## =====**Atividade Final**=====

### *Atende aos Objetivos 3 e 4*

Leia a passagem a seguir, do estudo sobre violência no futebol, feita por Maurício Murad e depois responda às questões.

Nossas pesquisas têm procurado avaliar as condições do espetáculo de futebol. A infraestrutura dos estádios, os transportes coletivos, os “flanelinhas”, a sensação de segurança (ou de insegurança) para levar as famílias aos jogos, a limpeza, o conforto, a venda de ingressos (o grave problema dos cambistas), os preços dos serviços oferecidos, etc. Esses são alguns dos pontos que devem ser avaliados ao se falar nas condições do espetáculo de futebol. As condições do espetáculo são aspectos que ajudam a entender a violência no futebol. Quando o indivíduo é bem tratado, respeitado como consumidor e como cidadão, a tendência é que ele respeite também. É o “efeito metrô”, do qual já falamos, que favorece o controle, a segurança e evita a depredação do patrimônio e a violência. É preciso ficar atento a toda rede que forma o espetáculo de futebol, porque a aglomeração é sempre

grande, e os ânimos estão exaltados pela paixão, além de excitados pela multidão. É bom não esquecer: quando as pessoas se encontram em meio à multidão, a sensação de anonimato, de se sentir “escondido na massa”, pode ser um facilitador de delitos e de práticas de desrespeito à ordem pública, às leis e aos outros. Esse é um fenômeno já comprovado. (...) Na saída, o problema é outro, mas também tem a ver com o escoamento da multidão. No final do jogo, na massa de torcedores, comumente, juntam-se vencedores e derrotados, o que deixa os sentimentos à flor da pele. É comum levar a agressões verbais e, às vezes, ao conflito. E o que deixa a situação ainda pior: nessa hora, a iluminação pública é reduzida, o policiamento diminui e o transporte quase desaparece. Essa situação, sem dúvida, contraria as recomendações internacionais e os indicadores das pesquisas brasileiras, que sugerem intensificar a proteção policial após os jogos, com iluminação pública ativada e o rápido escoamento da massa de torcedores, por intermédio do aumento da oferta de transporte coletivo. (MURAD, 2012, p. 181-183)



**Figura 8.7:** *Hooligans* em conflito na Alemanha Oriental em 1990.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Football\\_hooliganism](http://en.wikipedia.org/wiki/Football_hooliganism).

1. A **Figura 8.7** ilustra uma realidade mundial, da qual o Brasil não deixa de, também, fazer parte. São comuns, no país, violências por parte de torcidas organizadas, em especial em jogos de grande rivalidade, em todos os estados da federação. Isso é especialmente claro nos momentos em que não há circulação de transporte, e os grupos rivais têm de conviver.

Explique por que o planejamento urbano é importante para evitar esses casos de violência entre torcedores agressivos, chamados muitas vezes de *hooligans*. Escreva um pequeno projeto para pesquisar um caso real de violência (ou mais de um) que tenha ocorrido no Brasil ou no mundo envolvendo transportes e entretenimento, diversão, tratando-se de esporte ou não.



## Resumo

Nesta aula, demos destaque aos seguintes pontos: a evolução histórica e a realidade atual do transporte público e do planejamento urbano no Brasil, fazendo articulações com tais temas no mundo; as relações da segurança pública com transportes e com a cidade, por meio do planejamento urbano, das políticas públicas, da cidadania, do empoderamento etc.; a apresentação de casos reais de conflito que ocorreram no Brasil, em especial no estado do Rio de Janeiro; a apresentação da imprevisibilidade e da interdisciplinaridade associadas ao tema; a demonstração de como se faz uma análise de conjuntura e um estudo de caso sobre episódios/momentos críticos em que existam revoltas populares associadas ao transporte público, ao planejamento urbano etc.

## Leituras recomendadas

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2013.

HARVEY, David; VAINER, Carlos et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David; SADER, Emir et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Org.). *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Urbana, ANPOCS, 2011.

LUKIC, Melina Rocha; TOMAZINI, Carla (Org.). *As ideias também importam: abordagem cognitiva e políticas públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2013.

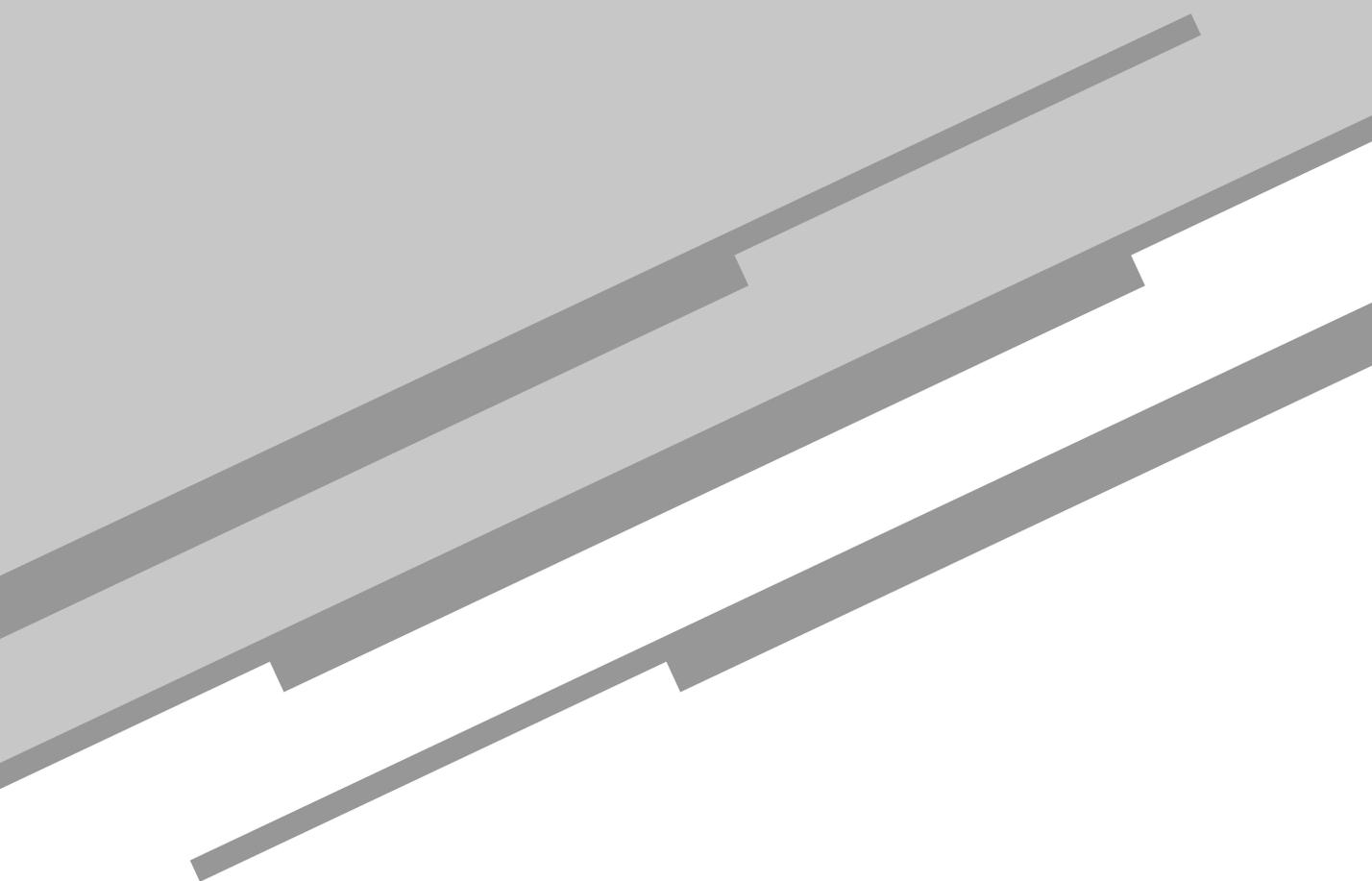
PINTO, José Roberto de Almeida; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; SILVA, Roberto Doring Pinho da (Org.) *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

PIRES, Lenin. Esculhamba, mas não esculacha! Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Mobilidade urbana e cidadania*. Rio de Janeiro: Senac, 2012.

# Referências



## Aula 1

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*: introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Loyola, 2000.

GALILEI, Galileu. *Galileu*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. In: \_\_\_\_\_. *Ensaios insólitos*. Porto Alegre: LPM, 1979.

SILVA, Edilson. *Notícias da violência urbana*: um estudo antropológico. Niterói: Eduff, 2010.

## Aula 2

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. In: \_\_\_\_\_. *Durkheim*. Seleção de textos: José Arthur Gianotti. São Paulo: Abril, 1978, p. 71-162. (Coleção Os Pensadores).

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIANNOTTI, José Arthur. Vida e obra. In: COMTE, Auguste. *Comte*. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores).

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Victor Civita, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

RODRIGUES, José Albertino. Introdução: a sociologia de Durkheim. In: DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. Organização: José Albertino Rodrigues; coordenação: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987.

THOMAS, W. The definition of the situation. In: COSER, L. A.; ROSEMBERG, B. (Ed.), *Sociological Theory: A Book of Readings*. 3. ed. Toronto: The MacMillan Company, 1970, p. 245-247.

WEBER, Max. The methodological foundation sociology. In: COSER, L. A.; ROSEMBERG, B. (Ed.). *Sociological Theory: A Book of Readings*. 3. ed. Toronto: The MacMillan Company, 1970, p. 248-258.

### Aula 3

BERTRAND, Pulman. Por uma história da noção de campo. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 16, p. 221-232, 2007.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 143-173.

GLUCKMAN, Max. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 63-76.

LIMA, Michel L. T. *Próximo da justiça e distante do direito: um estudo num Juizado Especial Criminal do Rio de Janeiro*. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/lima\\_michel\\_lobo\\_toledo.\\_proximo\\_da\\_justica\\_e\\_distante\\_do\\_direito..pdf](http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/lima_michel_lobo_toledo._proximo_da_justica_e_distante_do_direito..pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2014.

LIMA, Roberto Kant de. *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*. 2. ed. Niterói: Eduff, 1997.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2, p. 25-51, 2010.

OLIVEIRA, Roberto C. de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever*. In: \_\_\_\_\_. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 17-35.

PEIRANO, Marisa. Artimanhas do acaso. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 89, p. 9-21, 1989.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-46.

VELSEN, J. Van. A análise situacional e o método de estudo detalhado. In: BIANCO-FELDMAN, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 437-468.

WRIGHT-MILLS, C. Do artesanato intelectual. In: \_\_\_\_\_. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 11-181.

#### **Aula 4**

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco 1997.

DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de antropologia e direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2, p. 25-51, 2010.

OBERLING, Alessandra. *Maconheiro, dependente, viciado ou traficante? Representações e práticas da Polícia Militar sobre o consumo e o comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro*. 217 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: MO-RAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

VERÍSSIMO, Marcos. Os municípios e as políticas públicas de segurança: uma descrição etnográfica. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 79-93, 2009.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

## Aula 5

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.

\_\_\_\_\_. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

LIMA, Roberto Kant de. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de antropologia e de direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

\_\_\_\_\_. Tradição inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: da devassa ao inquérito policial. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 16/1-2, p. 94-113, 1992.

\_\_\_\_\_. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 65-84, 1989.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003, p. 367-398.

## Aula 6

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Phillip. *Essence of Decision: explaining the Cuban Missile Crisis*. 2. ed. New York: Longman, 1999.

- ALMEIDA, Candido Mendes de; FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita (Org.). *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Prefácio de Antonio Paim. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- AZIZ FILHO; ALVES FILHO, Francisco. *Paraíso armado: interpretações da violência no Rio de Janeiro*. São Paulo: Garçoni, 2003.
- BAYLEY, David. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Edusp, 2006.
- BELTRAME, José Mariano. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Lisboa: Europa-América, 1988.
- DALLARI, Dalmo. *O pequeno exército paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.
- FAIRCLOUGH, Isabela; FAIRCLOUGH, Norman. *Political Discourse Analysis: a Method for Advanced Students*. London: Routledge, 2012.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.
- GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1982.

- LEAL, Ana Beatriz; MUNTEAL FILHO, Oswaldo; PEREIRA, Íbis Silva (Org.). *Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira*. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LIMA, Roberto Kant de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Esquema geral para a análise de políticas públicas: uma proposta preliminar. *Revista de Administração Pública*. v. 10, n. 2, p. 241-256, 1976.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SOUZA, Edinilsa R. de (Org.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- NEWBURN, Tim (Org.). *Handbook of Policing*. London: Willian Publishing, 2008.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- SILVA, Jorge da. Violência(s) e Direitos Humanos. Ninguém é neutro. In: ALMEIDA, Candido Mendes de; FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita (Org.). *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 129-138.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. A queda & outros tombos. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, ano XIV, p. 90-95, abr./jun. 2011.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. Segurança Pública: dimensão essencial do Estado Democrático de Direito. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 492-503.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

## **Aula 7**

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BICK, Robert (Org.). *Freud e a cocaína*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In: LABATE, Beatriz et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: Edufba, 2008.

GRILLO, Carolina; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A dura e o desenrolo: efeitos práticos da Nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro. *Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 135-148, 2011.

OBERLING, Alessandra. *Maconheiro, dependente, viciado ou traficante?* Representações e práticas da Polícia Militar sobre o consumo e o comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro. 217 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

POLICARPO, Frederico. *O Programa de Justiça Terapêutica da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro*. 184 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

\_\_\_\_\_. *O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA*. 207 f. 2013. Doutorado (Tese em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, guerra, proibição. In: LABATE, Beatriz et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: Edufba, 2008, p. 91-104.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: Edufba, 2008, p. 41-64.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e intervenção política. [entrevista concedida a Maurício Fiori]. In: LABATE, Beatriz et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: Edufba, 2008, p. 123-140.

VIDAL, Sérgio. *Colhendo kilobytes: o growroom e a cultura do cultivo de maconha no Brasil*. 125 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

## Aula 8

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BERVIAN, Pedro; CERVO, Amado; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

EASTON, David. *The political system: an inquiry into the state of Political Science*. New York: Alfred A. Knopf, 1953.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: EdUnB, 1963.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LAMB, Christina; YOUSAFZAI, Malala. *Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics, and choice. *Public Administration Review*. v. 32., n. 4, p. 298-310, jul. 1972.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. “A multidão é louca, a multidão é mulher”: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1491-1514, out./dez. 2013.
- MACHADO, Eduardo Paes; LEVENSTEIN, Charles. Assaltantes a bordo: violência, insegurança e saúde em transporte coletivo de Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1215-1227, 2002.
- MURAD, Mauricio. *A violência no futebol*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- NATAL, Jorge Luiz Alves. Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectivas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 2, n. 12, p. 293-307, 1991.
- NUNES, Edson. *A revolta das barcas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- PALIER, Bruno; SUREL, Yves. *Les “trois i” et l’analyse de l’état en action*. *Revue française de science politique*, Paris, v. 55, n. 1, p. 7-32, 2005.
- PENNINGS, Paul; KEMAN, Hans; KLEINNIJENHUIS, Jan. *Doing research in Political Science*. London: Sage Publications, 2006.
- PIRES, Lenin. Transportes públicos e representações sobre mobilidade social: possíveis percepções a partir do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 165-193, 2013.
- PRESDEE, Mike. *Cultural criminology and the carnival of crime*. London/New York: Routledge, 2005.
- PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Rafaella. *Making Democracy work: civic traditions in modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- STUCKY, Thomas D. *Urban politics, crime rates, and police strength*. New York: LFB Scholarly Publishing LLC, 2005.

TALEB, Nassim Nicholas. *A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, Fundação Oliveira Vianna, Estado do Rio de Janeiro, 1974. v. 2.

YERGIN, Daniel. *The prize: the epic quest for oil, money and power*. New York: Simon & Schuster, 1991.

